

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL MESTRADO

ANA CARINA TAVARES

**A GESTÃO PEDAGÓGICA EM CURSOS TÉCNICOS NA MODALIDADE A
DISTÂNCIA EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS DO RS.**

São Leopoldo
2018

ANA CARINA TAVARES

**A GESTÃO PEDAGÓGICA EM CURSOS TÉCNICOS NA MODALIDADE A
DISTÂNCIA EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS DO RS.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador(a): Prof(a). Dra. Rosângela Fristch.

São Leopoldo

2018.

T231g Tavares, Ana Carina.
A gestão pedagógica em cursos técnicos na modalidade a distância em instituições privadas do RS / Ana Carina Tavares. – 2018.
207 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2018.
“Orientador(a): Prof(a). Dra. Rosângela Fristch.”

1. Ensino Técnico. 2. Educação à distância. 3. Educação – Rio Grande do Sul. 4. Educação - Administração. 5. Escolas – Organização e administração. I. Título.

CDU 371

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Bruna Sant’Anna – CRB 10/2360)

ANA CARINA TAVARES

**A GESTÃO PEDAGÓGICA EM CURSOS TÉCNICOS NA MODALIDADE A
DISTÂNCIA EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS DO RS.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em 08 de março de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Gabriel Gabrowski – Universidade Feevale

Dra. Berenice Corsetti – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Dra. Rosângela Fristch – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Às mãos sujas de cimento e giz, que construíram e escreveram
minha trajetória. Pai (*in memoriam*) e Mãe, para vocês todo o
esforço e cada conquista deste e de todos os caminhos.

AGRADECIMENTOS

O caminho para a realização do sonho de ser mestre em educação foi um período intenso, mas nunca solitário. Tive muitos carinhos, abraços e afetos, por este motivo, tenho muito a agradecer a muitas pessoas.

A Deus, pela vida maravilhosa e pelas bênçãos que recebo diariamente, que direcionaram e conduziram minhas escolhas, proporcionando este momento.

Ao meu amor, meu amigo, companheiro, com quem divido e compartilho a vida, Maiko Pillar Severgnini. Agradeço o apoio constante, a paciência que me manteve firme e forte, a todas as correrias, a tua compreensão ao saber quando eu precisava ficar horas e horas estudando, e tua percepção quando eu precisava relaxar e dar um tempo na correria. Tu foste peça primordial neste processo, tu és essencial em minha.

Ao meu porto seguro, minha família. Meu pai (*in memoriam*), Delci José Tavares, por todos os ensinamentos, exemplo de caráter e simplicidade. Minha mãe, Leoni Catarina Tavares, meu melhor e maior exemplo de garra, de luta e persistência. Em ti me espelho para ser a cada dia melhor. Meus irmãos Fabrício e Fernanda Tavares, alicerces da minha vida, por cada incentivo, parceria, cuidado e alento neste caminho. Vocês foram o apoio e a segurança, desde a seleção até a concretização deste sonho. Ao meu cunhado Nelson, meu grande amigo e presença constante em tantas histórias.

A minha orientadora Dra. Rosângela Fristch, por toda a aprendizagem, construção, ensinamentos compartilhados, conduzidos com afeto e carinho. Obrigada por ter acreditado no meu potencial e construir comigo este sonho. Tu ocupas um lugar único em meu coração e estarás para sempre guardada.

A ilustríssima banca Dra. Berenice Corsetti e Dr. Gabriel Gabrowski, agradeço as orientações recebidas na qualificação do projeto desta pesquisa. Foi uma honra contar com as suas preciosas e ilustres contribuições.

As Instituições de ensino participantes desta pesquisa, em especial ao coordenador e supervisora dos cursos técnicos na modalidade a distância.

A UNISINOS, ao Programa de Pós Graduação em Educação, aos professores do programa, a secretaria, por todo conhecimento, carinho e acolhimento.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa pelas trocas, partilhas e aprendizagem. A turma do Mestrado 2016/01, pelo vínculo e cumplicidade neste período. Em especial a Estela Brito, pela amizade e parceria que compartilhamos.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa durante todo o período de realização deste mestrado.

A família, Pillar Severgnini, Celso, Lourdes, Fabricio, Janice, Vinicius e Antonella, por acrescentarem mais amor, cuidado, conforto e alegria na minha vida.

Aos meus primos irmãos: Aline Cornely, Berenice Scherer, Giovane Scherer, Patricia Scherer e Tatiani Pimmel Tavares, por estarem em todos os momentos comigo, gratidão eterna por esta família abençoada.

As minhas amigas da vida inteira: Aline Santos, Carmen e Carmelita de Souza. Obrigada por dividirem mais esta história comigo, trazendo serenidade e tranquilidade a cada etapa. Àqueles que trazem alegria, que me acompanham, compreendem e incentivam minhas escolhas: meus padrinhos Jonas e Bernadete Tavares Cornely, tia Ivone Scherer, amigas e amigos Andrelize de Paula, Camila Machado, Camile Dutra, Maico Mengue, Marcelo Grando Machado, Michele Winck, Sônia Krindges e Vilma de Souza.

Aqueles que chegaram à minha vida para mostrar que todo ciclo se renova e que a vida sempre traz novos amores, meus afilhados: Bruno, Andrine, Matheus, Eduarda, Yasmin, Leonardo e Antonella.

A Sociedade Educacional Perlin LTDA e Escola Técnica Faccentro NH, pela compreensão e flexibilização em meus horários para realização do mestrado. Aos colegas com quem compartilho os meus dias. Em especial: a diretora Miriam Brandt Henkel, que o exemplo de profissional e de gestão foram inspiração para esta pesquisa. A Aline Doberstein Krumenauer, pela paciência, pela amizade, pelos intermináveis momentos de escuta e pelas incontáveis trocas de horário- extensivo à linda Betina, que encanta minha vida. A Nicole Leandro, que com o entusiasmo e emoção que traz consigo, me incentivou e apoiou em cada momento.

A Clarice Monteiro Escott, peça fundamental nas minhas escolhas e nos meus caminhos, contigo aprendi o amor pela gestão da educação.

A Daiane Padula Paz por toda a dedicação e empenho na revisão desta escrita.

E a tantos outros que passaram por meu caminho, deixando um pouco de si e possibilitaram a concretização desta etapa, muito obrigada!

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (SANTOS, 2003, p.56)

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa acadêmica para obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS. Tem como tema a gestão pedagógica em cursos técnicos a distância e por objetivo analisar a(s) expressão(ões) da gestão pedagógica nos cursos técnicos a distância em duas instituições escolares privadas do RS. A partir de uma metodologia qualitativa exploratória, a pesquisa teve como campo empírico duas instituições escolares privadas. A coleta de dados incluiu dados de matrículas, produções acadêmicas, documentos institucional, bases legais nacionais, do estado do RS, e entrevista semiestruturada realizada com o coordenador e a supervisora dos cursos técnicos na modalidade a distância de cada uma das instituições pesquisadas. Os dados foram analisados a partir da análise documental (Cellard, 2012) e análise de conteúdo (Bardin, 2011). A fundamentação teórica abordou as categorias dualidade estrutural, mercado educacional, políticas públicas e educacionais, gestão escolar e pedagógica, escola enquanto organização educativa e gerencialismo na educação. As discussões foram fundamentadas a partir dos autores Kuenzer (2007), Ball (2001, 2006, 2012, 2013), Afonso (2000), Ozga (2000), Mainardes (2006), Libâneo (2004, 2016), Werle (2001), Luck (2006-2011), Paro (2003, 2010) Lima (2011), Morgan (1996) e Hypolito (2011), entre outros. Como resultados, percebeu-se que há um esvaziamento das expressões pedagógicas neste formato e modalidade de ensino, com legislações regulamentadoras desconectadas, tratando das demandas operacionais para oferta dos cursos e deixando espaço para o livre funcionamento e organização das instituições, representando uma nova oportunidade de mercantilização da educação. As instituições que participaram da pesquisa apresentam formatos distintos na organização e funcionamento dos cursos e nas suas gestões. O pedagógico está presente nas instituições de ensino, mas, a partir dos resultados, percebe-se que ele é esvaziado e reduzido a um setor ou departamento dentro das instituições. As influências mercadológicas e gerencialistas estão presentes nas legislações, nas produções acadêmicas, nos documentos institucionais e entrevistas, onde o burocrático administrativo é muito mais evidente do que as questões de cunho pedagógico, ratificando o que os dados de matrículas demonstraram no mapeamento desta modalidade e oferta de ensino.

Palavras-chave: Gestão Pedagógica. Ensino Técnico. Educação a Distância. Políticas Educacionais.

ABSTRACT

This work is the result of an academic research to obtain a Master's Degree in Education by the Postgraduate Program in Education of the Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. The theme is the pedagogical management in distance technical courses and its objective is to analyze the expression(s) of pedagogical management in distance technical courses in two private schools in Rio Grande do Sul State. From an exploratory qualitative methodology, the research had as empirical field of two private school institutions from Rio Grande do Sul state. Data collection included data on enrollments, academic productions, institutional documents, national and state legal bases, and semi-structured interviews conducted with the coordinator and supervisor of the technical courses in the distance modality of each of the institutions surveyed. The data were analyzed from the documentary analysis (Cellard, 2012) and content analysis (Bardin, 2011). Theoretical foundation addressed the categories of structural duality, educational market, public and educational policies, school and pedagogical management, school as an educational organization and managerialism in education. The discussions were based on Kuenzer (2007), Ball (2001, 2006, 2012, 2013), Afonso (2000), Ozga (2000), Mainardes (2006), Libâneo (2004, 2016), Werle, Luck (2006-2011), Paro (2003, 2010) Lima (2011), Morgan (1996) and Hypolito (2011), among others. As results, it was noticed that there is an emptying of the pedagogical expressions in this format and teaching modality, with disregarded regulatory laws, dealing with the operational demands to offer the courses and leaving space for the free operation and organization of the institutions, representing a new opportunity of commodification of education. The institutions that participated in the research have different formats in the organization, operation and management of their courses. The pedagogical aspect is present in educational institutions, but, based on the results, it is perceived that it is emptied and reduced to a sector or department within the institutions. Marketing and managerial influences are present in legislations, academic productions, institutional documents and interviews, where the administrative bureaucracy is much more evident than pedagogical issues, confirming what the enrollment data showed in the mapping of this modality and teaching offer.

Keywords: Pedagogical Management. Technical education. Distance Education. Educational Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa síntese da dissertação	20
Figura 2 - Mapa síntese dos caminhos metodológicos	46
Figura 3- Mapa das instituições e cursos técnicos ofertados sob a forma de educação a distância no Vale do Sinos, Paranhana e Porto Alegre.	60
Figura 4 - Síntese da oferta e matrículas dos cursos técnicos a distância, na Região do Vale do Sinos, Paranhana e cidade de Porto Alegre.	67
Figura 5 - Categorias de pré-análise utilizadas na análise documental	74
Figura 6 - Mapa dos Decretos, Resoluções e documentos da educação técnica de nível médio.	78
Figura 7 - Mapa das legislações que regulamentam a educação técnica de nível médio a distância.	88
Figura 8 - Categorias de análise.	135
Figura 9- Mapa síntese da análise das Instituições escolares pesquisadas.	182

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados de instituições escolares e matrículas nos cursos técnicos na modalidade a distância no Estado do RS.....	38
Quadro 2 - Legislação sobre a educação profissional técnica de nível médio a nível nacional e no Estado do Rio Grande do Sul.....	40
Quadro 3 - Produções acadêmicas analisadas na revisão de literatura.....	40
Quadro 4 – Dados dos cursos ofertados da educação técnica de nível médio sob a forma de educação a distância na Região do Vale do Sinos e Paranhana.	53
Quadro 5 - Síntese dos dados quantitativos dos cursos ofertados da educação técnica de nível médio sob a forma de educação a distância na região do Vale do Sinos e Paranhana.....	55
Quadro 6 - Dados da educação técnica de nível médio sob a forma de educação a distância na cidade de Porto Alegre.	56
Quadro 7 -Síntese dos dados quantitativos da cidade de Porto Alegre.....	59
Quadro 8- Total de cursos técnicos sob a forma de educação a distância ofertados na região do Vale do Sinos, Paranhana e cidade de Porto Alegre.....	61
Quadro 9 - Demonstrativo de matrículas na educação técnica de nível médio no RS.	63
Quadro 10- Demonstrativo de matrículas na educação técnica de nível médio a distância- por cidade na região do Vale do Sinos, Paranhana e cidade de Porto Alegre no ano de 2016.....	64
Quadro 11- Comparativo de matrícula por instituição e cidade dos anos de 2015 e 2016, no Vale do Rio do Sinos, Paranhana e Porto Alegre.....	64
Quadro 12- Pareceres sobre a Educação Técnica de Nível Médio a Distância.....	90
Quadro 13 - Síntese do mapeamento de teses e dissertações	103
Quadro 14 – Dissertações selecionadas para a leitura.	104
Quadro 15- Síntese do mapeamento de artigos.....	105
Quadro 16- Artigos selecionadas para a leitura.....	105
Quadro 17 -Síntese do mapeamento da revisão de literatura de teses e dissertações encontradas no banco de dados da CAPES e IBICT	112
Quadro 18- A lógica interna do regimento escolar nas categorias instituição, processos e gestão.	142

Quadro 19- A lógica interna do projeto pedagógico nas categorias: instituição, processos e gestão.	145
Quadro 20- A lógica interna do plano de curso nas categorias: instituição, processos e gestão.	147
Quadro 21- A lógica interna do regimento escolar nas categorias: instituição, processos e gestão.	161
Quadro 22- A lógica interna do projeto pedagógico nas categorias: instituição, processos e gestão.	164
Quadro 23- A lógica interna do plano de curso nas categorias: instituição, processos e gestão.	167

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparativo de matrículas da educação técnica de nível médio de ensino público e privado no RS nos anos 2015 e 2016.....	62
Gráfico 2 - Matrículas por curso de ensino técnico a distância em instituições privadas no ano de 2015 e 2016 na região do Vale do Sinos, Paranhana e cidade de Porto Alegre.	65
Gráfico 3 - Matrículas por curso de ensino técnico a distância em instituições públicas no ano de 2015 e 2016 na região do Vale do Sinos, Paranhana e cidade de Porto Alegre.	66

LISTA DE SIGLAS

ADEB	Associação Brasileira de Educação a Distância
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde.
BM	Banco Mundial.
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior.
CBE	Câmara Básica de Educação.
CBEs	Conferências de Educação.
CEEBB	Censo Escolar da Educação Básica Brasileira
CEED-RS	Conselho Estadual de Educação, o Estado do Rio Grande do Sul.
CNE	Conselho Nacional de Educação.
CNT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.
EAD	Educação a Distância.
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.
IFTO	Instituto Federal de Tocantis.
IFSul	Instituto Federal Sul-rio-grandense.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPA	Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
MEC	Ministério da Educação e Cultura.
MP	Medida Provisória.
OEI	A Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura.
OMC	Organização Mundial do Comércio.

PEC	Proposta de Emenda à Constituição.
PEC - UFRGS	Programa de Educação Continuada.
PLANFOR	Plano Nacional de Formação Profissional.
PNE	Plano Nacional de Educação.
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional.
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional.
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online.</i>
SEE	Sistema Estadual de Ensino
SEMTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica.
SNA	Serviços Nacionais de Aprendizagem
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica.
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio do Sinos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	18
1. INTRODUÇÃO	21
1.1 Objetivos	34
1.1.1 Objetivo geral	34
1.1.2 Objetivos Específicos	34
1.2 Justificativa	34
1.3 Os caminhos metodológicos percorridos	35
1.3.1 Campo Empírico.....	38
1.3.2 Coleta de dados	38
1.3.2.1 Documentos	39
1.3.2.2 Entrevistas.....	42
1.3.3 Análise dos dados	43
1.3.3.1 Análise dos documentos	43
1.3.3.2 Análise das entrevistas.....	44
1.3.3.3 Síntese Metodológica	45
2. QUANTO MAIS SE OLHA, MAIS SE QUER PESQUISAR: UM MAPEAMENTO DOS DADOS DE MATRÍCULAs DOS CURSOS TÉCNICOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA.....	47
2.1 Aspectos metodológicos.....	49
2.2 Discussão teórica	50
2.3 Quem, onde e quais as ofertas dos cursos técnicos EAD no RS.....	52
2.4 Efetivamente, quem está cursando? Os dados das matrículas dos cursos técnicos na modalidade a distância.....	62
2. 5 Das impressões e conclusões.....	68
3. O CONTEXTO LEGAL DA EDUCAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	71
3.1 Aspectos metodológicos.....	73
3.2 Discussão teórica	75
3.3 A educação técnica de nível médio: O Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.	77
3.4 A educação técnica de ensino médio na modalidade a distância	87
3.4.1- A Resolução CNE/CEB nº 1, de 2 de fevereiro de 2016	90

3.4.2 A Resolução CEED/RS nº 334, de 28 de janeiro de 2016	94
3.5 Das impressões e conclusões.....	97
4. A GESTÃO NOS CURSOS TÉCNICOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA E AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS	100
4.1 Aspectos metodológicos.....	101
4.2 Discussão teórica	106
4.3 Do contexto e produções pelas áreas do conhecimento.....	110
4.4 Possíveis leituras, reflexões e contribuições.	120
4.5 Das impressões e conclusões.....	130
5. A GESTÃO PEDAGÓGICA NOS CURSOS TÉCNICOS A DISTÂNCIA: O CONTEXTO DA PRÁTICA	133
5.1 Aspectos metodológicos.....	134
5.2 Discussão teórica	135
5.3 A instituição do Sistema S.....	140
5.3.1 Análise dos documentos	141
5.3.1.1 O Regimento Escolar	141
5.3.1.2 Projeto Político Pedagógico	144
5.3.1.3 Os Planos de Curso	146
5.3.2 O encontro com o coordenador EAD.....	150
5.3.2.1 A organização e liderança	151
5.3.2.2 Os processos	153
5.3.2.3 A gestão	155
5.3.2.3.1 Perfil	155
5.3.2.3.2 Atividades da gestão EAD.....	156
5.4 A instituição privada particular.....	160
5.4.1 Análise dos documentos	160
5.4.1.1 O Regimento Escolar	161
5.4.1.2 Projeto Político Pedagógico	164
5.4.1.3 Os Planos de Curso	166
5.4.2 O encontro com a Supervisora da EAD.....	170
5.4.2.1 A Instituição.....	170
5.4.2.1.1 A organização e liderança.....	171
5.4.2.2 Os processos	172

5.4.2.3 A gestão	173
5.4.2.3.1 O Perfil	173
5.4.2.3.2 As atividades da gestão	174
5.5 Das conclusões e impressões.....	176
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
REFERÊNCIAS.....	188
APENDICE.....	199
APENDICE 1- Termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE.....	199
APENDICE 2- Roteiro das entrevistas	200
APENDICE 3- Quadro de análise do discurso- categorias das entrevistas.....	202

APRESENTAÇÃO

A dissertação de Mestrado intitulada “A gestão pedagógica nos cursos técnicos a distância em instituições privadas do RS” está inserida na Linha de Pesquisa de Educação, História e Políticas, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio do Sinos - UNISINOS, e tem como tema principal a gestão pedagógica nos cursos técnicos na modalidade de educação a distância. A relevância da pesquisa está nas constantes discussões sobre a temática da gestão educacional e na importância da atuação da gestão nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Esta dissertação está estruturada em dois momentos: o contexto macro da temática, que incluem dados atuais de matrículas, discussões sobre produções acadêmicas e o contexto legal; e contexto micro, onde se discute a prática nas instituições escolares. Os capítulos estão organizados em formato de artigos que dialogam entre si e, em cada um deles, descrevo o objetivo, a metodologia, a sustentação teórica e prévias conclusões.

No primeiro capítulo, está a introdução da dissertação, onde apresento o tema de pesquisa e os caminhos que levaram a sua escolha. Apresento também um debate sobre o contexto educacional, o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa e a metodologia utilizada.

No segundo capítulo, incluído no contexto macro da pesquisa, denominado **“Quanto mais se olha, mais se quer pesquisar: um mapeamento dos dados de matrícula dos cursos técnicos na modalidade a distância”**, apresento os dados de oferta e matrícula dos cursos técnicos na modalidade a distância, com interesse de estabelecer um diagnóstico do campo empírico desta investigação. No desenvolver desta escrita, há uma preocupação em informar todos os dados para que se possa realizar uma análise e apropriar-se do cenário e impacto da educação técnica do nível médio a distância.

No terceiro capítulo, também incluso no contexto macro, nomeado **“A educação técnica de nível médio a distância- o contexto legal”**, realizo uma análise das legislações da educação profissional técnica de nível médio, a partir do Decreto nº 5154/2004, com aprofundamento nos documentos legais que constituem esta modalidade de ensino no formato a distância. Considero, assim, a forma como

é vista, tratada e discutida a gestão pedagógica nesta modalidade e formato de ensino.

No quarto capítulo, pertencente ao contexto macro da pesquisa, intitulado “**A gestão nos cursos técnicos na modalidade a distância e as produções acadêmicas**”, apresento dados de revisão da literatura, analisando o que tem sido produzido com esta temática. Trato também sobre o impacto das bases legais dos cursos técnicos, na modalidade a distância, nas produções acadêmicas, e como a temática da gestão pedagógica tem sido discutida nas pesquisas que a abordam.

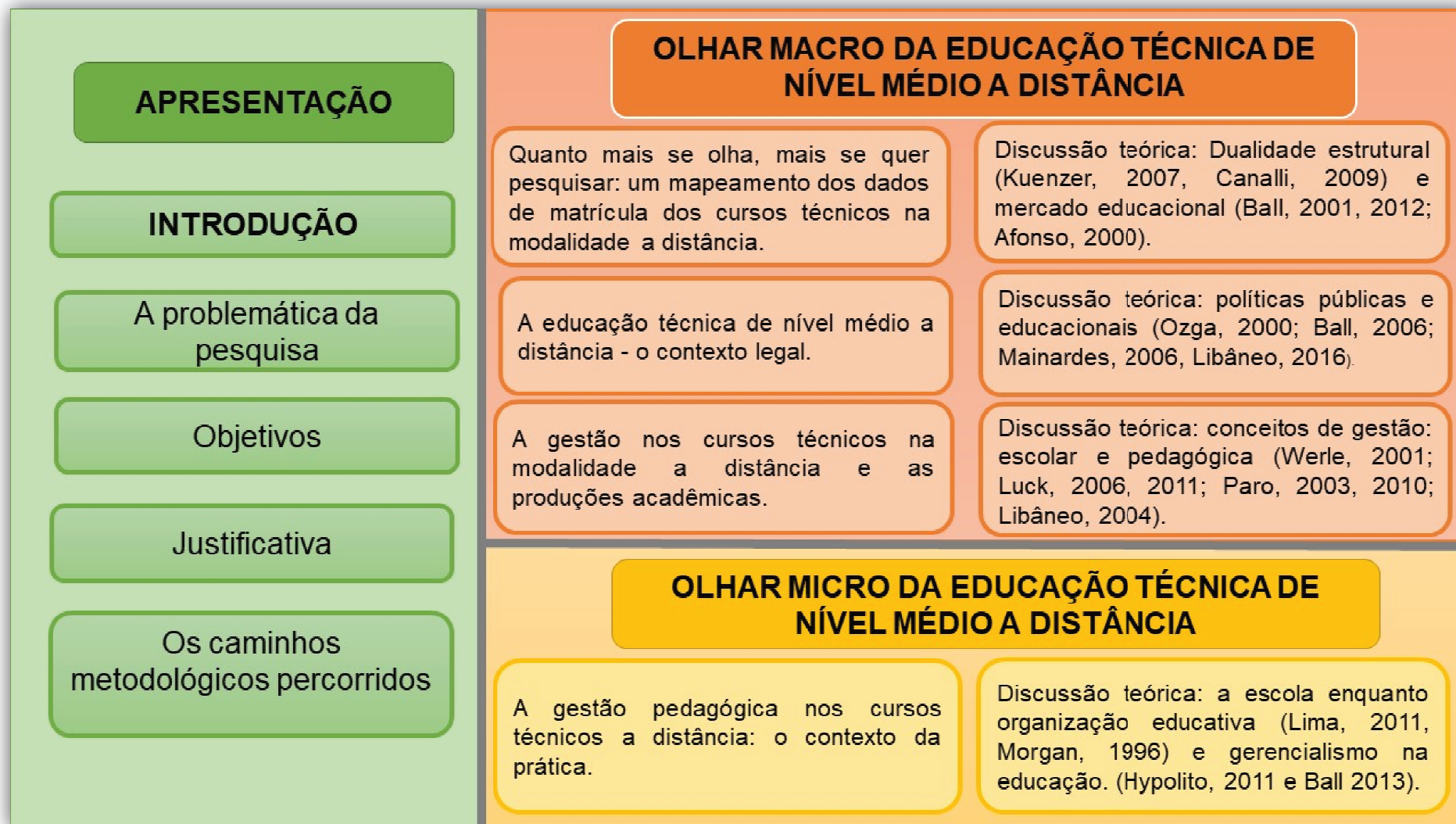
No quinto capítulo, denominado “**A gestão pedagógica nos cursos técnicos a distância: o contexto da prática**”, acontece a análise no contexto micro da pesquisa. Constam análises dos documentos legais institucionais e das entrevistas com os coordenadores dos cursos técnicos, discutindo a expressividade da gestão pedagógica nestas instituições escolares. Inicialmente as análises estão separadas por escolas, de maneira individualizada, e, ao final, realizo uma análise comparativa entre as instituições selecionadas.

No sexto capítulo apresento as conclusões desta pesquisa. Para tanto, considero a perspectiva macro, que trata do impacto de matrícula, das produções acadêmicas, dos documentos legais; e a relação com a micro, que tange as instituições escolares, identificando a expressividade da gestão pedagógica nos cursos técnicos a distância.

Por fim, seguem as referências, apêndices e anexos desta dissertação.

A Figura 1 apresenta, de maneira sintética, a forma como esta pesquisa se organiza e as discussões teóricas realizadas em cada um dos capítulos.

Figura 1- Mapa síntese da dissertação



1.INTRODUÇÃO

A temática da gestão no âmbito educacional tem sido objeto de estudo e de discussões da atualidade. O crescimento de pesquisas sobre esta temática deve-se ao papel central que a educação tem representado no contexto econômico, social e cultural da sociedade, e em decorrência disso, torna-se foco central de debates e pesquisas, gerando políticas públicas que atravessam o ambiente escolar. Conforme Ball (2001), são as “epidemias políticas” e as poderosas discussões, geradas através do consenso de que estamos numa sociedade do conhecimento, em uma economia baseada também no conhecimento, que contribuem para que as políticas econômicas imperem sobre as políticas educativas. Assim, as demandas econômicas tomam representatividade nas decisões educativas e influenciam direta ou indiretamente na gestão escolar.

A gestão se constitui nas relações internas de cada instituição escolar, portanto, é nas demandas pedagógicas e administrativas que vão se constituir os detalhes, o fazer diário e as entrelinhas do fazer pedagógico. O interesse pela gestão pedagógica se dá por entender que esta área é responsável pelo processo de ensino e aprendizagem numa instituição de ensino, sendo este, a base para os demais processos escolares. Para Libâneo (2012), “a organização e a gestão constituem o conjunto das condições e dos meios utilizados para assegurar o bom funcionamento da instituição escolar, de modo que alcance os objetivos educacionais esperados” (2012, p. 411). Então, se a gestão pedagógica condiciona os demais processos, se deduz que uma instituição escolar com uma concepção sólida do pedagógico e dos seus objetivos, garante um ensino de qualidade aos seus alunos, em todos os níveis e modalidades de ensino.

A gestão pedagógica, nesta pesquisa, é tratada como uma dimensão da gestão escolar. Como fundamentação desse entendimento Luck (2009) esclarece que a gestão se divide em duas grandes áreas: as de organização e as de implementação. As dimensões de organização referem-se à parte conceitual, à fundamentação legal, e estão diretamente ligadas aos aspectos orientadores e normatizadores do sistema educacional, os quais podem ser interpretados como gestão educacional. As dimensões de implantação tratam da ação educativa no âmbito da escola, considerada gestão escolar, e são compostas das dimensões:

gestão democrática e participativa; gestão de pessoas; gestão pedagógica; gestão administrativa; gestões da cultura escolar e gestão do cotidiano escolar.

Por entender que na gestão escolar há dimensões que norteiam e orientam a condução do processo, utiliza-se o termo gestão pedagógica, pois compreende os processos de ensino e de aprendizagem e tem papel central, já que a aprendizagem e a formação dos alunos são o foco do trabalho escolar. Assim, espera-se que os recursos e ações estejam voltados para o planejamento e atendimento das atividades educativas, sendo elas: o projeto político-pedagógico, o planejamento do calendário escolar, o currículo, o planejamento e a organização do trabalho escolar. Com estes princípios, defendo que qualquer instituição que tem como propósito a formação educacional deve ter noção da importância de tais processos, sobretudo da relevância do pedagógico, independente do nível e da modalidade de ensino.

A educação técnica de nível médio, desde os primórdios do sistema de ensino brasileiro, tem se apresentado, como um campo de dualidade estrutural, com discussões e contradições entre sua proposta de oferta, ensino e formação, aproximando-se de ideologias próprias de governo, atendendo diretamente ao mercado de trabalho. Já o ensino no formato a distância é oficializado no Brasil com a promulgação da Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), abrindo a possibilidade de oferta desta modalidade de ensino.

Mesmo que o ensino técnico na educação a distância ainda ocorra de forma tímida e haja sido incluído, desde 2015, nas informações do Censo Escolar da Educação Básica Brasileira (CEEBB), é importante observar o encontro desta modalidade com este formato de ensino, pois há duas preocupações pertinentes: a primeira, pela modalidade carregar uma herança de educação dualista e a segunda, pelo formato a distância promover a ascensão do mercado educacional – fenômeno observado nos demais níveis de ensino. Tais impressões se fundamentam pelas influências políticas e econômicas sentidas na educação e que conduzem toda a investigação que apresento nesta dissertação.

As últimas décadas apresentaram mudanças tecnológicas que afetaram a forma de organização da sociedade, da economia e, conseqüentemente, da educação. A era digital desencadeou uma série de transformações na sociedade, muitas em benefício do capital, criando uma nova forma de funcionamento do mundo e das relações humanas.

Neste cenário, a educação assume um papel central, pois esta nova sociedade exige a formação de um “homem novo”, com novos conhecimentos e habilidades, tornando-se um território permeado de disputas e interesses. Segundo Saviani (2007), a Revolução Industrial provoca a incorporação das funções intelectuais no processo produtivo e a via para objetivar-se a generalização dessas funções na sociedade foi à escola.

A educação escolarizada passa a ser assegurada como direito de todos. Para Boto (2005), esse acesso será garantido a partir de três fases: I) quando o ensino tornar-se paulatinamente direito público com possibilidade de acesso à escola pública; II) a educação com direito a padrões de exigência voltados para a busca de maior qualidade de ensino, e; III) o direito da educação consagrado na escola pública, gratuita e laica. Neste sentido, o acesso ao ensino público é para além da oferta, mas para a garantia de permanência do aluno e a segurança de uma educação de qualidade, que possibilite uma formação sócio-histórica-cultural, não reproduzindo desigualdades.

Outras reflexões auxiliam nesse entendimento. A partir da década de 1970 vemos uma transformação no cenário econômico a partir da acumulação do capital, num modelo socioeconômico da sociedade pós-industrial, com incentivo ao consumo e a implantação dos princípios neoliberais. Assim, surgem as providências do Estado para superação dessa crise como alternativa para o cumprimento do seu dever, o campo das políticas públicas passa a ser fomentado como forma de garantia deste atendimento e superação das desigualdades que, historicamente, foram construídas.

No final dos anos 80, aliado às transformações econômicas, entram em cena as regras neoliberais no sistema educativo. Conforme Corsetti (2015), foi a partir desse período que se evidenciou a mudança do papel do Estado e a entrada da iniciativa privada nas políticas públicas que, aos poucos, foi tomando forma nas políticas educacionais, afetando significativamente o sistema de ensino.

Nos anos 1980 e 1990, consolidou-se a orientação do neoliberalismo nos programas de reformas dirigidas para garantir um duro programa de ajuste econômico na região, derivado da conhecida crise da dívida, propondo o chamado ajuste fiscal. A ação do Estado passou a ter um caráter subsidiário, destinando-a fundamental à regulação e desenho das políticas sociais, enquanto o setor privado foi assumindo um papel destacado no oferecimento dos ‘serviços sociais’ (CORSETTI, 2015, p.62).

Cria-se uma nova articulação, mais direta e mais íntima, entre o princípio do Estado e o princípio do mercado, em todos os níveis.

A redefinição da educação em termos de mercado situa-se neste contexto, de tal forma que ela deixa de ser vista como uma instituição política e um espaço público de discussão e torna-se um bem de consumo. Nesse processo, noções como justiça social e igualdade são gradualmente substituídas no espaço de discussão pública por noções como eficiência, qualidade produtividade e equidade, pressupostos para uma propalada “modernidade”. (CORSETTI, 2015, p. 65).

No Brasil, a Constituição de 1988 garante a educação como direito de todos e dever do Estado, com isso expande-se o acesso à escola e a necessidade do Estado em cumprir com esse dever; porém, este não dá conta de assumir essa nova responsabilidade, fortalecendo assim, a relação com as iniciativas privadas. A partir da promulgação da LDB 9394/96, que reconhece, em seu artigo 19, as categorias administrativas das Instituições Brasileiras de diferentes níveis, sendo estas públicas ou privadas. No artigo seguinte, define instituições particulares como, “[...] as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado”. (LDB 9394, 1996, Art. 20, § I). Com essa definição, expande-se o ensino privado em todo território brasileiro, aumentando o interesse dos empresários pela educação.

Aliado a estas definições, beneficiadas pelo mundo globalizado, a educação passa a ser incluída em 1999¹ na Organização Mundial do Comércio² (OMC), como

¹ Neste período, o Brasil tem como Presidente o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que se manteve na Presidência por dois mandatos, durante os anos de 1995 a 2003, pelas coligações PSDB/PFL/PTB e PSDB/PFL/PTB/PPB- respectivamente. O governo ficou reconhecido pela sua adaptação à economia neoliberal e conforme site do Governo Federal “[...] submeteu à aprovação do Congresso Nacional uma série de medidas visando a alterar a Constituição Federal de 1988 e promover uma mudança estrutural na feição do Estado brasileiro, na tentativa de adaptá-los às novas realidades da economia mundial. Assim, determinados temas passaram a fazer parte do cotidiano político nacional, tais como reforma administrativa e previdenciária, desregulamentação de mercados, flexibilização das regras de contratação de mão de obra e fim do monopólio estatal nas áreas de siderurgia, energia elétrica e telecomunicações”.(Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/biografia>, consulta em 28/12/2016).

² Conforme site do Ministério das Relações Exteriores, a Organização Mundial do Comércio (OMC) iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1995 e desde então tem atuado como a principal instância para administrar o sistema multilateral de comércio. A organização tem por objetivo estabelecer um marco institucional comum para regular as relações comerciais entre os diversos Membros que a compõem, estabelecer um mecanismo de solução pacífica das controvérsias comerciais, tendo como base os acordos comerciais atualmente em vigor, e criar um ambiente que permita a negociação de novos acordos comerciais entre os Membros. Atualmente, a OMC conta com 160 Membros, sendo o Brasil um dos Membros fundadores. A sede da OMC está localizada em Genebra (Suíça) e as três línguas oficiais da organização são o inglês, o francês e o espanhol. (Disponível em

um serviço comercial, tornando-se, então, um campo vasto de investimento privado. Em paralelo, a população em idade escolar torna-se cada vez maior, e o Estado carece de atendimento a toda essa população, iniciando assim parcerias com organismos internacionais como o Banco Mundial³ (BM)). Para Motta Jr e Maués (2014), a partir dos anos de 1990 há um aprofundamento dessas relações no cenário nacional, principalmente quando se estreitam os laços com o BM, através de propostas de financiamento para implantação de políticas educacionais.

Como consequência, Souza e Oliveira (2003) avaliam a expansão dessas relações, no campo da educação, apontando que o capital e a lógica de mercado penetram em áreas em que até então sua presença era limitada, assim a educação passa a constituir um mercado em expansão em escala mundial. Ao utilizar como exemplo a expansão dos últimos anos do Ensino Superior e grandes redes nacionais e internacionais de educação, essas formas proporcionam meios rápidos e relativamente baratos para melhorar as qualificações de força de trabalho local, em resposta às supostas exigências da economia do conhecimento, bem como para satisfazer a demanda local para o acesso ao ensino superior (p.206)

Assim, o Estado tenta suprir as carências através de implantação Políticas Educacionais, em parcerias com instituições privadas e mercado empresarial. Conforme Arroyo (2010), essas políticas educacionais deveriam ser instigadas pelas tentativas de corrigir as desigualdades sociais, porém no formato em que elas se apresentam. Gentili (2009) avalia que as desigualdades sociais e educacionais se articulam na mesma medida que aumentam as condições dos mais pobres, aumentam as dos mais ricos. As políticas distantes da realidade dos grupos que historicamente são constituídos como desiguais, não dão conta de diminuir essas diferenças e aumentam as desigualdades.

Como reflexo de todos esses fatores, nos últimos anos, temos vivido transformações e atropelos no cenário educacional, que dão espaço a críticas e discussões entre estudiosos da área. Pode-se perceber uma lógica de precarização do serviço público, atendendo o interesse da iniciativa privada e facilitando o dever

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/132-organizacao-mundial-do-comercio-omc>, consulta em 27/12/2016).

³ O Grupo Banco Mundial é uma agência especializada independente do Sistema das Nações Unidas, é a maior fonte global de assistência para o desenvolvimento, proporcionando cerca de US\$ 60 bilhões anuais em empréstimos e doações aos 187 países-membros.

do estado, criando uma relação de benefícios. Souza e Oliveira (2003) apresentam em seus estudos o surgimento de um novo estado, em que “sai de cena o estado executor, assumindo seu lugar o estado regulador e o estado-avaliador”. (SOUZA ; OLIVEIRA, 2003, p. 880).

A ideia de promover a qualidade da educação, começa a ocupar espaços de discussão e políticas educacionais surgem com o propósito de suprir as carências do estado, entretanto, contam com propostas e ideias de iniciativas privadas, financiadas por organismos internacionais e nacionais, que acabam por ditar as regras do sistema de ensino. Abre-se o espaço para o quase mercado e para o *edu-business*⁴. Através desse acolhimento, a lógica do negócio está tão impressa nas relações, que determinam o que é a qualidade da educação, como ela deve ser mensurada e quais os aspectos a definem; também induz a visão de um governo empreendedor, que deve financiar os resultados e não simplesmente conceder recursos.

Assim, justifica-se que a avaliação está a serviço do quase mercado que busca viabilizar uma lógica de gerenciamento da educação, reconfigurando papel do estado, e a própria noção de educação pública, ao difundir uma ideia de qualidade que supõe diferenciações no interior dos sistemas públicos de ensino. A avaliação sugere “mecanismos de controle e responsabilização”. (MOTTA Jr.; MAUÉS, 2014, p.880).

A educação pública, que deveria ter um caráter democrático e promover o acesso de todos a ensino de qualidade, configura-se numa formação que tem promovido e acentuado as relações de desigualdades. Nesse sentido, é possível perceber a sutileza do neoliberalismo ao construir conceitos e ressignificá-los, definindo e controlando a sociedade contemporânea. Isso não significa que a educação não precise de reformas, que não deva acompanhar as transformações do cenário mundial, porém, ela deve garantir a qualidade do ensino, a promoção de todos os sujeitos, independentemente de ser um ensino público ou privado.

Não distante de todas essas questões, vemos no cenário nacional atual, uma transformação ainda mais impactante no sistema educacional. No ano de 2016, tivemos a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC 55, onde há

⁴ Edu-business: negócio em educação. Exploração da compra e venda de serviços educacionais, dos materiais e as instituições educacionais e as relações dessas atividades com a dinâmica geral de crescimento dos negócios, seu desempenho e sua rentabilidade (BALL, 2014, p.192).

congelamento de gastos públicos por vinte anos em Educação e Saúde. A aprovação dessa emenda trouxe resistência e movimentação de estudiosos das áreas afetadas, porém as definições governamentais não foram alteradas. Essa emenda, certamente, irá refletir em programas educacionais e políticas de acesso ao ensino superior.

Do ano de 2003 até meados de 2016⁵ vivemos uma expansão do acesso à educação. Expansão essa que tem possibilitado o acesso ao ensino superior por classes desfavorecidas economicamente, mas que pouco avançou na qualidade do ensino, deixando espaço propício para críticas, fomentando a articulação de diversas áreas e promovendo programas como Todos pela Educação⁶, articulado e organizado por empresários brasileiros. Frigotto, 2016, em matéria para o Sindicato dos Professores, destaca:

O campo ficou aberto para que as forças dos grandes grupos empresariais dos setores industrial, financeiro, agrícola e das corporações da mídia se organizassem ao redor do slogan cínico de Todos pela Educação. Mediante seus institutos privados e quadros de intelectuais, foram tomando e orientando, por dentro do Estado, em todos os níveis (federal, estadual e municipal), no conteúdo, no método e na forma, a educação, especialmente a básica, que convém ao mercado. (FRIGOTTO, 2016, p.1)

O tempo presente para a educação está obscuro e incerto, e conforme Frigotto (2016) é um momento de:

[...] retrocesso que agride e mutila tanto o direito à construção da emancipação e autonomia política e humana, quanto à preparação para o mundo da produção das próximas gerações. Isto resulta da estreiteza humana, miopia social, política e cultural da classe dominante brasileira. (FRIGOTTO, 2016, p.1).

Um dos resultados desta nova perspectiva de governo foi a Lei 13415/2017, sancionada em 2017, que altera o ensino médio. Esta nova lei divide as disciplinas

⁵ No período de 2003 até 2016 a presidência da República esteve no comando de Luiz Inácio Lula da Silva, por dois mandatos, e por Dilma Rousseff, também reeleita por dois mandatos, porém tendo sofrido impeachment em 31/08/2016. Ambos representantes do Partido Político PT, tiveram como marca a redução das desigualdades sociais. Após a destituição da Presidenta Dilma assume o poder o seu vice-presidente Michel Temer, filiado ao partido PMDB.

⁶ Movimento fundado e mantido pelas empresas Fundação Bradesco, Grupo Gerdau, Fundação Leman, Fundação Itaú, entre outros órgãos empresariais, desde 2006, intitula-se como “um movimento da sociedade brasileira que tem como missão engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade”. (Disponível em <http://www.todospelaeducacao.org.br/>, acesso em 28/12/2016).

em cinco áreas de conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas/Sociais e Formação Técnica/Profissional) e prevê a implantação gradativa do ensino integral, no prazo de cinco anos, contendo uma carga horária de sete horas de aulas por dia ou 1,4 mil horas por ano. Com estas alterações, os alunos matriculados no ensino médio poderão optar por qual área de ensino desejam aprofundar seus conhecimentos, fragmentando novamente o ensino e reforçando a separação do que ensinar e para quem ensinar. No entender de Fritsch, Rocha, Vitelli (2014), não é suficiente incluir todos no sistema educacional, mas também é necessário pensar como transcorre o percurso da vida escolar (p. 231); ainda, para os autores, “há um consenso e apelo geral sobre as mudanças no ensino médio, onde que há uma tensão entre formação geral (propedêutica) e formação profissional (técnica)”. (FRITSCH; ROCHA; VITELLI, 2014, p.2).

Esta mesma lei prevê que cada sistema de ensino poderá organizar seu itinerário de oferta conforme a disponibilidade de vagas e a capacidade de atendimento. Dessa forma, o cenário que se vislumbra retoma uma formação desarticulada, reforçada na dualidade histórica da formação profissional técnica do ensino médio.

Com a atual conjuntura obscura e conturbada do Governo Federal, voltado a uma gestão com os princípios neoliberais, vivemos um momento de possíveis retrocessos no sistema de ensino e também na educação profissional técnica de nível médio. Durante o ano de 2017 foram promovidas ações governamentais para impulsionar a oferta do ensino técnico em concomitância com o ensino médio. O Programa MédioTec já anuncia como se darão as iniciativas para fomento da formação técnica, com parcerias entre o governo e instituições privadas⁷.

Percebemos um sistema de ensino dualista, e, além disto, a organização de uma sociedade dualista. Entre os diversos entraves e caminhos que acompanham as discussões da educação profissional técnica de nível médio, ainda não avançamos para a garantia de uma educação integral, sem divisões de classes,

⁷ O MedioTec será executado em parceria com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e as Redes Públicas Estaduais e Distrital de Educação (RPEDE), além das instituições privadas de ensino técnico de nível médio e tem, dentre outros objetivos, garantir que o estudante do ensino médio, após concluir essa etapa de ensino, esteja apto a se inserir no mundo do trabalho e renda. As vagas dessa nova ação são definidas a partir do mapeamento das demandas do mundo do trabalho e renda, inclusive considerando as necessidades futuras.

O Ensino Médio, concebido como educação básica e articulado ao mundo do trabalho, da cultura e da ciência, constitui-se em direito social e subjetivo e, portanto, vinculado a todas as esferas e dimensões da vida. Trata-se de uma base para o entendimento crítico de como funciona e se constitui a sociedade humana em suas relações sociais e como funciona o mundo da natureza, da qual fazemos parte. Dominar no mais elevado nível de conhecimento estes dois âmbitos é condição prévia para construir sujeitos emancipados, criativos e leitores críticos da realidade onde vivem e com condições de agir sobre ela. Este domínio, também, é condição prévia para compreender e poder atuar com as novas bases técnico-científicas do processo produtivo. (FRIGOTTO, [s.a], p.12).

A sociedade brasileira luta por projetos que tenham por objetivos mudanças das estruturas que geram a desigualdade, seja nos âmbitos econômico, político, cultural e/ou educacional. Assim como Frigotto, para muitos, incluindo-me neste universo, trata-se de ir construindo a utopia (outro lugar) de ir além da sociedade regida pelo capital; e é nesse instável cenário que esta pesquisa se insere, principalmente pelo objeto de pesquisa que se enquadra em todas estas reformas de políticas educacionais.

Não foi por acaso que este tema pautou meus interesses de pesquisa. Acredito que retomar lembranças seja uma oportunidade de reviver momentos e poder ressignificá-los em nossa trajetória de vida. Sou filha de professora e carrego esta herança como um forte indicativo da minha formação profissional, acadêmica e pessoal, que traz uma grande responsabilidade, desde criança, que perpassa minha formação acadêmica, tendo a escola como um espaço além de vivências escolares, de construção de vínculos e de contribuição para minha formação enquanto sujeito.

Sou formada em Pedagogia, com habilitação em Orientação Educacional. Durante o período acadêmico surgiu uma vaga como estagiária para o setor de Protocolo da Feevale, participei da seleção e, no ano de 2000, comecei a trabalhar na referida instituição. Essa oportunidade auxiliou na minha situação financeira, pois com esse vínculo tive 50% de desconto na mensalidade e, posteriormente, fui contratada como funcionária, recebendo um desconto de 75%. Conclui a faculdade em quatro anos; durante os primeiros anos do curso, permaneci trabalhando nos setores de Protocolo e Administração Acadêmica, realizando atividades administrativas, e próximo ao período de conclusão do curso, fui convidada para trabalhar no Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Neste momento tive o primeiro contato com a Gestão do Ensino, em nível de ensino superior e pude me aproximar do planejamento, da organização, da

orientação e aconselhamento aos alunos, fazendo a relação do macro institucional, com o micro do Instituto de Humanas. Identifiquei-me nesse local de atuação e percebi que era na gestão que eu me reconhecia, mesmo não atuando diretamente como gestora. Permaneci na Feevale durante sete anos e meio, e nesta instituição, além da Graduação, cursei Especialização em Pedagogia Empresarial, visando aprofundar meu conhecimento do vínculo da educação com o mundo fora do ambiente escolar. A Especialização aprofundou esse conhecimento e possibilitou-me conhecer outras teorias e novos olhares.

Após esse período recebi a proposta profissional de assumir a Gestão e Coordenação da Secretaria Acadêmica do Centro Universitário Metodista - IPA. Ao aceitar esse desafio, meu vínculo com a Gestão teve um enlaçamento e vivenciei dois vieses enquanto gestora; o primeiro como líder de uma equipe e setor, que deve dar conta de todas as demandas administrativas, responder por questões que interferem pontualmente na instância financeira da instituição, e o segundo, como Gestora Pedagógica, que precisa pensar processos, implantar ações que contribuem nos bastidores da formação acadêmica e permanência do aluno na instituição. Também aprendi a viver os conflitos entre a gestão acadêmica e financeira, dentro da gestão do ensino superior numa instituição privada. Reconheci-me como gestora e meu interesse por essa função aumentou. Durante o período em que estive no IPA, fiz disciplinas como aluna de Programa de Educação Continuada⁸ (PEC) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a intenção de vincular minhas vivências profissionais, buscando relação da teoria com a prática, com um olhar especial pela gestão.

Em 2012 surgiu uma nova proposta profissional, assumi a Coordenação Pedagógica de uma escola técnica, a Escola Técnica Faccentro NH e me desvinculei do IPA. Fortalecida no papel de gestora, decidi assumir esse novo desafio como forma de consolidar minha formação acadêmica e a experiência que me faltava na Educação Básica. Ao assumir a Coordenação Pedagógica um novo mundo se apresentou, percebi que a organização didática e pedagógica, os perfis dos estudantes, a estrutura, os objetivos, e até mesmo os professores eram diferentes da realidade que até então eu conhecia.

⁸ A UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul oferece vagas para alunos graduados cursarem disciplinas no Programa de Pós Graduação, nos Cursos de Mestrado e Doutorado, sem terem ingressado no programa como alunos regulares, são caracterizados como alunos especiais, participam de todo o processo avaliativo da disciplina.

Começam então a surgir os enfrentamentos de ser coordenadora e de estar realizando a função de gestão escolar. A escola em que atuo tem uma estrutura administrativa e pedagógica pequena, mesmo com mais de 1600 alunos. Oferece cursos técnicos na modalidade presencial, na modalidade de Educação a Distância e a Educação de Jovens e Adultos, nível médio. A gestão pedagógica é composta por uma diretora e uma vice-diretora (na ausência da Direção), eu, como coordenadora pedagógica e uma supervisora escolar. Nessa função, encontramos diversas dificuldades de atuação que vão desde a falta de reconhecimento destes cursos enquanto modalidade de oferta, professores que precisam criar a sua identidade enquanto docentes desses níveis de ensino, até alunos que carecem de atenção, de fortalecimento de seus vínculos com o cotidiano escolar para que permaneçam na escola.

Minha trajetória de vida pessoal, acadêmica e profissional justifica minhas inquietações. Convicta de que no papel de gestora há muitas dificuldades que perpassam essa atuação, ao iniciar nessa função, nessa escola, encontrei enfrentamentos diversos e, em especial, nos cursos técnicos na modalidade de educação a distância, pude perceber a carência de legislação, de diretrizes e referências que norteiam a prática das escolas, como forma de organização e dimensionamentos desses cursos.

Ao iniciar essa experiência, cursei outra especialização sobre Educação a Distância visando aprofundar conhecimentos sobre essa modalidade de oferta de ensino, que a cada dia toma proporções maiores no cenário educacional nacional e mundial. A especialização supriu minhas necessidades de forma parcial, já que todo o conteúdo e as orientações são voltados para o ensino superior.

Minha vivência e afinidade com o cotidiano escolar, desde a infância, mesmo que num primeiro momento pareçam ao acaso, impulsionaram minhas escolhas profissionais e, conseqüentemente, os trajetos até então percorridos. Estou certa que minhas origens despertaram meu interesse pela gestão, como também pelo meu campo de pesquisa, sobretudo para olhar aquilo que ainda não foi visto, conhecer o que ainda desconheço, para então, superar e ressignificar a minha prática.

Quando escolhi pesquisar sobre a gestão dos cursos técnicos na modalidade a distância, fui movida por minhas inquietações e experiências profissionais,

oriundas da minha prática como coordenadora pedagógica na escola técnica, e outras vivências das demais instituições privadas, as quais presenciei conflitos na relação entre as demandas pedagógicas e as administrativas, e sempre defendi o protagonismo do pedagógico tanto na condução como na gestão destas instituições.

Iniciei uma investigação da oferta dos cursos nessa modalidade de ensino, através do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), realizada nas cidades da região do Vale do Sinos e do Paranhama⁹, regiões inicialmente definidas para o campo empírico desta pesquisa. Ao investigar o campo, além de constatar que temos uma oferta tímida nessa modalidade, percebi que a oferta dos cursos é distinta entre as instituições escolares públicas e as privadas. Os dados mostram que as instituições privadas oferecem cursos voltados para a área tecnológica de gestão e negócios, processos industriais e segurança, enquanto as instituições públicas ofertam cursos da área tecnológica de desenvolvimento educacional e social. Explorando-se este mapeamento, a partir de dados do CEEBB dos anos de 2015 e 2016, foi possível estabelecer um comparativo de matrículas.

Outro momento importante para a formulação da problemática desta pesquisa foi a revisão da literatura, onde confirmei minhas impressões iniciais: da mesma forma que a oferta dos cursos acontece de forma tímida, as pesquisas que tratam da gestão dos cursos técnicos na modalidade a distância ainda não abrangem as questões pedagógicas. Foram encontradas 156 (cento e cinquenta e seis) pesquisas de outras áreas do conhecimento que tratam da gestão dos cursos técnicos ou da EAD, que tem por objetos de estudo o ambiente educativo, trazendo exemplos e modelos que devem ser seguidos. Entre este referencial, pode-se citar, como exemplo, a tese de doutorado de engenharia intitulada “Desenvolvimento de um modelo de gestão educacional de avaliação aplicado no Ensino Médio técnico voltado a melhoria da qualidade da indústria de conformação de cerâmica”, defendida em 2012, por Vilmar Menegon Bristot. A proposta da pesquisa de Bristot (2012) está voltada para a criação de um ranking baseado nas competências e habilidades dos alunos da escola. Os resultados encontrados demonstraram que

⁹ As cidades do Vale do Rio do Sinos são: Araricá, Canoas, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul. As cidades do Vale do Paranhama são: Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas.

essa mudança na gestão educacional aproximou a escola da indústria, trazendo resultados importantes para o desenvolvimento econômico local.

A dissertação de mestrado em Administração, da pesquisadora Suzete Viana Nascimento, com o título “Avaliação da Política Pública de Educação Profissional: eficácia e efetividade dos cursos técnicos no Instituto Federal na Bahia- Campus Camaçari”, de 2014. Na pesquisa, a autora prevê avaliar as ações de implantação dos cursos técnicos e nos resultados constata que há fragilidades no processo, entretanto, não há uma análise do processo pedagógico, há apenas comparativos entre metas e resultados. Mesmo as pesquisas encontradas na área da educação, como a dissertação “Atribuições e Competências Gerenciais do coordenador pedagógico na educação profissional técnica de Ensino Médio”, de Fátima Aparecida Pereira, defendida em 2014, no Mestrado Profissional em Gestão e Práticas Pedagógicas, têm sua atenção voltada aos processos mais administrativos das instituições, sem aprofundamento sobre as questões pedagógicas das instituições escolares.

Minha inquietação sempre residiu no fazer pedagógico das instituições escolares. Há uma linha muito tênue na proposta dos cursos técnicos na modalidade EAD e a possibilidade da expansão de um novo negócio educacional. Há a clareza de que todas as instituições devem ser administradas financeiramente para que sejam sustentáveis, mas quando falamos em ensino, deve-se ter responsabilidade com a formação do sujeito, sem considerar apenas a lucratividade. Assim, o problema que me propus a investigar é **“Como se expressa a gestão pedagógica nos cursos técnicos a distância em instituições escolares privadas do Rio Grande do Sul?”**

Pelas evidências iniciais, a partir da revisão de literatura e mapeamento da oferta e matrículas, foram consideradas duas hipóteses:

I) neste formato e modalidade de ensino, a gestão administrativa se sobrepõe à pedagógica,

II) a gestão administrativa nas instituições escolares é naturalizada, assim os processos pedagógicos são entendidos como processos administrativos.

1.1 Objetivos

Esta pesquisa, de cunho acadêmico, tem objetivos definidos previamente, delimitados por sua relevância e abrangência, subdividindo-se em objetivo geral e objetivos específicos.

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a(s) expressão(ões) da gestão pedagógica nos cursos técnicos a distância em instituições escolares privadas do Rio Grande do Sul.

1.1.2 Objetivos Específicos

a) Mapear a representatividade e impactos da oferta e matrícula nos cursos técnicos a distância no estado do Rio Grande do Sul;

b) Descrever a(s) concepção(ões) da gestão pedagógica nos documentos legais nacionais e do Estado do RS, nas instituições escolares e nas produções acadêmicas dos cursos técnicos na modalidade a distância;

c) Identificar a expressividade da gestão pedagógica nos processos, na organização e nas lideranças da gestão escolar;

1.2 Justificativa

As discussões sobre a gestão escolar nunca se esgotam pois estão imersas num contexto educacional permeado de mudanças, sofrendo influências de diversas áreas, promovidas por políticas que perpassam o ambiente escolar. Cabe à gestão escolar a organização e a garantia do ensino de qualidade, e isso deve acontecer independente do nível e da modalidade de ensino. Enquanto educadores e pesquisadores há necessidade de investigar todos os espaços educativos, entender a atuação desses gestores, compartilhar e divulgar a educação, defendendo assim nossa área.

Num momento conturbado de mudanças políticas e estruturais na educação, a relevância desta pesquisa reside na importância de tratar a gestão pedagógica em todas as modalidades e níveis de ensino, a partir de diferentes olhares de

pesquisadores de educação. A pesquisa pretende contribuir para o fortalecimento da temática e desse campo de estudo, possibilitando novas pesquisas e perspectivas a partir dos resultados obtidos. Para as instituições escolares pesquisadas e as demais que ofertam cursos nessa modalidade, irá contribuir no cotidiano escolar, conhecendo outras formas de gestão e, quem sabe, na resolução de problemas.

Para mim, enquanto pesquisadora, esta pesquisa vai muito além do crescimento pessoal e acadêmico, decorrente das investigações e leituras na área, ela trará satisfação profissional, pois, enfim, poderei conhecer outras realidades da gestão, suprimindo minhas fragilidades e dificuldades enquanto coordenadora pedagógica desta modalidade e nível de ensino.

Para chegar à temática da gestão pedagógica torna-se pertinente analisar questões que compõe o contexto da educação técnica de nível médio a distância. Para tanto, apresento no próximo subitem os caminhos metodológicos percorridos para a realização desta pesquisa.

1.3 Os caminhos metodológicos percorridos

Neste subitem apresento o processo metodológico que acompanhou o delineamento desta investigação. Como esta dissertação está organizada em capítulos no formato de artigos, descrevo, em cada um, a metodologia utilizada para alcançar os objetivos específicos.

O caminho metodológico foi bem delimitado para poder responder a questão norteadora da pesquisa, com o comprometimento de pesquisadora em desvendar as facetas do objeto de estudo, ciente de que este caminho pode ter mudanças e, muitas vezes, necessita ser readequado.

Corazza (2002), ao escrever sobre metodologias de pesquisa, assinala que o método possibilita a integração entre o sujeito pesquisador e o objeto de pesquisa. Constitui-se um “conciliador” desse processo que é de construção de conhecimento e subjetividade, de interdependência entre teoria e o sujeito no processo de investigação.

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, pois conforme Minayo (2010), ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Assim, a pesquisa não desconsidera a importância dos dados quantitativos, mas tem como propósito analisar como se dá a gestão

pedagógica nos cursos técnicos na modalidade a distância, considerando a realidade vivenciada pelo objeto da pesquisa, em seu contexto histórico e social.

Quanto às estratégias, essa pesquisa tem caráter exploratório, pois conforme Gil, “este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. (GIL, 2007, p.41). A revisão de literatura comprovou a carência de pesquisas sobre essa temática, acentuando a importância dessa investigação, sobretudo, por ser um campo ainda pouco explorado e evidenciado nas pesquisas acadêmicas.

Em busca de uma resposta consistente para questão problema desta pesquisa realizei dois olhares, um macro e um micro da gestão pedagógica nos cursos técnicos a distância. O olhar macro compreende a análise das bases legais nacionais e do estado do Rio Grande do Sul, e discussão sobre as produções acadêmicas, enquanto o olhar micro tem como cenário duas instituições privadas do estado do RS.

Entendo que o caminho metodológico que compõe a pesquisa inclui todos os momentos, desde a formulação da problemática até as considerações finais. Desta forma, comecei a traçar a pesquisa a partir da revisão de literatura, quando mapeei e analisei pesquisas desenvolvidas nas temáticas da gestão pedagógica, gestão escolar, ensino técnico, educação profissional e educação a distância. Outro momento importante foi o mapeamento da oferta e matrículas dos cursos técnicos EAD, nas escolas da região do Vale do Paranhana e Vale dos Sinos. Os dados encontrados tornaram-se relevantes e conduziram à problemática da investigação: os cursos ofertados pelas instituições privadas oferecem cursos voltados para a área tecnológica de gestão e negócios, processos industriais e segurança, enquanto os cursos ofertados pelas instituições públicas atendem a área tecnológica de desenvolvimento educacional e social. A partir da análise desses dados, surgiu o interesse de realizar um estudo comparativo, tendo com base as diferenças entre cursos ofertados de uma instituição do Sistema S¹⁰ e uma instituição pública.

¹⁰ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); e Serviço Social de Transporte

As instituições públicas que oferecem cursos na modalidade a distância no RS são os Institutos Federais, a saber: o Instituto Federal do Estado do Rio Grande do Sul (IFRS) e o Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). O contato inicial com o IFRS aconteceu através de e-mail com a Pró-Reitora de Ensino, que prontamente disponibilizou o contato da coordenadora da Rede E-tec nos campi do IFRS. A coordenadora imediatamente retornou meu contato, mas, infelizmente, as turmas dos cursos técnicos a distância estavam no período de conclusão. Apenas uma turma, no Campus de Osório¹¹ estava em andamento, o que seria insuficiente para a coleta de dados. Devido a impossibilidade de pesquisa no IFRS, contatei o IFSul através de um colega do Programa de Pós-Graduação em Educação que me forneceu o e-mail do Pró-Reitor de ensino. Este, imediatamente me disponibilizou o contato do coordenador da Rede E-tec do IFSul mas, infelizmente, não tive nenhum retorno deste coordenador. Enviei diversos e-mails e fiz muitas tentativas de contato telefônico, no período de março a junho de 2017, mas não obtive resposta em nenhuma das iniciativas.

Devido as dificuldades de oportunidades para realizar a pesquisa em instituição pública, optou-se então por uma instituição privada particular e uma instituição privada vinculada ao Sistema S. A primeira escolha foi por uma rede de escolas técnicas privada do estado do RS, que tem unidades em diversas cidades da região. Ao entrar em contato com a diretora da unidade de São Leopoldo, a resposta foi negativa sob o pretexto de que a mantenedora não abriu espaço para a investigação. A região definida para a pesquisa foi então ampliada, incluindo a cidade de Porto Alegre. Na primeira escola privada que fiz contato, diretamente com a diretora administrativa, fui bem acolhida e pude definir e dar continuidade à investigação.

Na escolha da instituição vinculada ao Sistema S não houve nenhuma objeção. Logo optei pela unidade de Novo Hamburgo, e já no primeiro contato,

(SEST).(Disponível em <www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>, consulta em 06/12/2017).

¹¹ Ao participar do II Colóquio Discente da Universidade de Caxias do Sul, apresentei parte desta pesquisa no Seminário Temático em que estavam representantes do IFRS. Tive contato com um aluno do campus de Osório que informalmente relatou que a oferta deixou de ocorrer por motivos financeiros. O curso ofertado era de Guia de Turismo e há exigência de visitas técnicas que incluem viagens térreas e aéreas. Devido ao corte de verbas, o Instituto não estava conseguindo promover as visitas guiadas, e os alunos não tinham condições financeiras de arcar com as despesas.

através de e-mail, com a diretora da unidade, fui muito bem aceita, obtendo o espaço necessário para a coleta de dados.

Assim, as regiões que este estudo abrange são: o Vale do Sinos e do Paranhana, representado pela cidade de Novo Hamburgo, e a cidade de Porto Alegre. Foram analisadas duas instituições sendo uma instituição privada que integra o Sistema S, e a outra, uma instituição privada particular. Os dados de matrículas analisados comprovam que o número significativo de matrículas está nas regiões definidas para esta pesquisa e nas escolas privadas. O Quadro 1, apresenta o quantitativo de matrículas no Estado do RS, considerando as instituições de ensino público e privado.

Quadro 1 - Dados de instituições escolares e matrículas nos cursos técnicos na modalidade a distância no Estado do RS.

MATRÍCULAS	INSTITUIÇÕES ESCOLARES		NÚMERO DE MATRÍCULAS	
	TOTAL RS	TOTAL REGIÃO	TOTAL RS	TOTAL REGIÃO
Ensino Público	20	03	4.489	272
Ensino Privado	51	34	13.670	11.993
TOTAIS	71	37	18.159	12.265

Fonte: Dados recebidos pelo CEED/RS, em 24/08/2017. Gráfico elaborado pela autora.

1.3.1 Campo Empírico

Esta pesquisa se realiza em duas instituições escolares privadas, sendo uma instituição do Sistema S, em Novo Hamburgo, e a outra, uma instituição privada particular, localizada na cidade de Porto Alegre.

1.3.2 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada a partir de documentos relacionados à legislação da educação profissional técnica de ensino médio a distância, produções acadêmicas sobre a temática abordada, selecionadas na revisão de literatura, documentos legais das instituições escolares analisadas e entrevistas com os coordenadores de cursos técnicos na modalidade a distância das escolas do campo empírico.

13.2.1 Documentos

Para compreender a expressividade da gestão pedagógica nos cursos técnicos a distância é imprescindível conhecer o contexto em que os sujeitos atuam, e para tanto, é necessário fundamentar a discussão com bases legais que dão origem e orientam a oferta dos cursos técnicos a distância e nas produções acadêmicas. Com este entendimento, tornam-se parte do procedimento metodológico dessa pesquisa a análise dos documentos que regulamentam a educação profissional técnica de nível médio.

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. (GIL, 2007, p. 46).

Os documentos que compõem a coleta de dados serão divididos em três categorias, as legislações que orientam e definem a oferta de cursos técnicos na modalidade a distância; os documentos legais das instituições escolares envolvidas na pesquisa, e as produções acadêmicas selecionadas na revisão da literatura.

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 39)

Concordando com Ludke e André, considerou-se a interpretação e interlocução entre a base legal, os documentos institucionais, as produções acadêmicas e as informações confiáveis para compreensão da visão pedagógica nos cursos técnicos na modalidade a distância. Para tanto, estas análises estão divididas em diferentes capítulos, contribuindo para uma melhor interpretação e análise dos dados, com o enfoque voltado para a representação pedagógica nestes documentos.

Para compor a análise macro desta pesquisa, foi realizada uma busca, através de consulta no *site* do Ministério da Educação e do Conselho Estadual, dos documentos base da educação profissional técnica de nível médio e da educação técnica de nível médio a distância, e assim, definidas as bases legais que compõem

este estudo. O Quadro 2 apresenta os documentos legais, a nível nacional e estadual, que fazem parte da análise documental dessa pesquisa.

Quadro 2 - Legislação sobre a educação profissional técnica de nível médio a nível nacional e no Estado do Rio Grande do Sul.

EDUCAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO A DISTÂNCIA
Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.	Resolução nº 1, de 2 de fevereiro de 2016. Define Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino.
	Resolução CEED/RS Nº 334 DE 28/01/2016. Estabelece normas para a oferta de Educação a Distância - EAD no Sistema Estadual de Ensino. Dá nova redação ao artigo 5º da Resolução CEED nº 320/2012.

Fonte: Dados coletados no *site* do Ministério da Educação, no *site* do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, quadro elaborado pela autora, 2017.

No Quadro 2 consta o número da legislação e a ementa que trata cada documento, sendo estes os documentos que estão em vigência na atualidade, sem revogação. Considerando-se a necessidade de discussões, utilizamos também outros documentos para contextualização e debates ao longo do texto. As produções acadêmicas, levantadas a partir da revisão da literatura, que fazem parte deste estudo estão descritas no Quadro 3.

Quadro 3 - Produções acadêmicas analisadas na revisão de literatura.

Documento	Título	Autor	Ano
Dissertação	Um Modelo de Educação Profissional no Ensino Médio	Eliane Diniz Soares Peixoto	2014
Dissertação	O Processo da Institucionalização da Educação a Distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins – IFTO	Gisele Magali da Silva	2013
Artigo	A Política de Educação Profissional no Governo Lula: um Percorso Histórico Controvertido	Gaudêncio Frigotto; Maria Ciavatta; Marise	2007

		Ramos	
Artigo	Educação a Distância: Tensões entre o Público e o Privado	Jaime Giolo	2010
Dissertação	Atribuições e Competências Gerenciais do Coordenador Pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Fátima Aparecida Pereira	2014
Dissertação	Contribuições da Gestão Escolar para a Ressignificação do Espaço Público da Escola	Natália Pergher Miranda	2011
Dissertação	O Mercado da Educação e a Escola Católica: uma abordagem sobre as mudanças na política de gestão educacional nas escolas católicas do Brasil	Sergio Eduardo Mariucci	2011
Artigo	A Construção da Profissionalidade do Gestor Escolar: Concepções e Práticas	Elisangela André da Silva Costa; Maria Socorro Lucena Lima; Maria Cleide da Silva Ribeiro Leite	2015
Artigo	Gestão Escolar: afinal, que fins estão sendo buscados?	Mirna de Lima Medeiros; Luna Marquez Ferolla; Cláudia Souza Passador; João Luiz Passador	2014
Artigo	Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas	Luiz Fernandes Dourado	2007
Artigo	Reformas Educacionais: Descentralização, Gestão e Autonomia Escolar	Ângelo Ricardo de Souza	2003
Artigo	Reestruturação Produtiva, Reforma Administrativa do Estado e Gestão da Educação	Elma Júlia Gonçalves de Carvalho	2009

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

O Quadro 3 apresenta o tipo de documento (artigo ou dissertação), o título, o(s) autor(es) e o ano da publicação. Todas estas produções acadêmicas denotam o estado da arte no que tange a gestão escolar. Os documentos institucionais que participam do estudo são: Regimento Institucional, Projeto Pedagógico dos cursos técnicos na modalidade de educação a distância e Planos de Estudos dos Cursos¹². A definição destes documentos foi feita com base na Resolução nº 334, de 28 de janeiro de 2016, do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do

¹² Conforme orientação recebida pelo setor de Biblioteca da UNISINOS, para manter o anonimato das Instituições pesquisadas, os documentos institucionais não serão incluídos nas referências desta dissertação.

Sul, onde são definidas as normas para autorização de oferta dos cursos técnicos na modalidade a distância e informam os documentos que devem ser apresentados pela instituição.

1.3.2.2 Entrevistas

Como parte da análise micro desta dissertação foram realizadas entrevistas com os coordenadores responsáveis pelos cursos técnicos na modalidade a distância, representando um diálogo com os sujeitos desta pesquisa. Optei por utilizar o modelo de entrevista semiestruturada no intuito de ter um direcionamento sobre o que perguntar, mas sem limitar as questões, dando, assim, maior liberdade e espaço aos entrevistados. Para Gil (1999, p. 120) a entrevista semiestruturada faz “o entrevistador permitir ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”.

As perguntas que compõem a entrevista foram definidas previamente, porém foram repensadas ao longo do trabalho de campo. Para registro das entrevistas utilizei gravação em áudio pois, conforme Zago (2003), dessa forma, o pesquisador fica mais livre para conduzir as questões, avançar na problematização, além de favorecer a relação de interlocução. Com a aprovação dos entrevistados, este registro teve uma função importante na organização e análise dos resultados, uma vez que possibilitou o acesso ao material na íntegra, de forma mais completa do que anotações, e ainda, a opção de escutar novamente as entrevistas, conforme a necessidade, para reexaminar seu conteúdo.

Os entrevistados foram indicados pelas direções das escolas participantes da pesquisa. Ao realizar o contato com as direções solicitei o contato com os responsáveis pelo pedagógico dos cursos técnicos na modalidade a distância. Ambas direções indicaram os coordenadores dos cursos. As entrevistas realizadas com os dois coordenadores ocorreram de forma tranquila, sem rigor na sequência das perguntas, dando abertura ao diálogo. Os entrevistados se expressaram de diferentes formas; o coordenador da escola privada do Sistema S, muito falante e espontâneo, enriqueceu a entrevista com dados complementares, enquanto a coordenadora da escola técnica privada, mais contida, respondeu as questões de forma mais pontual, mas contribuiu também, de maneira satisfatória, fornecendo informações necessárias para as análises. Ambos coordenadores têm muito

entusiasmo e acreditam profundamente na modalidade e formato de ensino em que atuam.

1.3.3 Análise dos dados

A análise dos dados é composta pela análise dos documentos e análise das entrevistas. Apresento, a seguir, a forma como realizei tais análises.

1.3.3.1 Análise dos documentos

Para esta primeira análise, a estratégia metodológica escolhida foi a análise documental. Esta metodologia foi utilizada para a análise da legislação educacional vigente sobre a educação profissional de nível técnico a distância e para a análise dos documentos institucionais, possibilitando a interlocução com as entrevistas.

Utilizo como referência a análise documental proposta por Cellard (2012), por identificar-me com a forma apresentada pelo autor para análise e, também, por entender que os documentos têm informações e conduzem à pistas da pesquisa, que devem ser criteriosamente analisadas para entendimento e compreensão do campo investigado. Assim há flexibilidade e também rigor já que o exame minucioso de alguns documentos ou bases de arquivos abre, às vezes, inúmeros caminhos de pesquisa e leva a interpretações novas ou mesmo a modificações de alguns pressupostos iniciais. (CELLARD, 2012, p. 298). As dimensões de pré-análise apresentadas por Cellard (2012) são: contexto; autor e autores; autenticidade e confiabilidade do texto; natureza do texto; conceitos-chave e lógica interna do texto.

Dentro das dimensões da pré-análise propostas por Cellard, trabalho com o contexto, considerando que é necessário conhecer a conjuntura política social, cultural que propiciou a produção do documento; com a análise do autor e autores, que complementa a análise do contexto; com a natureza do texto, analisada de acordo com a pré-análise do contexto; e com os conceitos-chave e a lógica interna do texto, para uma análise mais completa desses documentos, considerando “prestar atenção aos conceitos-chave presentes em um texto e avaliar sua importância e sentido, segundo o contexto preciso em que eles estão empregados” (CELLARD, 2012, p. 303). Além disso, dou especial atenção à parte interna do texto

e às argumentações presentes, visando entender o tipo de discurso que está imerso em cada uma das legislações.

1.3.3.2 Análise das entrevistas

Para análise das entrevistas utilizo a técnica de análise de conteúdo, com base em Bardin (2011). Segundo o autor, essa técnica é utilizada quando se deseja ir além dos significados e da leitura simples do real, podendo ser aplicável em tudo: entrevistas, depoimentos ou escritos em jornais, livros, textos, panfletos, entre outros. Assim, a técnica como análise das entrevistas complementou a análise documental e contribuiu para uma análise ampla da problemática da pesquisa.

Tendo como ponto de partida a mensagem, Bardin (2011, p.44) afirma “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”. Assim, tudo que é dito, visto ou escrito pode ser submetido à análise de conteúdo.

Para poder analisar adequadamente o conteúdo das mensagens, realizei, inicialmente, a transcrição dos áudios das entrevistas, etapa que tomou bastante tempo, mas que foi feita com calma para a compreensão e análise de cada fala. Após, entreguei aos entrevistados a transcrição de cada uma das entrevistas, para que pudessem ler e verificar qualquer incoerência. O coordenador da instituição vinculada ao Sistema S a devolveu sem nenhuma alteração, e a coordenadora da escola privada fez pequenas correções de linguagem, mas que não interferiram em nada o conteúdo do texto.

Assim que as entrevistas foram devolvidas, as mantive em documentos separados, sendo um para cada instituição. Fiz nova leitura das transcrições e fui selecionando excertos dos diálogos, utilizando critério de cores para relacioná-los com as categorias, sendo, respectivamente: instituição (cor verde); processos (cor azul), e gestão (cor cinza). Algumas categorias foram subdivididas: a categoria instituição foi subdivida em instituição, organização e lideranças; a categoria processos se manteve única, e a categoria gestão foi subdividida em perfil e atividades da EAD.

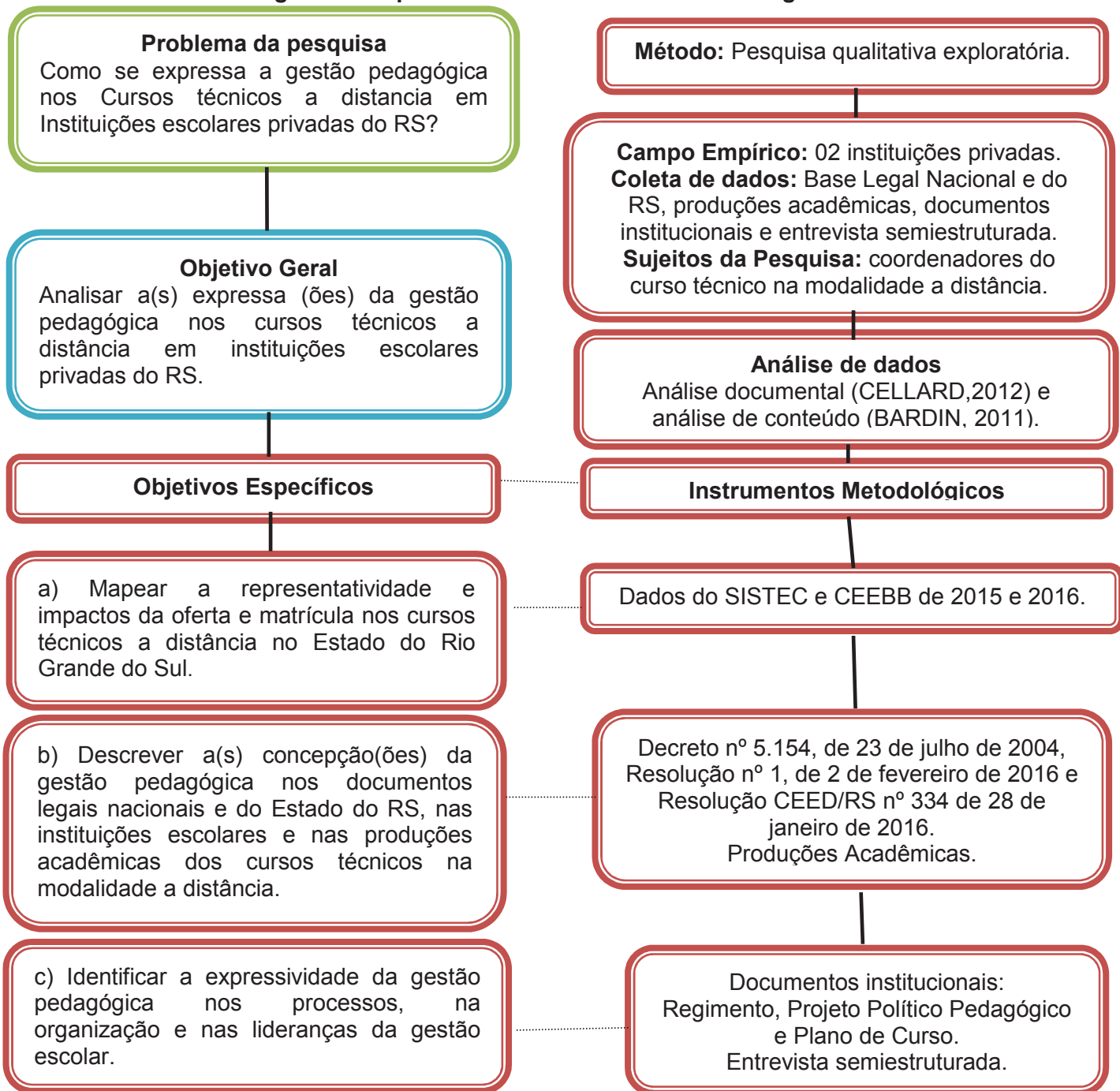
Após a organização destes critérios, realizei um quadro comparativo entre as duas instituições, distribuindo os excertos de falas do texto das entrevistas em cada

uma das categorias definidas previamente. Quando haviam respostas sobre um mesmo aspecto ou uma fala que tratava de um mesmo assunto, os excertos foram colocados lado a lado, visando uma leitura comparativa que considere o olhar de cada uma das instituições. Este método de organização favoreceu a explanação dos dados e a exposição de como a gestão pedagógica se evidencia em cada uma das instituições.

1.3.3.3 Síntese Metodológica

Com estes caminhos apresentados: revisão de literatura, identificação das instituições escolares que ofertam os cursos técnicos na modalidade EAD, escolha das instituições para investigação, análise documental da legislação de nível nacional, regional e institucional e, por fim, entrevistas com os coordenadores das instituições, entendo que será possível responder a questão-problema da pesquisa. Com isto, apresento a síntese metodológica desta dissertação.

Figura 2 - Mapa síntese dos caminhos metodológicos



Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

2. QUANTO MAIS SE OLHA, MAIS SE QUER PESQUISAR: UM MAPEAMENTO DOS DADOS DE MATRÍCULAS DOS CURSOS TÉCNICOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA.

As mudanças e tensões nos contextos econômico, social e político da atualidade trazem instabilidades e incertezas em todas as esferas da vida em sociedade, afetando diretamente os sistemas de ensino. Entre todas as etapas de ensino, mantenho o foco no grande impacto na educação profissional técnica de nível médio, onde há uma linha tênue entre a formação para o mercado e a formação integral do sujeito. Muitos discursos que circulam nas mídias pautam o debate, entretanto, o que se percebe é que não avançam na construção de uma proposta política consistente basilar e estruturante para esta modalidade de ensino.

Nos últimos anos nota-se um expressivo aumento de programas e projetos para a inserção de jovens no mercado de trabalho, com objetivos pontuais, sem uma concepção política sólida, como por exemplo o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Este programa, conforme o *site* oficial, tem por objetivo “expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores”, (<http://portal.mec.gov.br/pronatec>) o que desencadeia outras iniciativas para cumprir com seus objetivos, como por exemplo, o Programa Brasil Profissionalizado, a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica, o sistema Rede E-tec Brasil, o Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem e a Bolsa-Formação.

Presume-se que estas iniciativas tenham continuidade. Um dos indicativos é a proposta do Novo Ensino Médio, na qual a escolha pelo ensino técnico volta a ser uma das opções para conclusão deste nível de ensino. Paralelamente, o governo lançou, em 2017, o Médio-Tec, um programa derivado do PRONATEC, em parceria com instituições privadas, institutos federais e para o Sistema S. O programa prevê que estudantes que estão cursando o ensino médio, cursem gratuitamente o ensino técnico, nas instituições vinculadas ao programa. Estes exemplos direcionam para um crescimento desta modalidade de ensino e evidenciam uma preocupação que impulsiona o mapeamento dos dados de matrículas.

Conforme dados do CEEBB, em 2016, havia 1.858.531¹³ alunos matriculados na educação profissional no Brasil, desta totalidade, 1.097.000 de alunos matriculados na rede pública e 761.531, na rede privada de ensino. No ano de 2015 havia 1.916.112 matrículas, destas 1.044.425, na rede pública e 871.687 na rede privada. Os números demonstram que as matrículas na educação profissional têm se mantido, tendo pequenos declínios, oscilando entre as esferas administrativas. A meta de matrículas para a educação profissional, conforme o Plano Nacional de Educação (PNE) é alcançar o número de 5.224.584 de matrículas até 2024. Para que possa atingir esta meta é possível que, nos próximos anos, surjam novos programas de incentivo à educação profissional.

Além disto, desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/1996, que legaliza a educação a distância em todos os níveis e modalidade de ensino, ficou permitida educação profissional técnica de nível médio a distância. Nos últimos anos esta modalidade, neste formato, começou a ser vista como promissora. O primeiro ato legal desta modalidade no Estado do Rio Grande do Sul foi a Resolução CEED/RS nº 293, de 22 de agosto de 2007, porém, somente em 2015, os dados de matrícula passaram a ser informados no CEEBB. É nesta modalidade e formato de ensino que nos detemos para realizar um mapeamento das matrículas na educação técnica de nível médio.

Assim, o objetivo deste capítulo pretende atender o objetivo específico da pesquisa, ou seja, conhecer a representatividade e impacto da oferta e matrícula dos cursos técnicos a distância no Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, apresento o cenário atual da educação técnica de nível médio a distância, considerando quem oferta tais cursos e onde estão concentradas as matrículas, identificando, dessa forma, a representatividade e impacto desta modalidade no contexto do sistema de ensino. Os dados analisados são do Estado do Rio Grande do Sul com aprofundamento na região do Vale do Rio do Sinos, do Paranhana e da cidade de Porto Alegre¹⁴.

¹³ Estes números contemplam o total de alunos matriculados na Educação Profissional, onde inclui Cursos Técnicos de Nível Médio, Projovem urbano e FIC fundamental e médio. Os dados da educação profissional FIC não ultrapassam número de 245.947 matrículas, conforme dados do CEEBB.

¹⁴ Com base nas informações do Conselho Regional de Desenvolvimento do Estado (COREDES) é uma iniciativa política para desenvolvimento das diversas regiões do Estado. As cidades que compõem este estudo são: Vale do Sinos: Nova Santa Rita, Esteio, Sapucaia, Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Portão, Estância Velha, Ivoti, Dois Irmãos, Campo Bom, Sapiranga,

Este texto está organizado em quatro momentos distintos: apresento, inicialmente, a metodologia do desenvolvimento deste capítulo; logo, a discussão teórica que fundamenta os diálogos e as análises dos dados; após, apresento os dados das instituições e cursos ofertados com base no SISTEC e, na sequência, apresento e analiso os dados das matrículas do CEEBB. Para finalizar, apresento uma análise comparativa do conjunto de dados obtidos.

2.1 Aspectos metodológicos

O mapeamento realizado apresenta os dados da oferta de cursos na modalidade a distância. A metodologia tem uma abordagem qualitativa, a partir do mapeamento e análise dos dados de matrícula. Para Menga Lüdke e Marli André, para a realização de uma pesquisa qualitativa é preciso:

[...]promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento acumulado a respeito dele. Em geral, isso se faz a partir do estudo de um problema, que ao mesmo tempo desperta o interesse do pesquisador e limita a sua atividade de pesquisa a uma determinada porção do saber, a qual ele se compromete a construir naquele momento. (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, pgs. 1,2)

Movida pelo interesse na pesquisa, e utilizando-se de dados quantitativos, foi possível gerar uma análise do contexto da oferta desta modalidade. A coleta de dados foi realizada diretamente na página do PNE, com consulta em janeiro e agosto de 2017. No *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sobre dados do Censo Escolar de 2015 e 2016, com consulta em janeiro e agosto de 2017. Os dados disponibilizados no SISTEC, na consulta pública das escolas e cursos técnicos regulares nos sistemas de ensino e cadastradas no Ministério da Educação e Cultura (MEC). Os dados do Censo Escolar de 2015 e 2016 fornecidos pelo Conselho Estadual de Educação, a partir de solicitação por e-mail ao setor de Estatística da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

Os instrumentos do PNE foram utilizados para contextualização e introdução desta discussão, os dados do CEEBB foram utilizados tanto para contextualização como para análise dos dados, enquanto os dados do SISTEC foram utilizados para a análise e discussão dos dados.

2.2 Discussão teórica

Para a discussão teórica deste capítulo é importante situar dois pontos relevantes de discussão: o primeiro, que estabelece as contradições na educação técnica de nível médio, que historicamente traz a segregação nesta modalidade de ensino e, o segundo, que trata das influências das transformações econômicas que afetam diretamente o sistema de ensino, proporcionando a formação de um novo mercado. Estes dois pontos se cruzam, pois há a percepção que ao falar de uma modalidade de ensino imersa numa dualidade estrutural, os aspectos de interesse de mercado, seja pela formação dos sujeitos ou pela possibilidade de novo negócio, se sobressaem e conduzem as escolhas.

As discussões sobre a educação profissional carregam a herança da dualidade estrutural desde os primórdios desta modalidade no ensino brasileiro. A dualidade estrutural é uma categoria que explica a escola a partir de suas finalidades. Kuenzer (2007, p.1155) explica que "ela se expressou por meio da oferta de escolas que se diferenciavam segundo a classe econômica social que se propunham a formar: trabalhadores ou burgueses". A educação técnica de nível médio sempre manteve a intenção da preparação da mão de obra para a industrialização do país. Para Kuenzer (2007, p. 27),

a formação de trabalhadores e cidadãos no Brasil, constituiu-se historicamente a partir da categoria dualidade estrutural, uma vez que havia uma nítida demarcação da trajetória educacional dos que iriam desempenhar funções intelectuais e instrumentais, em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas delimitava claramente a divisão entre capital e trabalho traduzida no taylorismo-fordismo como ruptura entre as atividades de planejamento e supervisão de um lado, e de execução por outro.

Nessa perspectiva também está Canali (2009, p.19) ao afirmar que "superar essa dualidade estrutural histórica existente entre ensino médio propedêutico e educação profissional de nível médio representa um grande desafio para transformar

essa realidade, caracterizada como problema político e não pedagógico”, sendo necessária a democratização do ensino com propósitos claramente definidos e com investimento público; assim, não é suficiente apenas o estabelecimento de decretos, mas transformar a realidade social.

Para Kuenzer e Gabrowski (2016) há uma dualidade negada, uma vez que,

a distinção entre as modalidades propedêutica e profissional restaria superada pela oferta de educação geral para todos, assegurada mesmo nos cursos profissionalizantes, como determina a nova LDB. A formação profissional dar-se-á a partir da formação geral, que deverá ter caráter mais abrangente do que especializado, a ser complementada ao longo das práticas laborais. Como a proposta é substituir a estabilidade pela dinamicidade, à educação cabe desenvolver competências que permitam aprender ao longo da vida, uma das categorias chave na pedagogia da acumulação flexível.(GABROWSKI; KUENZER, 2016, p.25)

Entretanto, no momento em que se ampliam as possibilidades de expansão do ensino a classe trabalhadora, percebe-se a expansão de formações rápidas, de caráter certificatória, diferente da educação oferecida as classes economicamente bem sucedidas, ditas como elites, em escolas privadas que reforçam a distinção e a definição da classe dominante sobre a classe trabalhadora.

Outros discursos neoliberais fortalecem esta concepção a partir da década de 90, quando o Brasil passa a adentrar as regras de mercado global, com a promoção do estado mínimo, como alguns exemplos: em que há oferta de empregos, mas que faltam profissionais com perfis adequados; e que a educação pública é precária a educação privada oferece uma melhor qualidade de ensino. A partir destes discursos, começam a ser estabelecidos acordos e parcerias entre o ensino público e o privado. Ao observar as ações do governo para a educação técnica de nível médio, que sempre contemplam propostas e iniciativas que unem duas esferas: a administrativa e o Sistema Nacional de Aprendizagem. No momento em que se promovem estas parcerias, a partir de ações de expansão de matrícula, são geradas suposições sobre as verdadeiras intenções do Estado. Para Ball (2001, p. 108), “o mercado educacional tanto dessocializa, quanto ressocializa cria novas identidades e destrói a sociabilidade, encorajando o individualismo competitivo e o instrumentalismo”.

O ensino técnico na modalidade a distância está inserido neste cenário, porém sem significativos debates quanto sua base legal e conceitual. Não se pode

afirmar que o ensino técnico a distância gera um novo mercado educacional, mas a análise dos dados de oferta e matrícula pode indicar pistas sobre esta tendência nesta modalidade de ensino. Afonso (2000, p.143) aponta para a “tendência de quase mercados, onde a relação entre público e privado se aprofunda e promove uma nova forma de negócios.” Quase-mercados são mercados porque substituem o “monopólio dos fornecedores do Estado por uma diversidade de fornecedores independentes e competitivos; são quase porque diferem dos mercados convencionais em aspectos importantes (AFONSO, 2000, p.143)”. Nesta perspectiva o próprio mercado que cria a demanda de formação, ditando o discurso da necessidade de perfis profissionais adequados às novas exigências do mundo moderno, e se dispõe a, ele mesmo, formar e preparar o indivíduo.

De um lado, temos um país que não consegue planejar e desenvolver políticas que atendem as necessidades de classe trabalhadora; do outro, os interesses dos grupos empresariais que controlam as diretrizes da educação em função das prioridades para acúmulo de capital. (COSTA; LIMA; LEITE, 2015, p. 67). A educação deixa de ser um interesse público, atendendo a interesses privados, de forma a beneficiar àqueles que exercem o poder e o controle sobre o sistema.

os processos de organização e gestão da educação básica têm sido marcados hegemonicamente pela lógica da descontinuidade, por carência de planejamento de longo prazo que evidenciasse políticas de Estado em detrimento de políticas conjunturais de governo. (DOURADO, 2007, p. 925)

Neste contexto conturbado, em que se cruzam os dois pontos trazidos no início da discussão, o da história da educação técnica de nível médio e o do mercado educacional que vivenciamos, é que o ensino técnico na modalidade a distância está inserido, por isso, não há como dissociar estes aspectos na leitura e interpretação dos dados de matrículas, com um olhar apurado sobre o que acontece por trás daquilo que os números apontam.

2.3 Quem, onde e quais as ofertas dos cursos técnicos EAD no RS

Em 30 de setembro de 2009, através da Resolução 03, do Conselho Nacional de Educação, fica instituído o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), implantado pelo MEC, onde são informados os alunos matriculados e concluintes. Este cadastro, atualizado por cada instituição que

integra o sistema de ensino, é uma das condições para garantir a validade nacional dos diplomas expedidos e registrados na própria instituição de educação profissional e tecnológica.

No *site* do SISTEC há um campo denominado consulta pública. Ali é possível consultar, por Estado e cidade, quais as instituições de ensino que ofertam educação técnica de nível médio e quais cursos ofertados e suas modalidades, podendo ser: concomitante, subsequente, presencial ou a distância.

Estes dados não estão consolidados com os dados do CEEBB, portanto, algumas informações diferem entre si. Neste subitem apresento um mapeamento das informações disponíveis no SISTEC, com os dados de consulta do ano de 2016 e do ano de 2017. No Quadro 4, podem ser visualizados os dados por cidade, instituição escolar, e cursos ofertados no ano de 2016 e 2017. Os dados referentes a Porto Alegre serão apresentados na sequência.

Quadro 4 – Dados dos cursos ofertados da educação técnica de nível médio sob a forma de educação a distância na Região do Vale do Sinos e Paranhana.

CIDADE	ESCOLA	CURSOS OFERTADOS 2016	CURSOS OFERTADOS 2017
Araricá	Nenhuma escola desta cidade está cadastrada no SISTEC.		
Campo Bom	Sem oferta.		
Canoas	Escolas e Faculdades QI	Administração	
		Contabilidade	
		Informática	
	Senac- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	Meio Ambiente	Administração
		Segurança do Trabalho	Design de Interiores
			Logística
		Marketing	
		Meio Ambiente	
		Segurança do Trabalho	
Dois Irmãos	Sem oferta		
Estância Velha	Sem oferta		
Esteio	Escola Técnica Mario Quintana	Logística	Logística
		Transações Imobiliárias	Transações Imobiliárias
Igrejinha	Sem oferta		
Ivoti	Sem oferta		
Nova Hartz	Nenhuma escola desta cidade está cadastrada no SISTEC.		
Nova Santa Rita	Nenhuma escola desta cidade está cadastrada no SISTEC.		
Novo Hamburgo	Senac	Logística	Administração
		Meio Ambiente	Informática
			Logística
		Marketing	

	Escolas e Faculdades QI		Meio Ambiente
			Qualidade
		Administração	Administração
		Contabilidade	Contabilidade
	Escola Técnica Faccentro NH	Informática	Informática
		Logística	Logística
		Administração	Administração
		Contabilidade	Contabilidade
		Recursos Humanos	Recursos Humanos
		Logística	Logística
		Química	Química
	Olímpio	Segurança do Trabalho	Segurança do Trabalho
		Transações Imobiliárias	Transações Imobiliárias
		Administração	
		Informática	
Parobé	Nenhuma escola desta cidade está cadastrada no SISTEC.		
Portão	Sem oferta.		
Riozinho	Nenhuma escola desta cidade está cadastrada no SISTEC.		
Rolante	Sem oferta		
São Leopoldo	Escolas e Faculdades QI		Contabilidade
			Logística
			Recursos Humanos
			Segurança do Trabalho
Sapiranga	Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul).	Alimentação Escolar	Alimentação Escolar
		Infraestrutura Escolar	Infraestrutura Escolar
		Multimeios Didáticos	Multimeios Didáticos
		Secretaria Escolar	Secretaria Escolar
Sapucaia	Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul).	Alimentação Escolar	Alimentação Escolar
		Infraestrutura Escolar	Infraestrutura Escolar
		Multimeios Didáticos	Multimeios Didáticos
		Logística	Secretaria Escolar
Taquara	Senac- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	Logística	Administração
		Meio Ambiente	Logística
			Marketing
			Meio Ambiente
			Recursos Humanos
Três Coroas	Nenhuma escola desta cidade está cadastrada no SISTEC.		

Fonte: Dados SISTEC, quadro elaborado pela autora, 2017.

As cidades de Araricá, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Parobé, Riozinho, Três Coroas não tem nenhuma escola técnica de nível médio cadastrada no sistema. Já as cidades de Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Igrejinha, Ivoti, Portão e Rolante tem escolas técnicas cadastradas, mas nenhuma oferta cursos nesta modalidade de ensino.

Conforme os dados disponibilizados, percebe-se que em 2016 houve um crescimento na oferta dos cursos técnicos na modalidade a distância nas cidades de Canoas, Novo Hamburgo e São Leopoldo. Uma nova instituição, Olímpio, passou a ofertar cursos nesta modalidade e houve uma ampliação na oferta de cursos nas unidades do Senac. Essa expansão de oferta ocorreu nas instituições privadas. Na rede pública, a única alteração constatada foi na oferta dos cursos do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, campus Sapucaia, que deixou de ofertar o curso de Logística e passou a ofertar o curso de Secretaria Escolar. Com esta alteração, acentua-se a diferença sobre a quantidade da oferta dos cursos pelas instituições públicas e privadas. O Quadro 5 apresenta uma síntese dos dados coletados, com indicativo de quantidades de cidades, instituições escolares e cursos ofertados, em formato comparativo dos anos 2015 e 2016.

Quadro 5 - Síntese dos dados quantitativos dos cursos ofertados da educação técnica de nível médio sob a forma de educação a distância na região do Vale do Sinos e Paranhana.

INFORMAÇÕES	DADOS 2015	DADOS 2016
CIDADES	07	08
INSTITUIÇÕES ESCOLARES	10	11
CURSOS OFERTADOS	13	16

Fonte: Dados SISTEC, quadro elaborado pela autora, 2017.

O Quadro 5, organizado a partir de dados quantitativos demonstra que, em 2016, sete cidades ofertaram os cursos nessa modalidade, sendo elas: Canoas, Esteio, Novo Hamburgo, Sapiranga, Sapucaia, Taquara. Em 2017 houve a inclusão da cidade de São Leopoldo. As instituições escolares ofertantes são: 03 unidades da Escola e Faculdades QI; 03 unidades do SENAC, a Escola Técnica Mário Quintana, a Escola Técnica Faccentro NH, 02 unidades do IFSul, e, a partir de 2016 a Escola Olímpio, em São Leopoldo. Comparando-se a oferta de cursos entre 2015 e 2016, permanecem os cursos de: Administração; Alimentação Escolar; Contabilidade;

Informática; Infraestrutura Escolar; Logística; Meio Ambiente; Multimeios Didáticos; Química; Recursos Humanos; Secretaria Escolar; Segurança do Trabalho e Transações Imobiliárias. Em 2016 foram incluídos os cursos de Design de Interiores, Marketing e Qualidade.

As instituições que mais ofertam cursos são as privadas, sendo estes cursos, em sua maioria, do eixo tecnológico de Gestão e Negócios. Cabe considerar que alguns cursos, conforme a Resolução 334/2016¹⁵ do estado do RS, não podem ser ofertados nesta modalidade.

No município de Porto Alegre a oferta é significativa. Entretanto, como o município passou a ser incluído na coleta de dados no ano de 2017, não há dados comparativos, visto que os dados são atualizados a partir do lançamento das informações fornecidas pelas instituições escolares.

Quadro 6 - Dados da educação técnica de nível médio sob a forma de educação a distância na cidade de Porto Alegre.

INSTITUIÇÕES ESCOLARES	CURSOS
Senac- Unidade Comunidade	Logística
	Marketing
	Contabilidade
	Recursos Humanos
QI- Escola de Educação Profissional- Júlio de Castilhos	Administração
	Contabilidade
	Informática
	Logística
	Marketing
	Recursos Humanos
Escola de Educação Profissional Inteligência Educacional	Administração
	Contabilidade
	Marketing
	Recursos Humanos
	Secretariado
	Transações Imobiliárias

¹⁵ A Resolução nº 334/2016, no Artigo 12 estabelece que a organização curricular da oferta de EAD deve projetar e oferecer aos alunos, na sede da instituição ou nos seus Polos, momentos presenciais obrigatórios para as aulas, as avaliações, as atividades de laboratório e, quando houver, a defesa de Trabalho de Conclusão, de no mínimo: a) 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária total do curso na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; b) 35% (trinta e cinco por cento), do total da carga horária para os cursos de Educação profissional de nível médio; c) 50% (cinquenta por cento) do total da carga horária dos cursos do eixo tecnológico “Ambiente e Saúde”, no âmbito da área profissional da saúde, excetuando os cursos relacionados no artigo 13. Não serão autorizados na forma de Educação a Distância o Curso Normal e os Cursos Técnicos das seguintes habilitações profissionais: Técnico em Enfermagem; Técnico em Estética; Técnico em Hemoterapia; Técnico em Saúde Bucal; Técnico em Imobilizações Ortopédicas; Técnico em Massoterapia; Técnico em Nutrição e Dietética; Técnico em Órteses e Próteses; Técnico em Podologia; Técnico em Prótese Dentária; Técnico em Radiologia; Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos.

	Vendas
Escola Técnica Cristo Redentor	Meio Ambiente
Escola de Educação Profissional Senac- Cidade Baixa	Transações Imobiliárias
Escola de Educação Profissional- SEG	Farmácia
	Optica
	Segurança do Trabalho
	Transações Imobiliárias
Senac- Educação a Distância	Administração
	Logística
	Marketing
	Meio Ambiente
	Qualidade
	Recursos Humanos
	Segurança do Trabalho
Instituto Federal do Rio Grande do Sul- IFRS	Transações Imobiliárias
	Administração
	Biblioteconomia
	Meio Ambiente
QI- Escola de Educação Profissional- Assis Brasil	Redes de Computadores
	Administração
	Contabilidade
	Informática
	Logística
Unidade de Ensino Acm Centro - Centro Tecnológico da Associação Cristã de Moços - Acm	Recursos Humanos
	Segurança do Trabalho
	Transações Imobiliárias
Escola de Educação Profissional República	Transações Imobiliárias
Escola de Educação Profissional Cecilia Meireles -SEG	Transações Imobiliárias
	Administração
	Contabilidade
	Óptica
QI Escola de Educação Profissional- Alberto Bins	Segurança do Trabalho
	Administração
	Contabilidade
	Informática
	Logística
	Marketing
	Recursos Humanos
Escola de Educação Profissional Factum	Segurança do Trabalho
	Farmácia
	Meio Ambiente
Colégio Unificado	Segurança do Trabalho
	Administração
	Comércio
	Contabilidade
	Logística
	Secretariado

	Transações Imobiliárias
Escola de Ensino Médio Definitivo	Administração
	Transações Imobiliárias
Senac Comunidade - Zona Norte	Logística
	Marketing
	Qualidade
	Recursos Humanos
Escola de Educação Profissional IBREP	Transações Imobiliárias
Colégio Agir	Administração
Escola Técnica Cristóvão Colombo	Administração
	Contabilidade
	Farmácia
	Óptica
	Radiologia
	Segurança do Trabalho
Senac Floresta	Administração
	Design de Interiores
	Informática
	Logística
	Marketing
	Meio Ambiente
	Programação de Jogos Digitais
Qualidade	
Escola de Educação Profissional Senac Passo D'Areia	Administração
	Logística
	Segurança do Trabalho
CETERG - Escola De Educação Profissional Rolf Gutjahr	Administração
	Informática
	Logística
Senac Informática	Administração
	Informática
	Programação de Jogos Digitais
Escola de Educação Profissional Universitário	Administração
	Transações Imobiliárias
Escola de Educação Profissional Albert Einstein	Administração
	Contabilidade
	Logística
	Seguros
	Transações Imobiliárias
	Vendas
Escola de Educação Profissional Senac Rio Grande Do Sul	Administração
	Design de Interiores
	Guia de Turismo
	Informática
	Logística
	Marketing
	Meio Ambiente
	Programação de Jogos Digitais
	Qualidade
Recursos Humanos	
	Segurança do Trabalho

	Transações Imobiliárias
--	-------------------------

Fonte: Dados SISTEC, quadro elaborado pela autora, 2017.

Na cidade de Porto Alegre há um total de 27 escolas técnicas que oferecem cursos na modalidade a distância. Destas escolas, há 03 (três) redes que se destacam nas ofertas: Senac, com 08 unidades; Escolas QI, com 03 unidades; e SEG, também com 02 unidades. Entre os cursos ofertados estão: Administração; Biblioteconomia; Comércio; Contabilidade; Design de Interiores; Farmácia; Guia de Turismo; Informática; Logística; Marketing; Meio Ambiente; Óptica; Programação de Jogos Digitais; Qualidade; Radiologia; Recursos Humanos; Redes de Computadores; Secretariado; Segurança do Trabalho; Seguros; Transações Imobiliárias e Vendas. Os cursos do eixo tecnológico de Gestão e Negócios e as instituições privadas se destacam. O Quadro 7 apresenta a síntese dos dados de oferta na cidade de Porto Alegre, indicando o número de instituições escolares e de cursos ofertados.

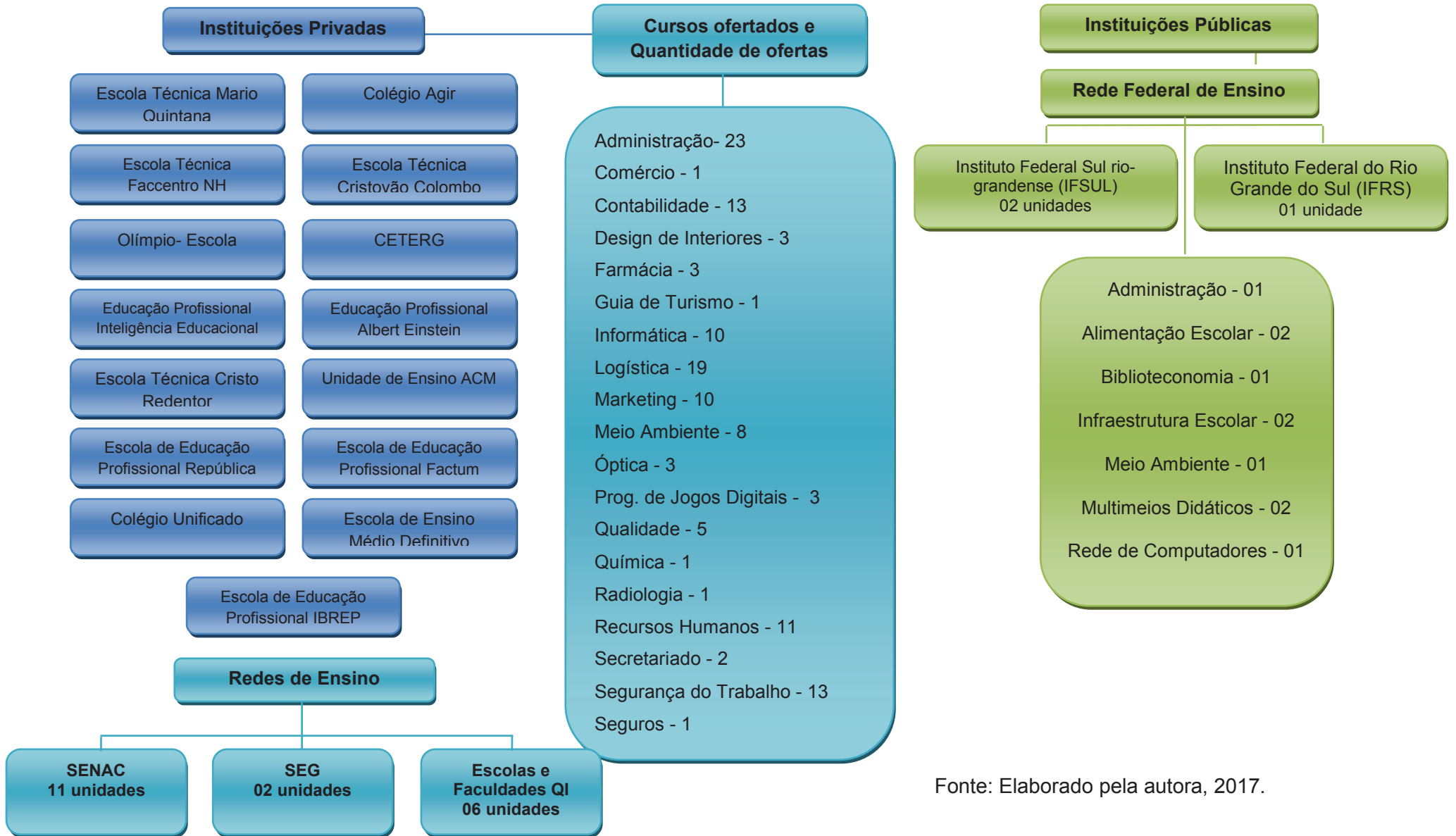
Quadro 7 - Síntese dos dados quantitativos da cidade de Porto Alegre.

INSTITUIÇÕES ESCOLARES	CURSOS OFERTADOS
27	22

Fonte: Dados SISTEC, quadro elaborado pela autora, 2017.

A Figura 3 apresenta um mapa das escolas e cursos das regiões consideradas neste estudo.

Figura 3- Mapa das instituições e cursos técnicos ofertados sob a forma de educação a distância no Vale do Sinos, Paranhana e Porto Alegre.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Em síntese, nas regiões abrangentes por este há 17 escolas privadas, sendo 34 unidades escolares que ofertam cursos técnicos na modalidade a distância. Estas instituições oferecem 22 cursos diferentes, sendo o curso de Administração o mais ofertado. Entre as instituições privadas há destaque para as redes de ensino que dominam a oferta nestas regiões.

Quanto às escolas públicas, a rede federal de ensino oferece cursos tanto no IFSul quanto no IFRS, porém com oferta bem distinta em cada uma das redes. O IFSul tem sua oferta voltada ao eixo tecnológico Desenvolvimento Educacional e Social, enquanto o IFRS assemelha-se às ofertas das demais instituições de ensino privadas, com cursos voltados à área de Gestão e Negócios. No Quadro 8 apresento a síntese dos dados quantitativos das instituições, unidades, cursos e quantidade de ofertas nas esferas pública e privada.

Quadro 8- Total de cursos técnicos sob a forma de educação a distância ofertados na região do Vale do Sinos, Paranhana e cidade de Porto Alegre.

INSTITUIÇÕES ESCOLARES	INSTITUIÇÕES	UNIDADES	CURSOS	OFERTAS
Privadas	17	34	22	145
Públicas	2	3	08	12
TOTAL	19	37	30	157

Fonte: Dados SISTEC, quadro elaborado pela autora, 2017.

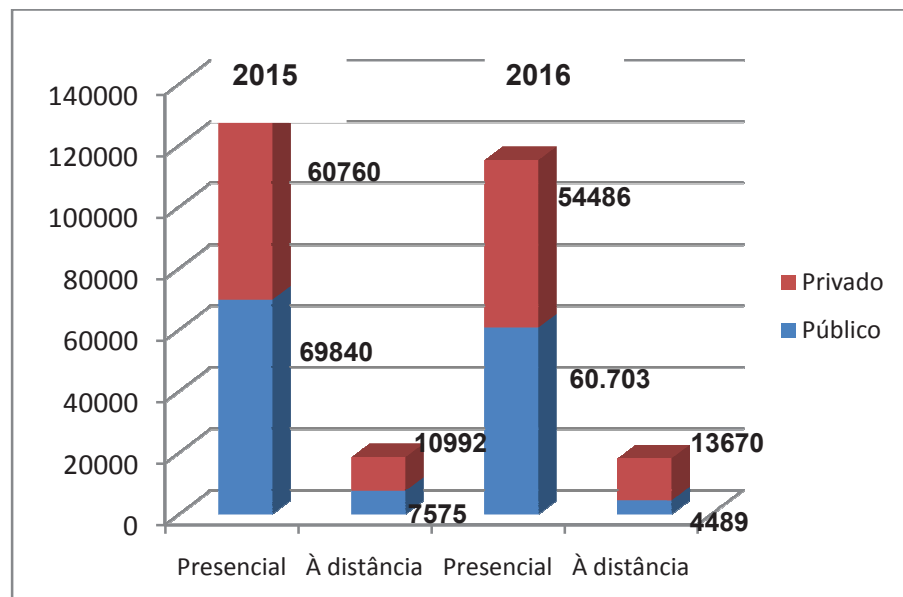
Conforme os dados do SISTEC, ao total, 19 instituições de ensino oferecem cursos na modalidade a distância, sendo que algumas instituições têm mais de uma unidade, totalizando, assim, 37 que oferecem cursos nesta modalidade. Há 30 cursos diferentes, que geram uma oferta total de 157 cursos. As instituições privadas são as que mais ofertam, sendo o Senac a rede de ensino com a maior oferta de cursos, seguindo pelas Escolas QI. Embora ambas sejam da mesma esfera privada, sabe-se que cada uma tem uma organização administrativa diferenciada, já que o Senac pertence ao Sistema S. Nesse comparativo de instituições, percebe-se que as públicas têm uma oferta mínima (2 instituições), tanto nas unidades escolares (3 unidades), quanto nas variedades de cursos (12 cursos apenas).

A partir da análise dos dados do mapeamento da oferta de cursos, com base no sistema SISTEC, o próximo caminho é conhecer os dados de matrículas e verificar os pontos e contrapontos considerando número de estudantes matriculados.

2.4 Efetivamente, quem está cursando? Os dados das matrículas dos cursos técnicos na modalidade a distância

No ano de 2016, no Estado do RS, havia 115.189 alunos matriculados na educação profissional técnica de nível médio, sendo destes, 18.159 alunos matriculados na modalidade a distância. Entre as matrículas realizadas, 12.537 estão concentradas nas regiões selecionadas neste estudo. Além destes dados, é importante considerar informações gerais de matrícula, tanto por ensino público quanto privado, além de um comparativo em relação aos dados de 2016. No Gráfico 1, apresento os dados gerais de matrículas no RS, com as informações de ensino presencial e a distância, comparando os anos de 2015 e 2016.

Gráfico 1 - Comparativo de matrículas da educação técnica de nível médio de ensino público e privado no RS nos anos 2015 e 2016.



Fonte: Dados CEED/RS, gráfico elaborado pela autora, 2017.

Conforme os números revelam, a educação pública e a privada se aproximam no quantitativo de matrículas de alunos no ensino presencial, porém, ao considerar os cursos na modalidade a distância, há uma prevalência da rede privada. Em comparação ao ano letivo de 2015, a rede privada expandiu suas matrículas no ensino a distância, aumentando o número de alunos em 2678 matrículas, ou seja, um aumento de 20%. Já as instituições públicas tiveram uma redução de 3086 matrículas, sendo 40,7% do total de matriculados do ano de 2015. Neste mesmo

ano, houve um pequeno declínio de número de alunos matriculados na educação a distância: 18567 e no ano de 2016: 18159 matrículas, pouco representativo comparado ao total de alunos. Ao comparar os dados da educação presencial, pode-se deduzir que a educação privada tem dedicado esforços para o aumento de cursos na modalidade a distância, enquanto a educação pública mantém seu foco no ensino presencial. Considerando os dados de matrículas do Estado do RS, analiso os dados sobre a região abrangente neste estudo. Para tanto, apresento, no Quadro 9, os dados das matrículas no Vale do Sinos, Paranhana e Porto Alegre, em 2016.

Quadro 9 - Demonstrativo de matrículas na educação técnica de nível médio no RS.

MATRÍCULAS	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO PRESENCIAL		EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO A DISTÂNCIA	
	TOTAL RS	TOTAL REGIÃO	TOTAL RS	TOTAL REGIÃO
Ensino Público	60.703	22.076	4.489	272
Ensino Privado	54.486	33.877	13.670	11.993
TOTAIS	115.189	55.953	18.159	12.265

Fonte: Dados CEED/RS, quadro elaborado pela autora, 2017.

No Quadro 9 constam os dados de matrículas da educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância, separados por instituições públicas e privadas. Na educação a distância, as matrículas no ensino privado no RS representam 69% (13.670) do total dos alunos matriculados (18.159). Na região desta pesquisa o ensino privado (11.993) representa 98,5% das matrículas na modalidade a distância (12.265). Com a exposição destes dados percebe-se que a modalidade a distância está concentrada na região metropolitana do Estado. Já o ensino a distância, na educação pública, tem maior número de matrículas em regiões distantes da capital. A cidade de Pelotas é a que tem o maior número de matrículas, totalizando 1604 alunos, seguido pela cidade de Jaguari, com 294 matrículas. A partir destes dados, apresento as informações de matrículas por cidade, que contemplam as regiões deste estudo.

Quadro 10- Demonstrativo de matrículas na educação técnica de nível médio a distância- por cidade na região do Vale do Sinos, Paranhana e cidade de Porto Alegre no ano de 2016.

CIDADE	PÚBLICO	PRIVADO
Porto Alegre	9	10164
Sapiranga	223	-
Sapucaia do Sul	40	-
Novo Hamburgo	-	840
São Leopoldo	-	1
Canoas	-	988
Total	272	11.993

Fonte: Dados CEED/RS, quadro elaborado pela autora, 2017.

No Quadro 10 as informações estão dispostas por organização administrativa e separadas por cidade. Nota-se que a grande concentração de matrículas está na capital do Estado. As cidades que não constam no quadro, não têm alunos matriculados. As informações dos Quadros 09 e 10 demonstram que a procura pelo ensino a distância está nas grandes cidades e centros urbanos.

Durante o levantamento de dados das ofertas dos cursos, chamou-me a atenção a expansão da oferta de cursos em algumas instituições e redes de ensino. Para verificar se a oferta condiz com as matrículas, apresento, a seguir, os dados de matrículas, classificados por instituição escolar e cidade, nos anos de 2015 e 2016.

Quadro 11- Comparativo de matrícula por instituição e cidade dos anos de 2015 e 2016, no Vale do Rio do Sinos, Paranhana e Porto Alegre.

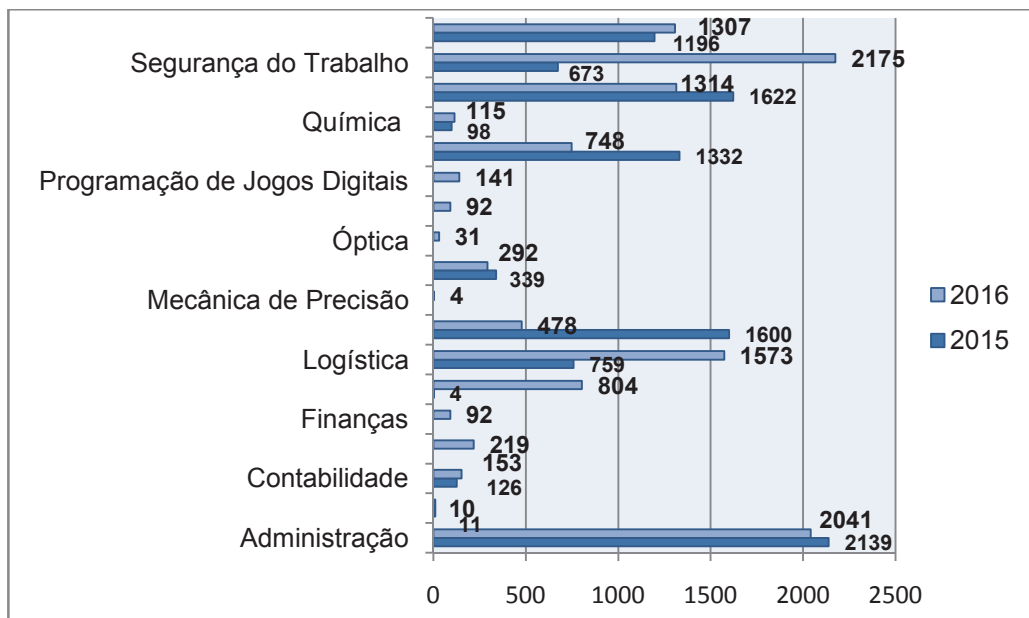
	INSTITUIÇÃO	CIDADE	MATRÍCULAS 2015	MATRÍCULAS 2016
PÚBLICAS	IFRS	Porto Alegre	354	9
	IFSUL	Sapiranga	223	223
		Sapucaia	82	40
		TOTAL	305	263
PRIVADAS	CETERG	Porto Alegre	19	29
	Cristo Redentor	Porto Alegre	24	20
	Escolas QI/Faculdades QI	Porto Alegre	306	73
		Canoas	715	988
		Novo Hamburgo	120	352
		São Leopoldo	0	1
	TOTAL	1141	1414	
	IBREP	Porto Alegre	41	38
	Fundatec	Porto Alegre	57	67
	Unitec	Porto Alegre	65	95
SEG- Cecília Meireles	Porto Alegre		31	

	Escola de Educação Profissional-Faccentro	Porto Alegre	521	246
	Escola Técnica Faccentro NH	Novo Hamburgo	388	488
SISTEMA S	Senac	EAD- Todas unidades	7686	9538

Fonte: Dados CEED/RS, quadro elaborado pela autora, 2017.

Os dados denotam que a concentração de matrículas está na esfera privada, comprovando as impressões geradas a partir dos dados de oferta de matrículas. O Senac detém as matrículas, no ano de 2015 com 69,9% e, em 2016, com 79,5% das matrículas da rede privada. As Escolas QI aparecem na sequência, com 10,3% das matrículas em 2015, e 11,52% das matrículas em 2016. Importante destacar que ambas tiveram crescimento de um ano para o outro. No Gráfico 2 apresento os dados de matrículas por curso nas instituições privadas.

Gráfico 2 - Matrículas por curso de ensino técnico a distância em instituições privadas no ano de 2015 e 2016 na região do Vale do Sinos, Paranhana e cidade de Porto Alegre.

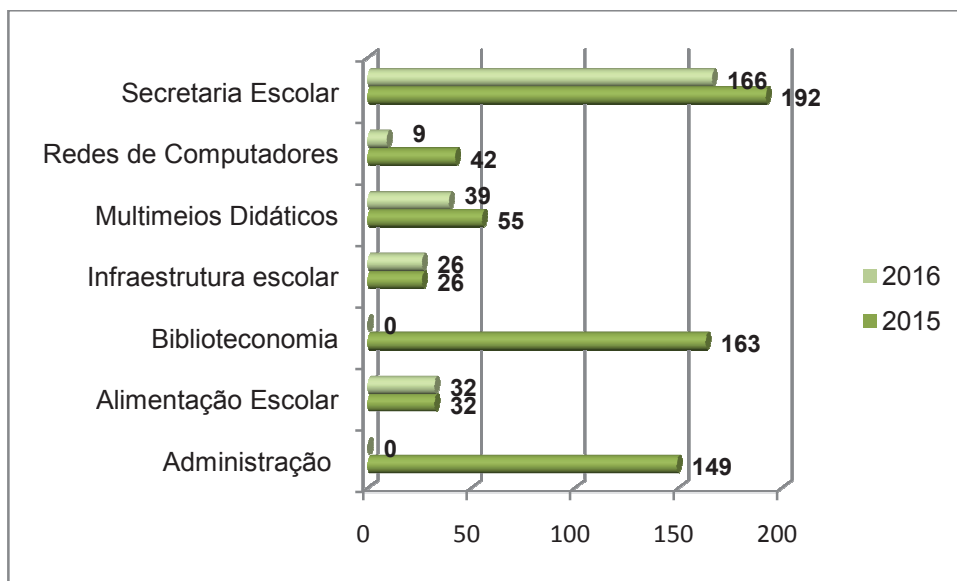


Fonte: Dados CEED/RS, gráfico elaborado pela autora, 2017.

Nas instituições privadas os cursos do eixo de Gestão e Negócios têm o maior número de alunos matriculados na região. No ano de 2015, o curso com maior índice de matrículas foi o de Administração, com 2139, e, em 2016, com 2041. Em

2016, o curso de Segurança do Trabalho, do eixo tecnológico de Segurança, teve um avanço considerável nas matrículas, saltando de 673 em 2015, para 2175 matrículas em 2016, sendo, portanto, o curso com maior índice de matrículas nesse ano, seguido por Administração e Logística. Nas instituições públicas os dados são diferentes, tanto por oferta, quanto por matrículas. No Gráfico 3 apresento as informações de matrícula por curso nas instituições públicas.

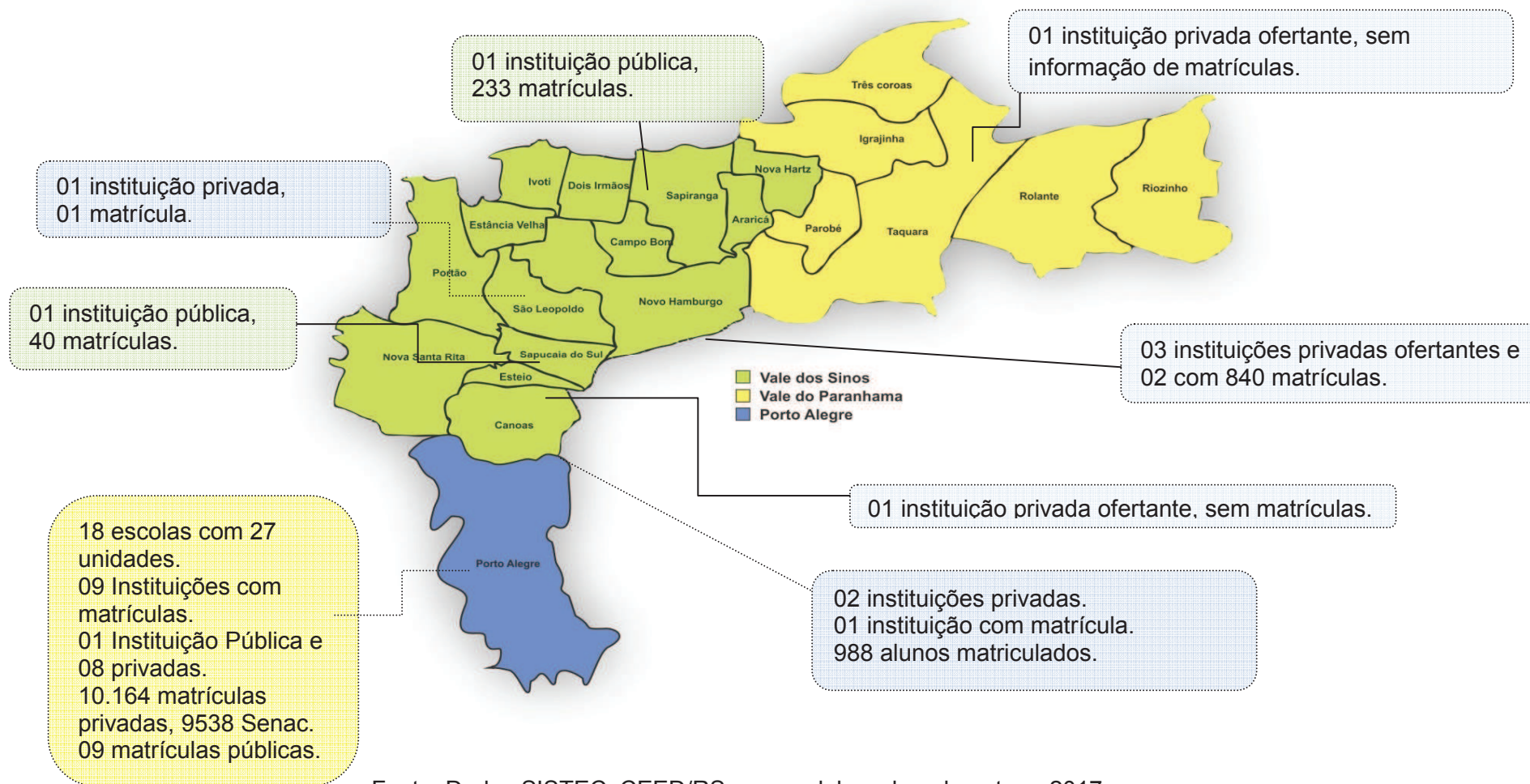
Gráfico 3 - Matrículas por curso de ensino técnico a distância em instituições públicas no ano de 2015 e 2016 na região do Vale do Sinos, Paranhana e cidade de Porto Alegre.



Fonte: Dados CEED/RS, gráfico elaborado pela autora, 2017.

Conforme o Gráfico 3, o curso com maior número de matrículas na esfera pública, nos anos de 2015 e 2016, foi o curso de Secretaria Escolar. Em 2015 os cursos de Administração e Biblioteconomia destacavam-se pelo quantitativo de matrículas, porém, em 2016, não tiveram mais alunos matriculados. Na sequência destacam-se os cursos de Multimeios Didáticos, Alimentação Escolar e Infraestrutura Escolar, mantendo-se semelhantes no quantitativo de alunos matriculados tanto em 2015 quanto em 2016.

Figura 4 - Síntese da oferta e matrículas dos cursos técnicos a distância, na Região do Vale do Sinos, Paranhama e cidade de Porto Alegre.



Fonte: Dados SISTEC, CEED/RS, mapa elaborado pela autora, 2017.

2. 5 Das impressões e conclusões

Entre as informações do SISTEC e CEEBB há algumas diferenças. A principal a ser considerada são as informações de matrículas do Senac, pois todos os dados são informados como sistema EAD no CEEBB, diferente dos dados de oferta, que não temos a informação de matrícula por unidade. A Escola Técnica Mario Quintana, no município de Esteio, não apresenta nenhuma informação de matrícula no CEEBB. Assim, podemos concluir que as cidades que ofertam cursos nesta modalidade, na região delimitada para a pesquisa, são um total de seis. A grande concentração de matrículas está na cidade de Porto Alegre, coincidindo com os dados de oferta. Cabe destacar que os dados do CEEBB são fornecidos pelas instituições de ensino com base no mês de maio de cada ano, neste mapeamento contém as informações até maio de 2016.

Evidenciamos os dados da expansão das instituições privadas, e a ascensão de instituições que trabalham com unidades de ensino em município e cidades diferentes, quais, tomei a liberdade de denominá-las de redes, pela forma em que se organizam e oferecem suas matrículas. Aparecem três instituições, mas a rede Senac tem o domínio com 9538 alunos. Na sequência as Escolas QI com 1414. Ao comparar com os dados de 2015, percebe-se um crescimento de 20%. A expansão das redes não é novidade no sistema de ensino, mesmo quando olhamos pequenos universos ela aparece de forma relevante. No ensino técnico na modalidade a distância, podemos refletir com Teodoro (2011, p.65), quando traz em pauta os monopólios afirmando que “a competição conduz, muitas vezes, à constituição de monopólios ou oligopólios, em que as empresas fortes absorvem ou destroem as mais fracas, permitindo-lhes depois, fixar livremente os preços”.

Na análise de dados, percebe-se que o Senac detém a oferta de ensino, sendo vinculado ao Sistema Nacional de Aprendizagem, por sua autonomia legal, garante uma maior flexibilidade e possibilidade de expansão que as demais instituições privadas. Neste estudo não me detive na pesquisa de valores das mensalidades das instituições para saber se essa dominação afere os preços comparados às demais instituições, porém é explícita sua dominação do mercado.

O curso com maior número de alunos matriculados é o de Segurança do Trabalho, e o curso com maior oferta é de Administração. O curso de Segurança do

Trabalho teve uma ascensão de 73% no número de matrículas, talvez um dos motivos foi a expansão da oferta pelas unidades do Senac. Outro indicativo importante para que estes cursos dominem tanto a oferta e matrícula é a exigência de realizar 35% da carga horária de maneira presencial e o restante a distância. Nenhum curso técnico tem a permissão de ocorrer em sua totalidade (100%) na modalidade EAD, assim, a carga horária de 35% presencial é a mínima exigida. Esta permissão de carga horária reduzida oferece às instituições uma oportunidade de redução de custos, sobretudo referente à estrutura física e aos recursos humanos.

Um importante e contraditório achado dessa pesquisa foi o fato das matrículas serem concentradas nos grandes centros urbanos. As cidades com maior número de alunos matriculados são Porto Alegre, Canoas e Novo Hamburgo. Sabe-se, portanto, que um dos objetivos da EAD é promover o ensino às pessoas com dificuldade de acesso, quer seja por distância ou por condições financeiras; entretanto, os dados mostram outra realidade. Percebe-se, assim, que a oferta e a matrícula estão nas regiões mais populosas, condizendo às regras mercado x demanda x oferta x procura. De maneira divergente, percebe-se que as instituições públicas têm suas ofertas em regiões mais isoladas do Estado.

As instituições públicas oferecem cursos na modalidade a distância de forma mais tímida que as instituições privadas. Conforme os dados revelam, o perfil de oferta são cursos voltados para o desenvolvimento local e econômico. Em consulta ao *site* das redes federais IFSul e IFRS, nota-se que a rede federal de ensino integra a Rede E-tec e que esta prevê a oferta de educação profissional e tecnológica a distância, com o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e municípios. Tomando como base estes dados, as informações quanto à oferta e matrícula dos cursos técnicos a distância nas redes públicas de ensino está vinculada às demandas locais, definidas pelos municípios ou Estado. Claro que muitas vezes estas demandas locais, podem ser movidas pelo interesse dos setores que detém o poder econômico destas regiões.

Quanto às instituições privadas, têm-se visto no ensino técnico a distância uma oportunidade de expansão e crescimento, pois se localizam nos grandes centros urbanos, trazendo modelos e formatos semelhantes ao ensino superior, através de polos e redes de ensino. Assim, a possibilidade de consolidação de um

novo mercado educacional se apresenta. Aproprio-me de Ball na análise destas informações:

Tudo isso não é inteiramente novo; capitais inquietos estão sempre buscando novas oportunidades de lucro, novas possibilidades para a mercantilização! Especialmente nos momentos em que outras arenas de lucro são menos atraentes. Aqui porém, há uma relação interativa entre a mudança da política, oportunidades de políticas criadas pelo Estado, para conhecimento e serviços, e soluções políticas (policy) que são vendidas pelo setor privado para o Estado, sob a forma de relatórios de consulta e recomendações para reforma do próprio Estado e do setor público, e essas reformas, uma vez implementadas (como no caso de mercantilização dos serviços), por sua vez criam novas oportunidades de lucro para organizações do setor privado. (BALL, entrevista ROSA, 183, 2012).

Não posso afirmar que a oferta desta modalidade e forma de ensino tenha surgido respeitando esta ordem, mas ela tornou-se possível, e assim, havia um público a ser atingido e um novo espaço a ser consolidado. Cabe saber se esta expansão, além de aumentar o número de alunos matriculados e criar um novo mercado educacional, tem garantido uma formação integral, humana e crítica de seus alunos, buscando, além de formá-los para o mercado, formá-los como sujeitos críticos e transformadores da sua realidade.

Como não há um sistema de avaliação destas instituições escolares, é necessário observar o fenômeno dessa modalidade, que tem surgido de forma tímida, mas que tem se consolidado nas ofertas de ensino. A intenção não é uma crítica contrária a esta oferta e modalidade de ensino, mas sim, uma preocupação com o fazer pedagógico e com o processo de formação destes alunos. Os dados sinalizam que está na hora de conhecer, falar e discutir sobre aquilo que pouco falamos, pouco discutimos e que passa despercebido diante de um sistema complexo de ensino. A educação técnica já possui uma história de caminhos confusos, como uma modalidade de ensino que busca uma colocação no contexto do sistema educacional, como se ainda não soubesse o que se quer ou o que se espera. No momento em que se abre outro leque de oportunidades de ofertas, é importante investigar como estes cursos têm sido conduzidos em cada uma das instituições escolares envolvidas.

3. O CONTEXTO LEGAL DA EDUCAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Discutir a educação profissional técnica de ensino médio é adentrar num campo de estudo onde há muitos vieses a serem pautados e caminhos que possibilitam longas análises. Uma das causas destas prolongadas discussões é a trajetória conturbada e contraditória desta modalidade de ensino no sistema brasileiro. A educação profissional no Brasil está presente desde os primórdios da colonização, sendo identificada já nos ofícios dos índios e escravos, inseridos num modelo dual de educação que demarca a trajetória educacional para as elites e para os trabalhadores.

O ato de reconhecimento que configura o início da educação profissional no Brasil ocorre em 1809, quando o príncipe regente do Brasil, futuro D. João VI, cria o Colégio das Fábricas, conforme Parecer Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB) 16/99. Desde então, várias legislações, documentações e propostas políticas acompanham esta modalidade de ensino. Conforme Saviani (2007), as políticas pertinentes à educação, objetivavam atender às demandas do processo de industrialização e do crescimento ascensional da população urbana.

Com o aumento da industrialização no país e a necessidade de preparação de operários para o exercício profissional, ressalta-se a dualidade estrutural marcante nesta modalidade de ensino. Portanto, para Kuenzer (2007), antes de atender às demandas de um desenvolvimento industrial quase inexistente, regiam-se as escolas por uma finalidade moral: educar numa perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho. Essa dualidade demarcava os profissionais, sendo uns deviam gerenciar comandar, e outros que deviam produzir. Para Kuenzer (2007, p.27), há uma nítida demarcação da trajetória educacional dos que iriam desempenhar funções intelectuais e instrumentais, em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas delimitava claramente a divisão do capital e trabalho.⁷

Em todo o percurso histórico de formulação e regulamentação do sistema de ensino brasileiro, a educação profissional sempre foi uma modalidade afetada pelas transformações da organização da sociedade, das demandas políticas e de interesse privado. Com a impressão de que ela ainda é uma modalidade perdida em nosso sistema de ensino. Neste contexto, desde a promulgação da LDB 9394/96,

que regula a oferta do ensino a distância no sistema de ensino brasileiro torna-se legal a oferta de cursos técnicos a distância. Assim, adentra-se em outro cenário e outro caminho. Segundo Barros (2003), o desenvolvimento da educação a distância no Brasil tem seu início no século XX, em decorrência do iminente processo de industrialização, cuja trajetória gerou uma demanda por políticas educacionais que formassem o trabalhador para a ocupação industrial. Dessa forma, a educação a distância surge como uma alternativa para atender a demanda, principalmente por meio de meios radiofônicos, que permitiria a formação dos trabalhadores do meio rural sem a necessidade de deslocamento para os centros urbanos.

Nunes (1992, p.86) reforça que “a história da educação a distância [...] esteve sempre ligada à formação profissional capacitando pessoas ao exercício de certas atividades ou ao domínio de determinadas habilidades, sempre motivadas por questões de mercado [...]”.

Além das questões históricas, outras discussões envolvem a EAD e contribuem para esta análise. A partir de sua expansão surgem críticas e discussões sobre a eficiência e a qualidade desta modalidade de ensino. Assim, na década de 90, o modelo de educação a distância foi muito criticado por professores e movimentos estudantis de universidades públicas. Esse modelo era visto como uma concessão barata e de baixa qualidade da educação (BELLONI, 2008). Mesmo com tantas discussões, havia a luta pela oferta de uma educação de qualidade, que não sucateasse o sistema. Por consequência, nos últimos 20 anos, têm crescido significativamente a oferta e a adesão de instituições para cursos na modalidade EAD, modificando o cenário da educação brasileira e mundial, aliadas às novas tecnologias de informação e comunicação. Não podemos desvincular o crescimento dessa oferta às transformações econômicas vividas mundialmente com os princípios de uma sociedade neoliberal.

Teóricos defendem que o crescimento dessa modalidade de ensino deve-se ao fato da educação a distância promover o acesso facilitado ao ensino, atingindo pessoas que moram em áreas isoladas ou distantes de centros urbanos, ou ainda, pessoas que já estão atuando no mercado de trabalho e dispõem de pouco tempo para deslocar-se até uma instituição de ensino. No encontro desta modalidade sob este formato de ensino, há preocupação em conhecer como se regulamenta, ou seja, as exigências mínimas legais que regulamentam a oferta e as concepções

pedagógicas que acompanham tais documentos. Portanto, o objetivo deste capítulo é identificar a concepção da gestão pedagógica nos documentos legais nacionais, do Estado do RS, das instituições escolares e nas produções acadêmicas relacionadas aos cursos técnicos na modalidade a distância.

Este capítulo está organizado a partir da parte introdutória, abrangendo aspectos metodológicos, fundamentação teórica e análise documental da legislação vigente, para, na sequência, apresentar os resultados das análises de toda a legislação levantada.

3.1 Aspectos metodológicos

Para a análise da legislação vigente, empreendeu-se como estratégia metodológica a análise documental fundamentada em Cellard (2012), entendendo que é fundamental que possamos nos assegurar da qualidade da informação contida no documento, considerando a natureza do texto e seu suporte para que possamos, efetivamente, tirar conclusões do material analisado, fazendo interpretações, sínteses das informações além de definir tendências e fazer inferências.

Seguindo as orientações de Cellard (2012), quando aponta que para uma análise documental deve-se ter cuidados para realizar uma análise consistente,

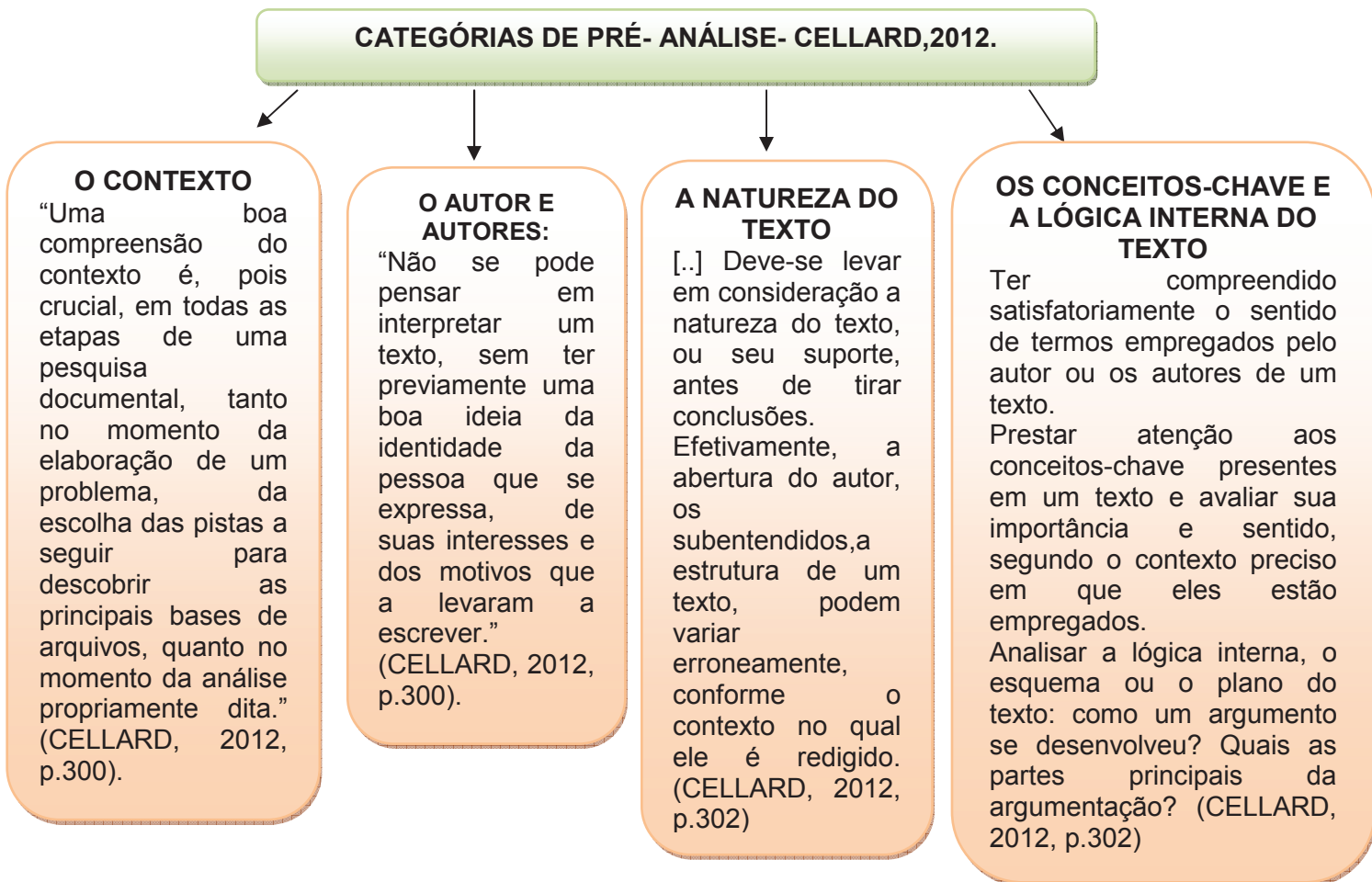
O principal erro consiste em se precipitar sobre o primeiro bloco de documentos obtido, antes de realizar um inventário exaustivo e uma seleção rigorosa da informação disponível. É importante aprender a decodificar e utilizar os instrumentos de pesquisa preparados pelos arquivistas, a fim de assimilar a lógica que presidiu a classificação da documentação. Uma pessoa que deseje empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um corpus satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes [...] de resto, a flexibilidade é também rigor: o exame minucioso de alguns documentos ou bases de arquivos, abre, às vezes, inúmeros caminhos de pesquisa e leva a interpretações novas ou mesmo à modificação de alguns pressupostos iniciais. (CELLARD, 2012, p. 298)

O objetivo deste trabalho não é realizar uma trajetória histórica da educação técnica de nível médio, nem da educação a distância, mas sim, fazer uma relação entre a educação técnica de nível médio e o ensino a distância, verificando na legislação atual e vigente, como se apresentam os documentos legais,

especialmente no que se refere a aspectos pedagógicos. Para tanto, utilizamos, para a análise documental, os seguintes documentos:

Para o ensino técnico, o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, bem como as alterações decorrentes no Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014. Para o ensino técnico na modalidade a distância, as resoluções: a Resolução nº 1, de 02 de fevereiro de 2016, a nível nacional e a Resolução CEED/RS nº 33, de 28 de janeiro de 2016, a nível estadual. Estas resoluções foram analisadas a partir das categorias de pré-análise, para que, criteriosamente, se possa entender os objetivos do texto, pois conforme Cellard (2012, p.297) “é impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, tão incompleto, parcial ou preciso que seja”.

Figura 5 - Categorias de pré-análise utilizadas na análise documental



Fonte: CELLARD, 2012. Figura elaborada pela autora.

Na Figura 5 apresento as pré-categorias de análise, propostas por Cellard, utilizadas na análise documental. Optei por desconsiderar a categoria de pré-análise denominada “A autenticidade e a confiabilidade do texto” (CELLARD, 2012, p.301), visto que todos os documentos selecionados são legais e vigentes no RS e Brasil. Por fim, realizo a análise final do documento com enfoque nas questões pedagógicas relacionadas à educação técnica de nível médio.

3.2 Discussão teórica

Tanto a trajetória da educação técnica de nível médio como da educação a distância está inserida num contexto educacional que tem como propósito atender e suprir lacunas para a profissionalização e inserção dos sujeitos no mercado de trabalho. Originalmente, pela necessidade de formar profissionais para atender o crescimento e industrialização do país e, especialmente, a partir da década de noventa, influenciadas pelas concepções neoliberais e iniciativas de descentralização, visava formar o perfil de profissionais adequados às novas exigências produtivas e tecnológicas, advindas da reestruturação produtiva vigente. Não é à toa que essa é uma das modalidades de ensino que sofre maior influência de políticas públicas, tanto educacionais quanto de outros órgãos governamentais, como o Ministério do Trabalho. Neste capítulo, ao analisar as legislações e os aspectos pedagógicos presentes nestes documentos, compreendo a necessidade de fundamentar discussões sobre as políticas e suas influências no sistema de ensino.

O termo “políticas”, tratado neste texto de forma abrangente, corresponde às políticas públicas que interferem e refletem no cotidiano escolar. Nesse sentido, a análise e avaliação das políticas têm sido um grande desafio para o campo educacional, quer seja pela imensidade de políticas que atravessam o cotidiano escolar, ou pela descontinuidade dessas mesmas políticas. Todas elas são instigadas pelas tentativas de corrigir as desigualdades, sejam econômicas, sociais ou educacionais.

Conforme Ozga (2000), as políticas estão imersas num contexto de contestação por duas questões: primeiramente, por ser algo que se discute, que não se entrega pronto; e em segundo lugar, porque muitas análises no campo das políticas têm sido influenciadas por aqueles que as investigam. Assim, contestando

aqueles que defendem as políticas como ações governamentais, penso que as políticas como processos envolvem múltiplos atores, sobretudo porque os principais debates na área correspondem à forma com que as políticas são impostas e como interferem no cotidiano escolar, sem direito à escuta, anulando os sujeitos que são afetados.

Corroborando com Ozga (2000), Ball (2006) também entende que as políticas excluem as práticas existentes no micro contexto da escola, e, propõe, assim, o ciclo de políticas que tem por objetivo “ênfatar os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local, e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro nas análises das políticas educacionais”. (MAINARDES, 2006, p. 49).

Para alcançar os objetivos propostos no Art. 205, da Constituição Federal - visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, muitas políticas públicas são lançadas, visando fazer com que o comando legal atinja seus objetivos. Assim, as políticas públicas na área educacional buscam ligar as determinações e objetivos legais com a realidade local; porém, é preciso compreender que, muitas vezes, suas propostas vêm carregadas de interesses, inseridas num campo de disputa e transformações que cercam o contexto no qual se propõe intervir. Da mesma forma, elas são interpretadas e analisadas no contexto prático em que acontecem, sofrendo influências e, por vezes, resistências dos atores envolvidos pela forma como são instituídas no contexto da prática.

Devido ao fato de as práticas educativas em uma sociedade estarem vinculadas a interesses de grupos e às relações de poder em âmbitos internacional e nacional, elas interferem no cotidiano escolar de forma a garantir o atendimento de seus interesses.

No âmbito das políticas oficiais, a pesquisa tem mostrado que as políticas educacionais aplicadas à escola nas últimas décadas têm sido influenciadas por orientações dos organismos internacionais, as quais produzem um impacto considerável nas concepções de escola e conhecimento escolar e na formulação de currículos. Estudos recentes indicam, por exemplo, que uma das orientações mais presentes nos documentos do Banco Mundial é a institucionalização de políticas de alívio da pobreza expressas numa concepção de escola como lugar de acolhimento e proteção social, em que um de seus ingredientes é a implementação de um currículo instrumental ou de resultados. Tais políticas trazem junto o desfiguramento da escola como lugar de formação cultural e científica e, em consequência, a desvalorização do conhecimento escolar significativo. (LIBANEO, 2016, p.41)

Também Ball (2001) demonstra que o estabelecimento de uma nova cultura competitiva se baseia na recente teoria econômica e que esse novo paradigma, difundido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), “traz como elementos-chave à forma do mercado, gestão e ‘performatividade’ como forma de superar as velhas tecnologias do profissionalismo e da burocracia” (BALL, 2001, p.109). A ênfase deve estar sobre as novas formas de valores, culturas e relações, e não apenas sobre as novas estruturas que se formam.

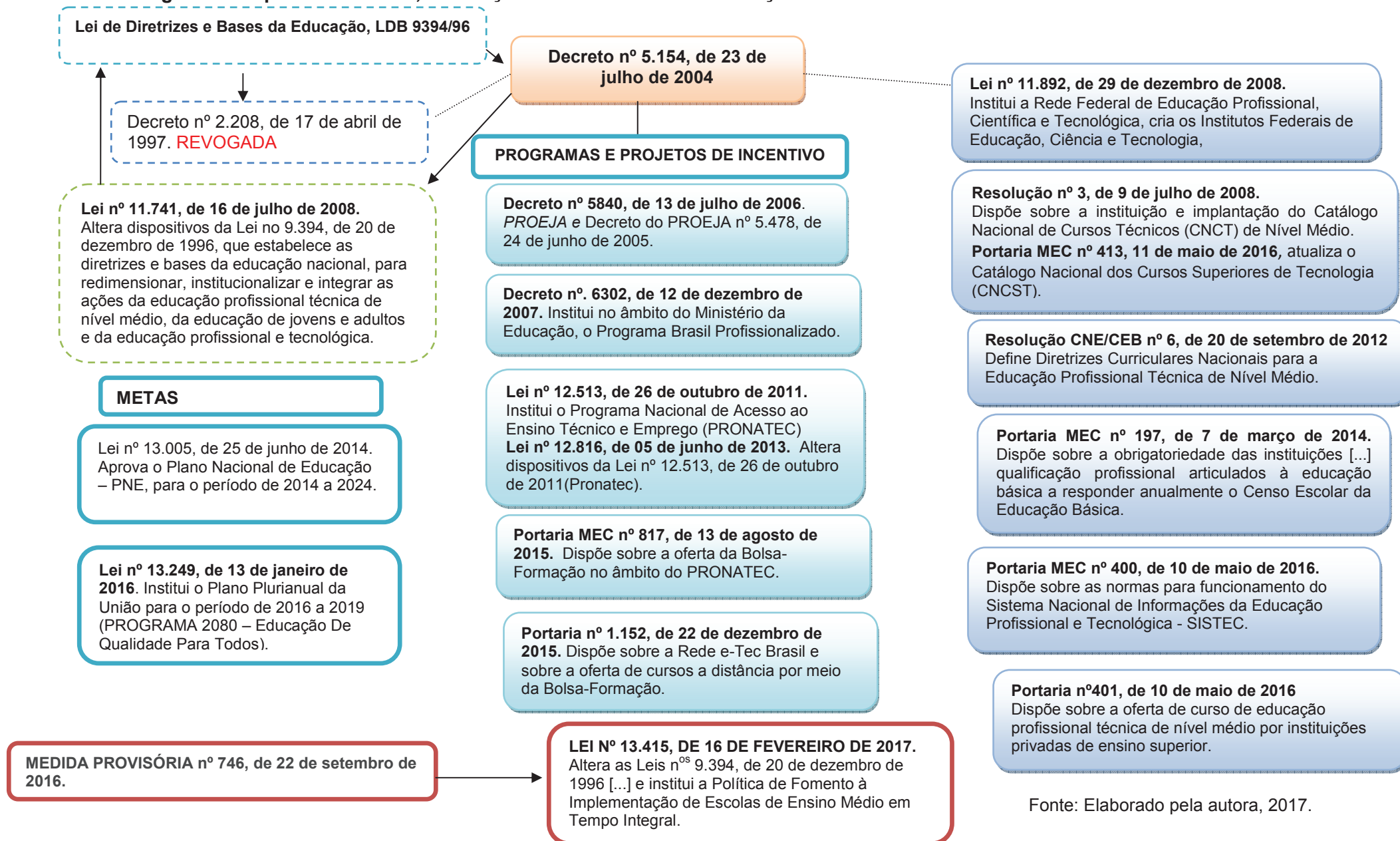
Ao pensar na educação técnica, é importante perceber a sutileza das bases neoliberais na vida cotidiana e nas escolas, uma vez que estas formam, cada vez mais, alunos que atendam aos interesses capitalistas, subordinando as práticas educativas aos interesses do capital. Cabe aqui a contribuição de Frigotto (2007, p. 5) ao afirmar que “não há mais lugar para todos, mas apenas para aqueles que se adequarem ao conjunto de competências técnicas, científicas, culturais e afetivas no qual o mercado reconhece como desejáveis do ‘novo’ cidadão produtivo”.

Assim, as políticas que atravessam o ensino técnico têm acentuado sua desvinculação com o sistema de ensino, tendo como propósito programas e projetos que formem o cidadão, de forma rápida, para o mercado, primando por bases curriculares com noções tecnológicas e de competências.

3.3 A educação técnica de nível médio: O Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.

O documento vigente analisado que trata da educação técnica de nível médio foi o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Este, sofreu algumas alterações com o Decreto Nº 8.268, de 18 de junho de 2014, mas não foi revogado. A política atual da educação profissional, a qual inclui o ensino técnico, tem originado diversos programas e projetos, e, portanto, sendo atingida por políticas do governo. Na Figura 6 apresento um mapa da legislação e programas atuais e, posteriormente, analiso o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.

Figura 6 - Mapa dos Decretos, Resoluções e documentos da educação técnica de nível médio.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Na Figura 06, apresento o Decreto que regulamenta a educação profissional técnica de nível médio e todas as interlocuções que contextualizam a prática e seu funcionamento. Início a análise a partir da homologação da LDB 9394/96 e o primeiro decreto que regulamenta a oferta desta modalidade. Apresento os projetos e programas que foram implantados a partir da vigência do Decreto nº 5154 de 23 de julho de 2004 e também as metas educacionais que envolviam, parcialmente, a educação técnica de ensino médio. Representei também as legislações que atravessam o decreto, mas não o modificam, apenas regulamentam, determinam ou expandem a educação técnica de nível médio. Entendo importante este desenho, mesmo que a análise documental acentue o decreto, sabendo-se que estão intimamente entrelaçados na definição da formação que se pretende.

O Decreto nº 5.154/2004, que ainda está em vigência nacional, foi homologado, durante o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o então Ministro da Educação, Fernando Haddad. O governo de Lula foi o primeiro governo de esquerda ao chegar ao poder, criando expectativas para um sistema igualitário, porém suas ações representaram uma gestão antagônica, pois ao mesmo tempo em que evidenciou programas de assistência social, seu caráter foi mais reformista do que revolucionário. Na área da educação, aumentou número de bolsas na graduação e pós-graduação, criou cotas universitárias, aumentou o número de universidades públicas, porém, firmou parceria com organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e incentivou o crescimento das instituições privadas com programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

O Decreto nº 5.154/2004 surge neste contexto histórico da política brasileira, após incansáveis discussões e lutas da classe progressista brasileira contra revogação do decreto anterior. O Seminário da Educação Profissional, realizado em Brasília, nos dias 16,17 e 18 de junho de 2003, promovido pelo Ministério da Educação, gerou a expectativa de uma construção coletiva da educação profissional, no intuito de rever concepções, princípios filosóficos metodológicos e aspectos legais. Tal possibilidade indicava processo de lutas, de afirmações e reafirmações de convicções e de aprendizado.

O Decreto regulamenta o § 2º do artigo 36 e dos artigos 39 a 41, da LDB conforme abaixo¹⁶:

§ 2º O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional. (BRASIL, 2004, art. 2º)

Antes da análise mais pontual do Decreto 5154/2004, apresento uma síntese do Decreto anterior, o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, visando esclarecer como se regulamentava, até então, a educação profissional:

Art. 2º A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho (BRASIL, 1997, art. 2º).

O Decreto nº 2.208/97 também estabelece em seu art. 5º que “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1997, art. 5º). Reafirma, assim, o estabelecido na legislação, tratando ensino médio e educação profissional como cursos diferenciados, a serem desenvolvidos de forma articulada ou não.

Esta alteração na educação profissional de nível técnico, foi elaborada durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, onde os princípios neoliberais adentraram no sistema de ensino, promovendo a desintegração entre ensino médio e educação profissional e diminuindo a responsabilidade do Estado,

¹⁶ Os artigos já estão com as alterações promovidas pelo Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014, pois não foi possível encontrar o documento em sua origem, sem as alterações ocorridas. Mas compreendo que as alterações não interferiram na análise deste documento, como também, são que permanecem atualmente na regulamentação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

além de promover o crescimento de iniciativas privadas para a oferta da educação técnica. Conforme estudiosos da área, “este projeto assumia ‘o ideário pedagógico do capital ou do mercado’ representado uma profunda regressão e restabelecendo o dualismo entre educação e trabalho, ferindo os princípios da politécnica” (FRIGOTTO; CIAVATA; RAMOS, 2005, p. 13). O Decreto de 1997 segundo os mesmos autores, tinha intenção de “não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado”.

Seguindo neste entendimento, havia, na época, a necessidade de uma nova política de governo para o ensino técnico, o que justifica a importância do Decreto nº 5154/2004. Entretanto, diferente das expectativas positivas, este Decreto procura atender as distintas posições que representavam os interesses em disputas, sejam as que esperam uma formação integral entre ensino médio e ensino técnico, defendendo os princípios de politecnicidade ou as que desejam a educação técnica desintegrada do ensino médio.

O Decreto nº 5.154/2004 está organizado em nove artigos. Dentre as questões importantes que aborda, define a educação profissional nos seguintes níveis.

Art. 1º. A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

I - qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores;

II - educação profissional técnica de nível médio; e

III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Os cursos da educação profissional e ensino técnico serão organizados por trajetórias de formação que favoreçam a continuidade de formação, considerados itinerários formativos, prevendo aproveitamento articulado e contínuo. [...]

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:

I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;

II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia;

III - a centralidade do trabalho como princípio educativo; e

IV - a indissociabilidade entre teoria e prática. (BRASIL, 2004, art. 1º)

Para os cursos de formação inicial, fica definida uma carga horária mínima de 160 horas, sendo estes, preferencialmente, articulados com os de educação de jovens e adultos. Para a educação técnica de nível médio, fica definido:

Art. 4º A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

I - os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL, 2004, art. 4º)

Com as alterações, passava a figurar duas concepções em relação ao vínculo entre a educação profissional e o ensino médio: uma em que a educação profissional é parte do ensino médio, devendo realizar-se de forma integrada, constituindo um mesmo curso, e a outra que admite a separação entre eles, como estabelecido no projeto do governo anterior.

Em 2008, a Lei nº 11.741/2008 é regulamentada para contemplar as alterações previstas no Decreto nº 5154/2004, na LDB 9394/96. Esta Lei propunha-se a “redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica” (BRASIL, 2008). Assim, introduziu as modificações previstas no corpo do Decreto nº 5.154/2004, suprimindo itens da LDB original e inserido novos, dentre os quais está a Seção IV-A “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio” e a VI Seção “Do Ensino Médio”.

Em 2014, sob o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, sucessora do mesmo partido político, e desta forma, com as mesmas ideologias governamentais, foi homologado o Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014, que alterou os artigos

1º e 2º do Decreto nº 5154/2004, com a intenção de promover e respeitar a “articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia” (BRASIL, 2004) e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. As alterações não influenciaram uma mudança de concepção do ensino técnico, no contexto político econômico.

Durante os anos seguintes à homologação do Decreto nº 5154/2004, vimos a expansão de programas e projetos de incentivo a inserção de estudantes na educação profissional, como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o Programa Brasil Profissionalizado, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o surgimento da Rede E-tec, a institucionalização dos Institutos Federais de Educação. Também, outras resoluções surgiram com o objetivo de regulamentação da educação profissional técnica de nível médio, como obrigatoriedade de preenchimentos do SISTEC e CEEBB e a institucionalização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

No final do ano de 2016, num contexto político obscuro, a partir do impeachment da então presidente Dilma, com o comando de Michel Temer, surge a Medida Provisória nº 746, de 2016, que originou a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017,

Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.(BRASIL, 2017, Ementa)

Entre diversas alterações, esta lei altera o Art. 36 da LDB 9394/96, que apresenta: “O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber”, assim incluindo no V - formação técnica e profissional, como uma das possibilidades de formação de ensino médio. Entretanto, a lei não altera Seção IV da LDB 9394/96 que trata

especificamente da educação profissional técnica de nível médio. Mesmo com esta inclusão, não revoga ou altera o Decreto nº 5154/2004.

Ainda conforme o Art. 4º, do Decreto nº 5154/2004, já mencionado neste capítulo, a educação técnica de nível médio pode ocorrer de forma integrada, concomitante ou subsequente ao ensino médio. Determina ainda que ela seja oferecida de acordo com o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais e os projetos pedagógicos das instituições escolares. Este mesmo decreto não aponta para questões de concepções pedagógicas, nem sobre a ideia de gestão nesta modalidade de ensino, que estabelecem os formatos em que esta modalidade pode ocorrer e remete a responsabilidade aos sistemas de ensino e às instituições escolares.

Para aprofundar a análise foi necessário realizar a leitura das Diretrizes Curriculares Nacionais, aprovadas na Resolução Conselho Nacional de Educação e Câmara Educação Básica, CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Ao realizar a análise da legislação e com base nas referidas diretrizes, pode-se sugerir que há uma intenção de promover uma vinculação entre a educação profissional ao ensino médio com a unificação da formação profissional articulada e integrada do aluno. Desta forma, há a importância da atuação pedagógica e a clareza desta concepção nas escolas em que oferecem esta possibilidade de ensino.

Outro fator destacável é o da formação humana, tendo por foco os elementos norteadores do currículo: o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. Estes elementos, quando incluídos nos currículos, possibilitam a formação integral do estudante, dando assim indicativos de garantia de uma educação de qualidade a todos. Na perspectiva política todos devem ter acesso à mesma formação, Ciavatta e Ramos (2012) reiteram que:

Os conhecimentos específicos de uma profissão – mesmo ampliados para uma área profissional ou um eixo tecnológico – não são suficientes para proporcionar a compreensão das relações sociais de produção. Por isto a defesa da integração desses conhecimentos com os de formação geral. Mesmo que os processos produtivos em que se pode exercer uma profissão sejam particularidades da realidade mais ampla, é possível estudá-los em múltiplas dimensões – econômica, social, política, cultural e técnica, dentre outras – de forma que, além dos conhecimentos específicos, os de formação geral tornam-se também uma necessidade (CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 26).

Outros indicativos das diretrizes apontam que há uma intenção de articulação entre educação básica e profissional bastante explícita, numa perspectiva de formação que respeite a “cidadania e dignidade das pessoas” (BRASIL, 2010, p.01), e que contemple as especificidades dos alunos em cada modalidade de ensino, como também fomente a conscientização das instituições.

Em contraponto, neste mesmo decreto, há a possibilidade da formação subsequente que acontece após a conclusão do ensino médio e que se aproxima das expectativas de cunho mais empresarial e voltado ao mercado. Não há uma contrariedade da oferta nesta modalidade, mas sim o indicativo que se respeite e se estabeleça os princípios já discutidos para uma formação justa e integral de todos. Se a integração entre escolarização e profissionalização não é garantia de uma educação politécnica, um tipo de formação desarticulada, por sua vez, torna inviável esta perspectiva de formação.

Outro aspecto que fortalece uma formação desarticulada são os itinerários formativos, presentes no Decreto nº 5.154/04, que se aproxima da formação modular prevista na legislação anterior. Não elimina, portanto, a possibilidade de uma certificação de técnico resultar em um amontoado de módulos independentes, fragmentados, agregados aleatoriamente, desde que respeitado o prazo limite de cinco anos, mesmo que considere a necessidade de organização deste itinerário em função de uma determinada área profissional. Também há a recomendação de que estes estejam articulados, preferencialmente, com os cursos de Educação de Jovens e Adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador (BRASIL, 2004).

Retomando a análise das Diretrizes Curriculares, no capítulo II, estabelecem-se as questões em relação à organização curricular dos cursos técnicos, determinada a concepção de eixos tecnológicos:

Artigo 13 A estruturação dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, orientada pela concepção de eixo tecnológico, implica considerar: I - a matriz tecnológica, contemplando métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas aos cursos; II - o núcleo politécnico comum correspondente a cada eixo tecnológico em que se situa o curso, que compreende os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias e a contextualização do mesmo no sistema de produção social; III - os conhecimentos e as habilidades nas áreas de linguagens e códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza, vinculados à Educação Básica deverão permear o currículo dos cursos técnicos de nível médio, de acordo com as especificidades dos

mesmos, como elementos essenciais para a formação e o desenvolvimento profissional do cidadão; IV - a pertinência, a coerência, a coesão e a consistência de conteúdos, articulados do ponto de vista do trabalho assumido como princípio educativo, contemplando as necessárias bases conceituais e metodológicas; V - a atualização permanente dos cursos e currículos, estruturados em ampla base de dados, pesquisas e outras fontes de informação pertinentes. (BRASIL, 2012, art. 13).

As diretrizes apontam que os currículos devem proporcionar diálogos, compreender e discutir relações sociais de produção e trabalho, recursos para exercer profissão com competência, “idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientados por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromissos com a construção de uma sociedade democrática” (BRASIL, 2012, Art. 14). Assim, no que determina as diretrizes, novamente, a responsabilidade pela efetiva realização destes princípios cabe as instituições de ensino, conforme estabelecido no artigo 15.

Art. 15 - O currículo, consubstanciado no plano de curso e com base no princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, é prerrogativa e responsabilidade de cada instituição educacional, nos termos de seu projeto político pedagógico, observada a legislação e o disposto nestas Diretrizes e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2012, art. 15)

No que se percebe, as determinações legais da educação técnica de nível médio representam “a disputa entre os setores progressistas e conservadores da sociedade brasileira pela hegemonia neste campo” (FRIGOTTO, 2006, p.1809), a partir da promoção de diversos programas focais que não contemplam os predispostos estabelecidos nas diretrizes, por seu caráter de formação rápido e pontual.

E então, o que podemos entender da expressão pedagógica no Decreto nº 5154/2004? O documento em si estabelece a forma de organização da estrutura e modalidade remetendo aos projetos pedagógicos institucionais e dando norteamento através das diretrizes. Na leitura, percebe-se que há intenção de uma formação integral, de qualidade a todos os sujeitos, entendida como uma responsabilidade pedagógica das instituições escolares. Assim, fortalece a prerrogativa que defendo sobre a relevância da gestão pedagógica.

Há também de considerar que o decreto e as diretrizes preveem a articulação ao tratarem do ensino técnico concomitante ao ensino médio, e no ensino subsequente há possibilidades de uma desarticulação maior. Desta forma, retoma-

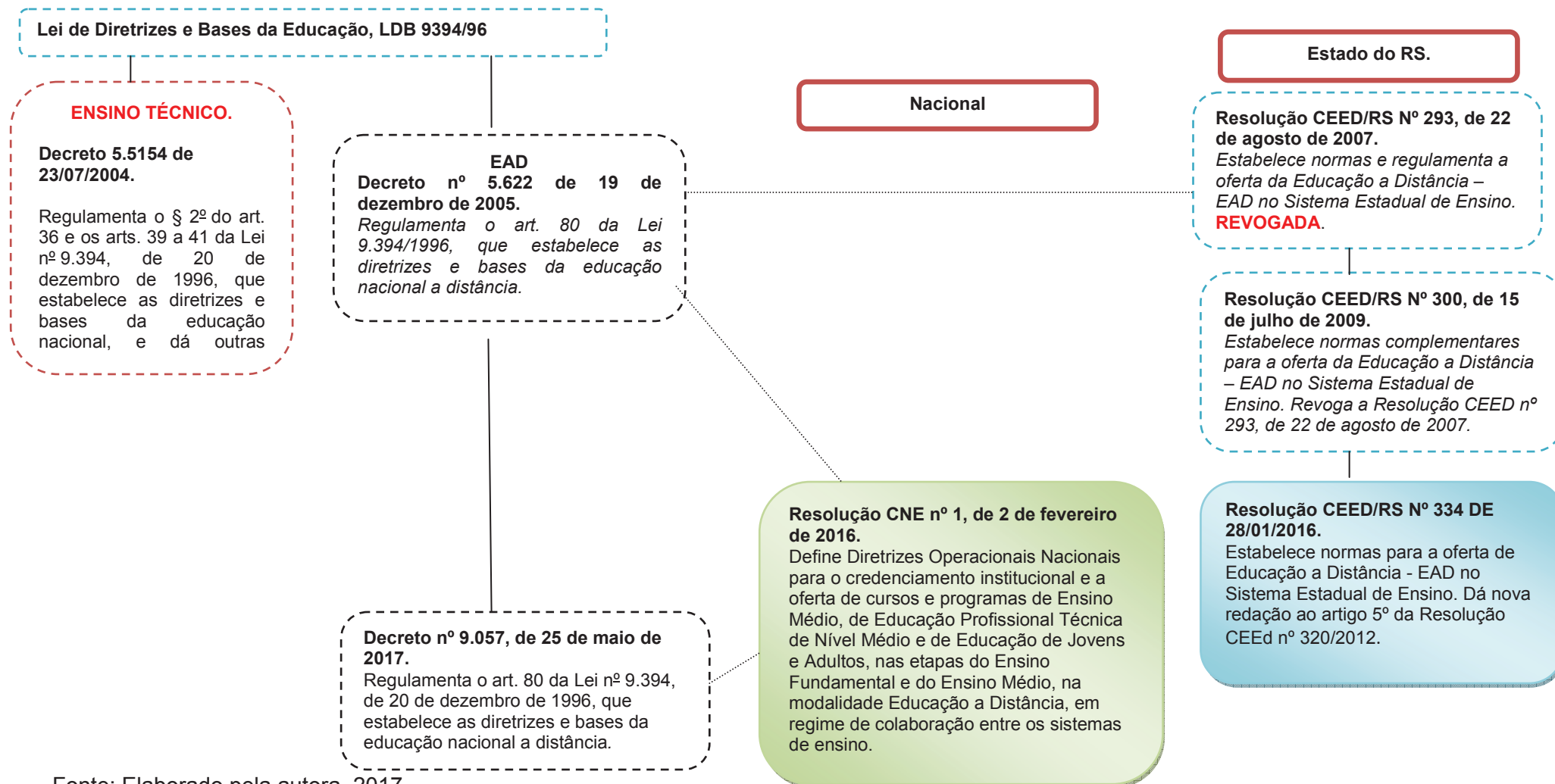
se as discussões sobre as desarticulações políticas, da forma como acontecem e se efetivam no interior de cada instituição escolar.

3.4 A educação técnica de ensino médio na modalidade a distância

Já identificamos o cenário em que a educação técnica de nível médio está inserida; cabe, neste momento, empreender esforços para a análise documental da legislação que regulamenta todo o ensino técnico na modalidade a distância. É sabido que esta modalidade de ensino, neste formato, é permitida desde a promulgação da LDB 9394/96, quando se regulamenta, em seu Art. 80, o ensino a distância, no sistema de ensino brasileiro. Esta mesma lei remete aos sistemas estaduais de ensino a responsabilidade pela regulamentação do funcionamento da educação técnica a distância.

Para a análise documental, selecionei as duas legislações que estão em vigência: a Resolução CNE nº 1, de 02 de fevereiro de 2016, a nível nacional, e a Resolução CEED/RS nº 334, de 28 de janeiro de 2016, a nível estadual. Na Figura 07, apresento um mapa das legislações que contextualizam a educação técnica de nível médio a distância.

Figura 7 - Mapa das legislações que regulamentam a educação técnica de nível médio a distância.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Na Figura 7 constam as legislações que norteiam o funcionamento da educação técnica de nível médio a distância. Esta modalidade de ensino, permitida a partir da promulgação da LDB 9394/96, que em seu artigo 80, estabelece:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, 1996, art. 80)

Com a determinação em lei, surge o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o Art. 80 da LDB 9.394/1996, o qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional a distância. Contudo, a educação técnica a distância não atende somente os regulamentos da EAD, ela responde às regulamentações da educação técnica de nível médio, e para tanto, está vinculada ao Decreto nº 5.154/2004, que regulamenta o ensino técnico. Esta relação é necessária, já que o Decreto nº 5.622/2005 não trata sobre o ensino a distância na modalidade de ensino da educação profissional, apenas remete aos sistemas de ensino.

Art. 11 - Compete às autoridades dos sistemas de ensino estadual e do Distrito Federal promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos a distância no nível básico e, no âmbito da respectiva unidade da Federação, nas modalidades de:

I - educação de jovens e adultos;

II - educação especial; e

III - educação profissional

§ 1º Para atuar fora da unidade da Federação em que estiver sediada, a instituição deverá solicitar credenciamento junto ao Ministério da Educação.

§ 2º credenciamento institucional previsto no § 1º será realizado em regime de colaboração e cooperação com os órgãos normativos dos sistemas de ensino envolvidos.

§ 3º Caberá ao órgão responsável pela educação a distância no Ministério da Educação, no prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação deste Decreto, coordenar os demais órgãos do Ministério e dos sistemas de

ensino para editar as normas complementares a este Decreto, para a implementação do disposto nos §§ 1º e 2º. (BRASIL, 2005, art. 11)

O Decreto nº 5622/2005 tem nova redação em 2017, com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Da mesma forma que o anterior, o novo decreto estabelece que:

Art. 8º - Compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância nos seguintes níveis e modalidades:

I - ensino fundamental, nos termos do § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

II - ensino médio, nos termos do § 11 do art. 36 da Lei nº 9.394, de 1996;

III - educação profissional técnica de nível médio;

IV - educação de jovens e adultos; e

V - educação especial. (BRASIL, 2017, Art. 8º)

Assim, a regulação, oferta e credenciamento dos cursos técnicos na modalidade a distância ficam a cargo dos sistemas de ensino e Distrito Federal. Com esta contextualização, empreendo para análise documental das legislações vigentes.

3.4.1- A Resolução CNE/CEB nº 1, de 2 de fevereiro de 2016

A versão que originou a Resolução de 1º de fevereiro de 2016 teve várias redações e pareceres até se consolidar como uma resolução, publicada somente no ano de 2016. Conforme consulta no *site* do Ministério da Educação, encontramos os seguintes pareceres:

Quadro 12: Pareceres sobre a Educação Técnica de Nível Médio a Distância.

PARECER	EMENTA
Parecer CNE/CEB nº 41/2002	Aprovado em 02 de dezembro 2002 Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Básica na etapa do Ensino Médio.
Parecer CNE/CEB nº 12/2012	Aprovado em 10 de maio de 2012 Diretrizes Operacionais para a oferta de Educação a Distância (EAD), em regime de colaboração entre os sistemas de ensino.
Parecer CNE/CEB nº 2/2015,	Aprovado em 11 de março de 2015 Reexame do Parecer CNE/CEB nº 12/2012, que define Diretrizes Operacionais

	Nacionais para a oferta de Educação a Distância (EAD), no âmbito da Educação Básica, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino.
Parecer CNE/CEB nº 13/2015	Aprovado em 11 de novembro de 2015 Reexame do Parecer CNE/CEB nº 2/2015, que reexaminou o Parecer CNE/CEB nº 12/2012, que define Diretrizes Operacionais Nacionais para a oferta de Educação a Distância (EAD), no âmbito da Educação Básica, em regime de colaboração entre os Sistemas de Ensino.

Fonte: Dados Ministério da Educação, em outubro/2017, quadro elaborado pela autora, 2017.

Vale destacar que conforme o artigo 11, do inciso 3º, do Decreto nº 5.622/2005, “caberá ao órgão responsável pela educação a distância no Ministério da Educação, no prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação deste Decreto, coordenar os demais órgãos do Ministério e dos sistemas de ensino para editar as normas complementares a este Decreto” (BRASIL, 2005, Art. 11, §3º). Entretanto, o decreto foi publicado em 2005 e, somente em 2012, começaram a surgir pareceres que propunham orientar os sistemas de ensino e o Distrito Federal.

A Resolução CNE/CEB nº 01/2016, publicada pelo Conselho Nacional de Educação, através da Câmara de Educação Básica, e assinada pelo então integrante da Câmara de Educação Básica, Luiz Roberto Alves. A Resolução também é publicada durante o início do segundo mandato da Presidente Dilma Roussef (2015 - 2016), com o Ministro da Educação Aloizio Mercadante. A Resolução está organizada em 14 artigos, os quais definem as diretrizes operacionais para o credenciamento institucional e a oferta da educação profissional técnica de nível médio e da educação de jovens e adultos, nas etapas do ensino fundamental e médio, na modalidade de educação a distância.

No primeiro artigo, define o conceito de educação a distância, “como uma forma de desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem mediado por tecnologias que permitem a atuação direto do professor e aluno em ambientes físicos diferentes” (BRASIL, 2016, Art. 1º, §1º). Na sequência exige que aconteça uma prévia e rigorosa avaliação por parte dos sistemas de ensino sobre os recursos tecnológicos utilizados, em diversos formatos, que garantam a mediação pedagógica. Também, no § 3º deste artigo determina que o funcionamento dos cursos a distância deve estar em sintonia com as diretrizes que baseiam a

modalidade de ensino, neste caso, a exigência de consonância com a Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012, a qual define Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional técnica de nível médio.

No inciso 4º, ainda do 1º artigo, define como se compõem os sistemas de ensino federal, estadual e do Distrito Federal:

- a) o sistema federal de ensino é composto por instituições da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica, dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SNA) e das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas federais;
- b) os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal são compostos por escolas técnicas privadas e IES públicas estaduais, distritais e municipais;
- c) as escolas técnicas privadas mantidas por IES privadas poderão ofertar cursos técnicos de nível médio nas localidades em que a IES mantenha cursos de graduação em áreas de conhecimento correlatas à do curso técnico a ser ofertado, desde que sejam devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação para a oferta de programas educacionais no âmbito do PRONATEC, bem como apresentem excelência na ação educativa ofertada e comprovada no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e demonstre condições de acessibilidade e de práticas educacionais inclusivas;
- d) a supervisão e a avaliação dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio executadas por escolas técnicas privadas mantidas por IES privadas, nos termos da alínea anterior, ficarão a cargo dos sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal, em regime de colaboração com a União (BRASIL, 2016, art. 1º, § 4º).

Após a definição do sistema, a resolução trata das orientações de cada sistema e determina que as instituições sejam vinculadas ao sistema federal. No caso de instituições superiores privadas, as avaliações ocorrerão pelos Institutos Federais de Educação ou pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Define também que, no caso de autorização de funcionamento da educação a distância, nos Institutos Federais ou nos SNA, a avaliação ocorrerá pelos Conselhos Superiores destas instituições. Da mesma forma permite a expansão de polos, desde que comunicado ao Ministério da Educação, e mantida a mesma qualidade do curso de origem.

As escolas vinculadas ao sistema estadual devem adequar-se às normas dos seus estados ou Distrito Federal. No caso de polos fora da unidade federativa de origem, os próprios sistemas devem enviar comunicados entre si, documentando a regulamentação da oferta.

Quanto à idade mínima para ingresso nestes cursos, deve ser a mesma exigida para ingresso no nível de ensino e, também, respeitar as normas de cada

Conselho Estadual de Educação. Também é exigido que todas as informações sejam lançadas no SISTEC.

O artigo 9º determina que os cursos técnicos devem prever, em seus projetos pedagógicos, cargas horárias mínimas de atividades presenciais para cumprimento da formação técnica pretendida. Já no artigo 10º trata que “devem comprovar em suas plataformas plena condições de atendimento às necessidades de aprendizagem de seus alunos, garantindo à atenção especial à logística desta oferta educacional” (BRASIL, 2016, art. 10).

O documento oferece diretrizes operacionais de como deve ocorrer o credenciamento, a oferta e a regulamentação dos cursos na modalidade de educação a distância, define obrigações e responsabilidades, dando orientações às instituições escolares sobre como proceder para a oferta destes cursos. Não há uma diretriz pedagógica da oferta, e isso abre possibilidades de ofertas distintas, uma vez que distingue as normas de acordo com o sistema ao qual a instituição se vincula. A Resolução CNE 01/2016 determina que haja avaliações e impõe exigências de funcionamento, porém, não estabelece um sistema de avaliação. Para os Institutos Federais e o Sistema Nacional de Aprendizagem há uma autonomia na oferta dos cursos, e as próprias instituições são responsáveis por suas avaliações. Já nas instituições vinculadas às unidades federativas, cabe a cada sistema estadual a avaliação e determinação de suas normas.

Ademais, a resolução remete às Diretrizes Curriculares Nacionais, na qual devemos referenciar, neste trabalho, para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional técnica de nível médio, já analisada em conjunto com o Decreto nº 5.154/2004. Assim, a resolução a nível nacional sobre a educação técnica é normativa, sem posicionamentos ou concepções pedagógicas, nem para o ensino técnico, nem para a educação a distância.

Com a análise da Resolução, a nível nacional, realizo, na próxima seção, uma análise do sistema de ensino do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul.

3.4.2 A Resolução CEED/RS nº 334, de 28 de janeiro de 2016

No Rio Grande do Sul, anterior ao Decreto nº 5.622/2005, o primeiro ato legal a tratar sobre a oferta da educação a distância foi a Resolução nº 262, de 03 de outubro de 2001. Este documento trata sobre os encaminhamentos que devem ser providenciados pelas instituições escolares que estejam sob a jurisdição do Sistema Estadual de Ensino (SEE).

Com a aprovação do Decreto nº 5.622/2005, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394/1996 e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional a distância, o Estado do Rio Grande do Sul estabelece normas e regulamenta a oferta da EAD, com a Resolução do CEED/RS-Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul nº 293, de 22 de agosto de 2007. A Resolução de 2007 foi revogada pela Resolução do CEED/RS nº 300, de 15 de julho de 2009, e esta foi atualizada pela Resolução nº 320 de 18 de janeiro de 2012. Esta última teve nova redação, alterada pela Resolução CEED/RS nº 334/2016, objeto de análise desta pesquisa.

Esta Resolução, publicada pelo governador do RS, Luis Ivo Sartori (2015 - 2019), e tendo como Presidência do Conselho Estadual a Sra. Cecília Maria Martins Farias, não traz discursos ideológicos em sua redação, assemelhando-se às demais resoluções publicadas em governos anteriores, como a Resolução nº 320/2012, do ex-governador Tarso Genro (2011-2014) e as Resoluções nº 293/2007 e nº 300/2009, de Ieda Crusius ; que mesmo de partidos políticos distintos abordam tratativas operacionais e técnicas.

A CEED/RS nº 334/2016 está organizada em 35 artigos. Do 1º ao 6º, dá diretrizes às mantenedoras, com informações iniciais quanto ao aproveitamento de estudos e possibilidades de ofertas das manutenções, além de determina a idade mínima de 18 anos para a matrícula em EAD no Rio Grande do Sul.

Os artigos 7º e 8º tratam dos Referenciais de Qualidade, considerando que os indicadores de qualidade tratam do projeto pedagógico a ser desenvolvido. Para isso, deve ter uma equipe profissional habilitada e qualificada, recursos didáticos disponíveis e infraestrutura adequada para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e administrativo. Estabelece ainda, um processo de avaliação dos alunos e do estabelecimento de ensino e define que todos estes indicadores sejam comprovados no processo de credenciamento da instituição.

O artigo 8ª desdobra cada um dos itens, apresentando as exigências mínimas para atendimento dos indicadores de qualidade, a saber: I) desenho do Projeto Político de Pedagógico; II) equipe profissional, integrando a direção e profissionais com conhecimento de informática para gerenciar um ambiente virtual; III) interatividade entre professor e aluno; IV) recursos didáticos utilizados pela instituição, entre estes, ambientes e meios de aprendizagem necessários para cumprimento dos objetivos do curso; V) infraestrutura, considerando espaços adequados para atendimento em momentos presenciais e política de reposição e atualização de materiais; VI) avaliação, solicitando que se que respeite o perfil do aluno da educação a distância e divulgação de cronograma das aulas e avaliações e destaque aos momentos presenciais obrigatórios.

Do artigo 9º até o artigo 13º, são estabelecidos os critérios para credenciamento da instituição e para a autorização de oferta de cursos. Para tanto, determina os documentos que devem ser entregues e os prazos e percursos a serem atendidos para a autorização de funcionamento. Entre os documentos exigidos estão os Planos de Curso e o Projeto Político-Pedagógico, o qual exige:

- I- as bases teóricas que fundamentam a proposta do curso na forma de EAD;
- II- os objetivos gerais e específicos
- III- as estratégias previstas para o desenvolvimento da estrutura curricular de forma interdisciplinar e contextualizada;
- IV- os materiais e as ferramentas a serem utilizadas nas aulas virtuais;
- V- a descrição das estratégias metodológicas a serem adotadas pelo professor e/ou professor tutor.(ESTADO DO RS, 2016, Art.11, §1)

A Resolução CEED/RS nº 334/2016 não se compromete em definir sua concepção de educação técnica na modalidade a distância, nem seus fundamentos teóricos, porém exige que as instituições as contemplem em seus projetos políticos pedagógicos, e delimitem os instrumentos necessários para o alcance dos objetivos previstos.

No artigo 12º determina-se a exigência de que 35% (trinta e cinco por cento) da carga horária presencial dos cursos de Educação Profissional ocorra de forma presencial. Para os cursos com eixo tecnológico “Ambiente e Saúde”, exige-se que 50% (cinquenta por cento) da carga horária seja presencial. Determina-se, também, os cursos que não podem ocorrer na modalidade a distância, a saber:

Art. 13. Não serão autorizados na forma de Educação a Distância o Curso Normal e os Cursos Técnicos das seguintes habilitações profissionais:

I - Técnico em Enfermagem;

II - Técnico em Estética;

III - Técnico em Hemoterapia;

IV - Técnico em Saúde Bucal;

V - Técnico em Imobilizações Ortopédicas;

VI - Técnico em Massoterapia;

VII - Técnico em Nutrição e Dietética

VIII - Técnico em Órteses e Próteses;

IX - Técnico em Podologia;

X - Técnico em Prótese Dentária;

XI - Técnico em Radiologia;

XII - Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos. (ESTADO DO RS, 2016, Art. 13).

Conforme determinado, os cursos técnicos na modalidade EAD têm exigência de carga horária mínima presencial, não podendo nenhum curso ocorrer totalmente a distância. Há também a exigência de controle de frequência dos momentos presenciais que não podem ser reduzidos à realização avaliações.

A partir do artigo 14 são dispostos os requisitos para o credenciamento das instituições e para autorização de oferta de cursos, detendo-se, de forma detalhada, nos documentos comprobatórios que devem entregues, entre eles ofícios, relatórios, fotografias da instituição, comprovação de acessibilidade, medições das salas de aula e capacidade de espaço por aluno, além de documentos que comprovem a formação e qualificação da equipe profissional. Exige-se ainda que de todos os profissionais tenham uma formação continuada, de no mínimo 40 horas, para o trabalho em EAD.

O artigo 19 apresenta como deve ser composta a equipe profissional necessária para a oferta da educação a distância.

Art. 19. A equipe profissional da instituição de ensino, necessária à oferta de Educação a Distância, é composta de, no mínimo:

I - Diretor: responsável pelas funções inerentes à gestão de estabelecimento de ensino;

II - Secretário Escolar: responsável pelas funções atinentes a estabelecimento de ensino;

III - Coordenador Pedagógico, devidamente habilitado, responsável pelas funções relativas à gestão pedagógica/ao processo pedagógico;

IV - Professor titular do componente curricular e que pode, também, interagir com os alunos nos momentos presenciais;

V - Professor-Tutor: professor responsável pela orientação da aprendizagem dos alunos nos momentos presenciais nos componentes curriculares para os quais está habilitado;

VI - Monitor: auxiliar para a operacionalização dos meios e tecnologias de informação e de comunicação na instituição.

Parágrafo único. A instituição de ensino que contar com Polo (s) de Apoio Presencial (ais) credenciado (s) deverá contar com, no mínimo:

- I - Coordenador de Polo: professor responsável pela coordenação e acompanhamento dos processos administrativos e pedagógicos dos cursos oferecidos no Polo de Apoio Presencial;
- II - Secretário Escolar: responsável pelas funções atinentes a estabelecimento de ensino;
- III - Coordenador Pedagógico, devidamente habilitado, responsável pelas funções relativas à gestão pedagógica/ao processo pedagógico;
- IV - Professor-Tutor: professor responsável pela orientação da aprendizagem dos alunos nos momentos presenciais nos componentes curriculares para os quais está habilitado;
- V - Monitor: auxiliar para a operacionalização dos meios e tecnologias de informação e de comunicação na instituição. (ESTADO DO RS, 2016, art. 19).

Nessa seção, há um reconhecimento da necessidade de uma equipe pedagógica e administrativa que dê conta do atendimento e dos processos de ensino aprendizagem dos alunos.

A partir do artigo 25, a Resolução orienta sobre os processos de credenciamento e destaca os requisitos necessários para a garantia dessa renovação. Os artigos finais, que se estendem até o 35, tratam das punições em situações de descumprimento dos requisitos, que podem resultar em suspensão das matrículas da instituição escolar.

Em suma, a Resolução CEED/RS nº 334/2016 estabelece uma quantidade significativa de documentos e exigências para a oferta de cursos na modalidade EAD no SEE. Nota-se que não há um sistema de avaliação sistêmico das instituições escolares, mas sim, um processo para o credenciamento, que é válido por três, e ao término desse prazo, um processo de credenciamento válido pelo mesmo tempo. A referida Resolução também determina que as instituições tenham instrumentos de avaliação interna, entretanto, em nenhum momento orienta como devem ser tais nem define se devem ser comprovados e/ou entregues ao Conselho Estadual de Educação.

3.5 Das impressões e conclusões

Ao realizar a análise documental da legislação que regulamenta, atualmente, a educação técnica de nível médio a distância, percebe-se que não há clareza do que se espera, qual a finalidade e objetivos da oferta destes cursos na modalidade a distância. A legislação que trata da educação técnica de nível médio – Decreto nº 5.154/2004 – não faz qualquer referência à oferta dos cursos na modalidade a distância. Já as resoluções que tratam da educação técnica na modalidade a

distância – Resolução CNE/CEB nº 1, de 2 de fevereiro de 2016 e Resolução CEED/RS nº 334, de 28 de janeiro de 2016 – não tratam das concepções de ensino técnico, da proposta formativa, dos objetivos e nem finalidades pedagógicas. São diretrizes operacionais, que tratam somente de documentação e tratativas técnicas para credenciamento de instituições e oferta de cursos.

Assim, remeto-me ao objetivo deste capítulo, que consiste em elucidar aspectos legais e pedagógicos do EAD no nível de ensino técnico no sistema de ensino brasileiro, evidenciados na legislação vigente, que tratam da regulação dos cursos técnicos EAD no RS, e percebo que:

No Estado do Rio Grande do Sul há entendimento que devam existir documentos norteadores nas instituições escolares, como Projeto Político-Pedagógico e Planos de Curso, e que garantam aos estudantes estrutura física, recursos humanos e material pedagógico, de acordo com o estabelecido, visando garantir o processo de ensino aprendizagem. Há também a definição da equipe profissional necessária para a garantia dos referenciais de qualidade, incluindo-se nesse aspecto, a Direção e a Coordenação Pedagógica.

Ainda no Rio Grande do Sul as avaliações ocorrem no processo de credenciamento do curso ou da instituição, que tem validade de três anos. Após esse período, há o processo de credenciamento. Não fica claro se no período de credenciamento há visitas *in loco*, porém há solicitação de encaminhamento de documentos que comprovem a efetiva realização das atividades. Em todos os casos, não há, no período de três anos, nenhum procedimento que avalie o funcionamento das instituições escolares.

Se reconhece tanto no Estado do RS, quanto na Resolução do Conselho Nacional de Educação, a importância dos processos de autoavaliação e avaliação externa nas instituições escolares, porém, são apenas orientações, não há um processo sistêmico de avaliação.

Ambos documentos – o Decreto nº 5154/2004 e a Resolução CNE/CEB nº 1, de 2 de fevereiro de 2016 remetem à Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional técnica de nível médio, onde são atribuídas orientações curriculares para estes cursos. Não há, portanto, um documento específico que trate da educação técnica de nível médio ou mesmo que dialogue, desde os princípios, objetivos e finalidades da educação

técnica a distância, no intuito de traçar orientações operacionais para uma concepção do que se pretende atingir com esta modalidade de ensino no formato a distância. E, mesmo com a análise documental do Decreto, das Resoluções e das Diretrizes, não é possível criar um vínculo nem determinar qual é sua concepção.

Acredito que este seja o ponto mais delicado, pois depende da interpretação e da forma como cada sistema de ensino – federal ou estadual – e cada instituição escolar vai interpretar e adotar em seu estabelecimento. A impressão é que os documentos surgiram para atender o que constava na LDB 9394/96, para distribuir e delegar responsabilidades operacionais para o funcionamento destes cursos, nesta modalidade, sem preocupar-se com as demais questões necessárias para sua garantia da qualidade. Assim, remetem orientações a outros documentos, outros referenciais, os quais, possivelmente, os responsáveis pela fiscalização e manutenção das ofertas, não devem atentar para sua análise e estudo, ou até mesmo desconhecem.

Concluo que as resoluções que tratam, hoje, desta modalidade e formato de ensino, dedicam-se a regulamentar e orientar as instituições de ensino quanto ao processo de credenciamento e oferta dos cursos, não inferindo questões de avaliações, acompanhamento didático, sistema que busque ou garanta sua qualidade. Mesmo definindo-se requisitos, a oferta de cursos técnicos na modalidade de EAD acontece sem avaliações sistêmicas, uma vez que não há atribuições de responsabilidades aos entes federados, sejam eles estados, municípios ou Distrito Federal. Dessa forma, a ausência de qualquer instrumento de acompanhamento e regulação traz preocupações pois fica à mercê dos interesses, demandas e regras do mercado, resultando em produto a ser comercializado. Contudo, tornam-se pertinentes novas discussões e análises das práticas das instituições escolares, trazendo à tona discussões que ocorrem timidamente, ou seja, que pouco se fala, pouco se vê e pouco se discute.

4.A GESTÃO NOS CURSOS TÉCNICOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA E AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Ao se propor a pesquisa sobre uma determinada temática é importante saber sua influência e impacto nas discussões acadêmicas. Assim, delimita-se um ponto de partida de como ela é abordada ou até onde foi investigada, podendo-se, então, delinear e estruturar a investigação. Partindo do pressuposto da inexistência de pesquisas que discutem a temática da gestão pedagógica nos cursos técnicos a distância, iniciei uma pesquisa ampla por produções acadêmicas relacionadas à temática da pesquisa. Sua relevância se denota frente às constantes discussões sobre a gestão educacional no cenário atual, e também pela importância de tratar a gestão nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Ressalto que, particularmente, o ensino técnico a distância vem sendo objeto de interesse das políticas educacionais.

A importância do constante debate sobre gestão pedagógica, a crescente demanda para matrículas na educação técnica em nível médio – e a possibilidade de oferta na modalidade a distância – me motivou a confirmar a hipótese de que as discussões em torno dessa temática ainda não são significativamente representativas na produção acadêmica.

O destaque que a educação tem obtido no contexto econômico, social e cultural, associado ao constante surgimento de legislações e políticas; embora muitas apenas atendam ideologias partidárias ou jogos de interesse, sendo descontinuadas de um governo para outro. Assim, o interesse da discussão sobre esses cursos na modalidade a distância, originados na LDB 9394/96, quando se permite a oferta nesse formato. Entretanto, somente em 2015, os dados dos alunos matriculados no nível médio e na modalidade a distância passaram a ser informados no CEBB. Ainda, somente em 2016, em nível nacional, foram definidas as diretrizes operacionais para a oferta de cursos técnicos nessa modalidade, o que demonstra que a exposição ainda ocorre de forma tímida e com pouco reconhecimento legal.

O Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, regulamenta a educação a distância definindo-a como a modalidade

[...] educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e de tecnologias de informação e de comunicação, com pessoal qualificado, políticas de

acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros; e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017, art. 1º)

No art. 2º estabelece que a educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade a distância, desde que sejam observadas as condições de acessibilidade para que sejam asseguradas nos espaços e meios utilizados.

Este capítulo tem por objetivo analisar o universo de produção acadêmica, incluindo artigos, dissertações e teses, sobre a gestão de cursos técnicos a distância, discutindo suas contribuições, com enfoque na gestão pedagógica. Dividido em cinco seções, a partir da introdução, este texto apresenta, inicialmente a “Aspectos metodológicos”, onde descrevo os meios utilizados para a realização do mapeamento por produções acadêmicas. A segunda seção, “Discussão teórica”, apresenta a fundamentação teórica sobre gestão e gestão pedagógica, descrevendo minha percepção sobre gestão e como ela vem sendo investigada na revisão de literatura. Na terceira seção, “Do contexto e produções da área”, faço uma análise das produções selecionadas, classificando-as por área do conhecimento e ano de publicação; analiso também as influências políticas e o impacto dessas produções. A quarta seção, denominada “Possíveis leituras, reflexões e contribuições”, estabelece um diálogo entre as pesquisas selecionadas e a considera suas contribuições para a temática. Finalizando, a quinta seção, “Das impressões e conclusões”, realiza um fechamento de tudo que foi abordado neste capítulo.

4.1 Aspectos metodológicos

Este estudo configura-se metodologicamente como revisão de literatura, para levantamento do “estado da arte”, o qual permite, em um recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados, que estão abertos a pesquisas futuras.

Ferreira (2002, p.2) diz que pesquisas do tipo “estado da arte” ou “estado do conhecimento” são definidas como de caráter bibliográfico. Estas, têm em comum os desafios de mapear e discutir certa produção acadêmica, em diferentes campos do conhecimento, buscando responder quais aspectos e

dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, as formas e as condições que têm sido produzidas certas dissertações, teses, artigos de periódicos e comunicações em anais de eventos. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica, com destaque ao tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais, em cada trabalho e no conjunto deles, os quais o fenômeno passa a ser analisado.

Coerente com o exposto, configura-se uma pesquisa bibliográfica como a “que tem sido utilizada com grande frequência em estudos exploratórios ou descritivos, casos em que o objeto de estudo proposto é pouco estudado, tornando difícil a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis” (LIMA; MIOTO, 2007). Indicada para estudo do tipo “estado da arte”, visto que a aproximação com o objeto se dá a partir de fontes documentais bibliográficas. Neste caso, os materiais empíricos considerados são fontes primárias, como dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos acadêmicos.

No caso da pesquisa bibliográfica, a leitura apresenta-se como a principal técnica, pois é por meio dela que se pode reconhecer as informações e dados contidos no material selecionado, bem como identificar as relações existentes entre eles para analisar sua consistência. Salvador (1986) orienta que sejam realizadas leituras sucessivas do conteúdo para obter todos os dados necessários em cada momento da pesquisa.

Os procedimentos utilizados para a revisão de literatura foram organizados em três etapas: mapeamento; escolha e pré-leitura das pesquisas pré-selecionadas e definição e leitura das pesquisas selecionadas. Descrevo, a seguir, como foram feitos tais procedimentos.

Ao iniciar o processo de mapeamento das produções acadêmicas com objetivo de investigar a gestão pedagógica nos cursos técnicos a distância, realizei uma busca ampla, sem estabelecer critérios como período, somente atendendo aos descritores selecionados. Para realizar o mapeamento de teses e dissertações, utilizei os bancos de dados disponíveis nos *sites do* Portal da Capes¹⁷ e do IBICT¹⁸; e para a busca de artigos pesquisei no portal ScELO¹⁹.

¹⁷ Capes é a sigla da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. É um órgão do Ministério da Educação que disponibiliza, através de seu site, um canal de busca de teses e

Na pesquisa de teses e dissertações foram utilizados os seguintes descritores: cursos técnicos EAD; gestão educacional e ensino a distância; gestão pedagógica e cursos técnicos; gestão pedagógica e ensino a distância; gestão escolar e cursos técnicos e, por fim, gestão escolar e ensino a distância.

Na pesquisa por artigos acadêmicos, alterei os descritores. Nas tentativas de combinar os temas “gestão pedagógica” e “cursos técnicos” ou “gestão pedagógica” e “ensino a distância”, não obtive resultados. Assim, utilizei os descritores de forma isolada, sendo: ensino técnico; curso técnico; ensino a distância; gestão educacional; gestão pedagógica e gestão escolar.

Todas as pesquisas encontradas, independente da área de produção, foram registradas numa planilha do programa Excel, com todos os dados cadastrais, o que resultou em uma amostragem de 404 produções, entre teses e dissertações, e 262 artigos. Após esse primeiro mapeamento, fiz a leitura dos títulos e quando necessário, a leitura do resumo, realizando, assim uma pré-seleção. Com este corpus, fiz um novo registro com informações essenciais, como: identificação, problema, objetivo, referencial teórico, método e resultados.

Considerando estes procedimentos, da primeira etapa da pesquisa, apresento a síntese do mapeamento de teses e dissertações no Quadro 12.

Quadro 13 - Síntese do mapeamento de teses e dissertações

Síte de busca	TIPO DE PESQUISA	PESQUISAS ENCONTRADAS	PESQUISAS PRÉ-SELECIONADAS	PESQUISAS SELECIONADAS
IBICT	Dissertações	212	24	05
	Teses	86	05	-
CAPES	Dissertações	83	04	-
	Teses	23	-	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

dissertações defendidas em programas de pós-graduação do país. Link para acesso: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>

¹⁸ IBICT é a sigla do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. A entidade disponibiliza a consulta on-line da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, oferecendo acesso ao repositório de origem neste link: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>

¹⁹ SciELO é a sigla da *Scientific Electronic Library Online*. É resultado de um projeto de pesquisa entre a FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. A interface SciELO proporciona acesso à sua coleção de periódicos por meio de uma *lista alfabética* de títulos, ou por meio de uma *lista de assuntos*, ou ainda através de um módulo de *pesquisa de títulos* dos periódicos, por assunto, pelos nomes das instituições publicadoras e pelo local de publicação. Informações disponíveis no site: <http://www.SciELO.org/php/index.php>, em 16 jun.2016.

O Quadro 12 apresenta as pesquisas encontradas e disponíveis nas páginas de busca, a partir dos descritores já mencionados, totalizando 404 pesquisas.

Ao realizar uma releitura dos dados do mapeamento e teses, foram excluídas da planilha 36 pesquisas, considerando-se que não tinham qualquer relação com a temática da pesquisa, pois não discutiam nem ensino técnico, nem ensino distância e tampouco tratavam de gestão escolar. Restaram então, 368 pesquisas, as quais abrangem as mais diversas áreas, como: Saúde, Tecnologia, Serviço Social, Economia, Ciência Contábeis, Engenharias, Geografia, Teologia, Medicina, Linguística, entre outras.

Do montante de 368 pesquisas, 233 foram produzidas na área da Educação, incluindo programas de Mestrado em Educação e programas de Mestrados Profissionais na área da Educação. Além dessa área, se destacaram outras duas: a Administração, totalizando 41 pesquisas e a Engenharia da Produção e Engenharia da Gestão do Conhecimento, com 27 pesquisas. Destas, 33 foram definidas como pré-selecionadas e outras cinco foram selecionadas para leitura na íntegra.

Quadro 14 – Dissertações selecionadas para a leitura.

CATEGORIA	TÍTULO	AUTOR	ANO
Gestão Pedagógica	Atribuições e Competências Gerenciais do Coordenador Pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Fátima Aparecida Pereira	2014
Gestão Pedagógica	Contribuições da Gestão Escolar para a Ressignificação do Espaço Público da Escola	Natália Pergher Miranda	2011
Gestão Pedagógica	O Mercado da Educação e a Escola Católica: uma abordagem sobre as mudanças na política de gestão educacional nas escolas católicas do Brasil	Sergio Eduardo Mariucci	2011
Cursos Técnicos	Um Modelo de Educação Profissional no Ensino Médio	Eliane Diniz Soares Peixoto	2014
Cursos Técnicos e Educação a Distância	O Processo da Institucionalização da Educação a Distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins – IFTO	Gisele Magali da Silva	2013

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Por não encontrar produções que tratassem, de maneira específica, da gestão pedagógica em cursos técnicos a distância, selecionei apenas aquelas que considerei que pudessem contribuir para o debate e fundamentação teórica de minha pesquisa. Assim, organizei-as em categorias, de acordo com suas

discussões, para que, após a leitura, pudesse aproximá-las e obter uma amostragem das discussões nas temáticas que envolvem essa pesquisa: gestão pedagógica, cursos técnicos e ensino a distância.

Os artigos seguiram os mesmos procedimentos metodológicos. O Quadro 14 apresenta a síntese do mapeamento dessas produções.

Quadro 15- Síntese do mapeamento de artigos.

SITE DE BUSCA	PESQUISAS ENCONTRADAS	PESQUISAS PRÉ-SELECIONADAS	PESQUISAS SELECIONADAS
SciELO	262	20	07

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

A pesquisa por artigos, incluindo todos os descritores referidos, não obteve resultados, assim, como da outra vez, foram utilizados os descritores de maneira isolada. Inicialmente os dados artigos encontrados foram colocados em uma planilha Excel e a partir desta organização, foi realizada a leitura de cada título. Os títulos que mais aproximaram à temática, foram definidos como pré-selecionados. Após, foram selecionados sete artigos para leitura e análise da temática, conforme demonstrado no Quadro 16.

Quadro 16- Artigos selecionadas para a leitura.

CATEGORIA	TÍTULO	AUTOR	ANO
Políticas e Gestão	Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas	Luiz Fernandes Dourado	2007
Políticas e Gestão	Reformas Educacionais: Descentralização, Gestão e Autonomia Escolar	Ângelo Ricardo de Souza	2003
Políticas e Gestão	Reestruturação Produtiva, Reforma Administrativa do Estado e Gestão da Educação	Elma Júlia Gonçalves de Carvalho	2009
Educação Profissional	A Política de Educação Profissional no Governo Lula: um Percurso Histórico Controvertido	Gaudêncio Frigotto; Maria Ciavatta; Marise Ramos	2007
Gestão Pedagógica	A Construção da Profissionalidade do Gestor Escolar: Concepções e Práticas	Elisangela André da Silva Costa; Maria Socorro Lucena Lima; Maria Cleide da Silva Ribeiro Leite	2015
Gestão Pedagógica	Gestão Escolar: afinal, que fins estão sendo buscados?	Mirna de Lima Medeiros; Luna Marquez Ferolla; Cláudia Souza Passador; João Luiz Passador	2014

Ensino a distância	Educação a Distância: Tensões entre o Público e o Privado	Jaime Giolo	2010
--------------------	---	-------------	------

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Assim como as dissertações selecionadas, os artigos também foram organizados por categorias, de modo a facilitar a exploração dos dados. Com os resultados da revisão de literatura, faço duas análises: uma a partir de toda a revisão da literatura, considerando as produções por áreas e o que elas têm discutido sobre a temática; e a outra, dialogando com as produções selecionadas, visando analisar qual a expressão da gestão pedagógica nestas produções.

4.2 Discussão teórica

Para falar sobre a gestão pedagógica torna-se pertinente fundamentar o que entendemos por gestão escolar e, também, a forma como ela é tratada por estudiosos da área. A partir desta definição, é possível estabelecer um diálogo entre as produções acadêmicas selecionadas a partir da revisão de literatura, para que se possa estabelecer como se trata a gestão pedagógica, quando é discutida no contexto do ensino técnico na modalidade a distância.

Na visão de Luck (2009, p.15), “é com base na gestão que se estabelece unidade, direcionamento, ímpeto, consistência e coerência a ação educacional, a partir do paradigma, ideário e estratégias adotadas para tanto”. A gestão é uma área meio e não um fim em si mesmo. Assim, a gestão visa a melhoria das ações e processos educacionais em todas as instâncias.

A história da gestão escolar se escreve de forma concomitante à história da educação do Brasil. O termo gestão escolar é recente no diálogo da educação, porém, sua nomenclatura veio substituir o termo administração escolar, que acompanhou a história da educação nos períodos de lutas e consolidação de um sistema de ensino, acompanhando todo o modelo tecnicista de educação predominante até o início da década de noventa.

Lombardi (2010, p. 22-23) aponta que “a administração deve ser entendida como resultado de um longo processo de transformação histórica, que traz as marcas das contradições sociais e dos interesses políticos em jogo na sociedade”. Nesse sentido, as mobilizações políticas, bem como as reformas econômicas do

país refletem na formação do perfil de cidadão e no desenvolvimento da educação do ser humano em sociedade.

As primeiras discussões sobre a administração escolar são datadas na década de 1930, quando acontecem os primeiros movimentos por uma educação progressista. Os primeiros autores a discutir a administração a tratavam com visão da administração geral, mas enfatizavam que a administração escolar tem peculiaridades diferenciadas de uma empresa.

O termo “gestão” começa a aparecer na literatura a partir das décadas de 1970 e 1980, entendendo como forma de administração mais ampla, incluindo debates políticos e pedagógicos do ambiente escolar. Para Freitas (2007), a introdução do conceito desse debate educacional deu-se quando a crítica ao caráter conservador e autoritário da administração na área da educação enfatizou, no contexto sócioeconômico dos anos de 1970/80, “o seu compromisso com a transformação social e com a democratização do ensino e da escola”. (FREITAS, 2007, p.502)

Este período foi de debates intensos e constantes sobre gestão, não apenas pela terminologia, mas também “pela concepção e emergência de uma nova forma de pensar o sistema educacional e de se fazer educação no país”. (Freitas, 2007, p. 503). Este debate permeou as discussões das Conferências de Educação (CBEs), durante o período de 1980 a 1991.

Na Constituição Federal (1988) destaca-se a gestão democrática como princípio norteador do processo do ensino. Em seu artigo 206, inciso VI, se estabelece que o ensino seja ministrado com base no princípio “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, 1988, art. 206), para se efetivar a gestão democrática na escola.

Segundo Pinto (1996, p. 13), “a busca de uma maior autonomia e democratização da escola pública, garantindo-se a participação de todos os interessados na sua gestão, é uma tendência que se coloca na ordem do dia não só no Brasil, mas em boa parte do mundo”. Mais do que uma tendência, a gestão democrática coloca-se como lei, regulamentado pelo artigo 14, incisos I e II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, art. 14).

Santos (2003, p.127) aborda que “a LDB faz algum detalhamento sobre o assunto, mas deixa por conta dos sistemas de ensino a competência para definir as normas desse tipo de gestão”. Nesta nova forma de administrar deveria prevalecer a discussão do político e do pedagógico, em oposição às técnicas de administração. Entretanto, ainda pauta as discussões à efetivação da gestão democrática em todos os níveis do sistema de ensino. Como forma de auxiliar esta discussão, utilizarei quatro estudiosos que debatem a questão da terminologia do termo “gestão” e seus impactos: Werle (2001), Luck (2006, 2011) e Paro (2003, 2010), Libâneo (2004). Para Werle (2001):

[...] a expressão gestão está sendo mais empregada no âmbito das instituições educativas. Isto pode ter relação com o fato de que este termo apreenda compreensivamente as diversas demandas que as instituições educativas estão hoje submetidas, e que seu uso decorra da noção de competência, cada vez mais amplamente usada e, das exigências de abertura e participação que atingem as instituições educativas (WERLE, 2001, p. 155)

Para Luck, “a gestão educacional corresponde à área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas” (Lück, 2006, p. 25). Afirma ainda que:

[...] a utilização do termo gestão, não corresponde a simples substituição terminológica, baseada em considerações semânticas. Trata-se, sim, da proposição de um novo entendimento de organização educacional e de seus processos e, para, além disso, das relações da educação com a sociedade e das pessoas dentro do sistema de ensino e da escola. (LUCK, 2011, p. 53).

Para a autora, a gestão educacional corresponde à gestão dos sistemas de ensino, e a gestão escolar, ao ambiente escolar. Destaca-se, nas palavras da autora, a dinâmica necessária na ação dos gestores educacionais e das escolas, necessária para acompanhar as mudanças cada vez mais acentuadas na sociedade.

Paro (2003) não desqualifica a utilização do termo “administração” e algumas vezes as tratam como sinônimas: administração e gestão escolar. Para ele, as

atividades dos gestores são “atividades-meio”, que seriam “aquelas que, embora se referindo ao processo de ensino e aprendizagem, não o fazem de maneira imediata, colocando-se, antes, como viabilizadoras ou precondições para a realização direta do processo pedagógico escolar que se dá predominantemente em sala de aula” (PARO, 2003, p. 72). De acordo com esse conceito mais abrangente de administração, a mediação a que se refere não se restringe às atividades-meio, porém perpassa todo o processo de busca de objetivos. Isso significa que não apenas a direção, serviços de secretaria e demais atividades que dão subsídios e sustentação à atividade pedagógica da escola são de natureza administrativa, mas também a atividade pedagógica em si – pois a busca de fins não se restringe às atividades-meio, mas continua, de forma ainda mais intensa, nas atividades-fim – aquelas que envolvem diretamente o processo ensino-aprendizado.

 Todavia, se sairmos das concepções cotidianas e nos aprofundarmos na análise do real, perceberemos que o que a administração tem de “essencial” é o fato de ser mediação na busca de objetivos. Administração será, assim, como já define anteriormente, a “utilização racional de recursos para a realização de determinados fins.” Se se pretende, com a educação escolar, concorrer para a emancipação do indivíduo enquanto cidadão participe de uma sociedade democrática e, ao mesmo tempo, dar-lhe meios, não apenas para sobreviver, mas para viver bem e melhor no usufruto de bens culturais que hoje são privilégio de poucos, então a gestão escolar deve fazer-se de modo a estar em plena coerência com esses objetivos.(PARO, 2010, p. 765)

 Libâneo (2004) compartilha o pensamento de Paro (2010), quando trata da gestão “gestão é a atividade pela qual são mobilizados meios, procedimentos, para se atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente os aspectos gerenciais e técnico- administrativos. Nesse sentido, é sinônimo de administração (LIBÂNEO, 2004, p.100).

 Em debates contemporâneos, o termo “gestão” vem acompanhado das ênfases “democráticas e participativas”; esses acompanham o ideário da educação, envolvendo todos os sujeitos que compõem o cenário educacional, entendendo suas realidades distintas, e permitindo uma gestão, seja no âmbito macro do sistema, ou no micro, de cada instituição escolar, promovendo uma educação justa, de qualidade e igualitária.

 A gestão democrática, prevista em lei, dá a ideia de mobilização e participação da comunidade na instituição escolar. Também, conforme promulga a lei, a determinação de incumbência da União, dos Estados, dos municípios, das

instituições de ensino e dos docentes para o propósito, para a garantia de uma gestão democrática do ensino público e a garantia de padrão de qualidade, promove a interdependência entre os sistemas. Se, por um lado, a escola adquire maior autonomia para atender suas especificidades, aumenta os mecanismos de prestação de contas, quanto pelos resultados das aprendizagens, mediante os sistemas de avaliação externa, constantes e cada vez mais condicionantes para o funcionamento da instituição.

Assim, cabe à gestão escolar, em consonância com os compromissos políticos e sociais, criar condições para um ambiente educacional de participação e compartilhamento, de autocontrole e transparência. Se exige uma cultura de colaboração, comprometimento para o sucesso do processo de ensino aprendizagem, por outro, a descentralização traz mecanismos de controle e acompanhamento dos resultados do investimento em educação.

A dimensão pedagógica compreende os processos de ensino e de aprendizagem e tem papel central, já que a aprendizagem e a formação dos alunos são o foco do trabalho-escola. Assim, espera-se que os recursos e ações estejam voltados para o planejamento e atendimento das atividades educativas. Dentre as atividades, inclui-se o Projeto Político-Pedagógico, o planejamento do calendário escolar, o currículo, o planejamento e a organização do trabalho escolar.

A dimensão administrativa, conforme Paro (1999), zela pela parte física e estrutural da escola. Como parte física compreende-se a infraestrutura física, equipamentos, materiais de consumo, entre outros. Já a estrutural atende os documentos reguladores do funcionamento e organização escolar, e as pessoas que trabalham neste ambiente. Conforme Luck (2009), a dimensão administrativa é a condição para a qualidade da gestão pedagógica da educação, por entendê-las como ligadas, condicionadas para o funcionamento e garantia do ensino.

4.3 Do contexto e produções pelas áreas do conhecimento

Ao iniciar o mapeamento das produções acadêmicas da área, me chamou a atenção as pesquisas de distintas áreas do conhecimento que têm discutido a gestão no âmbito das instituições escolares. Considerei interessante trabalhar com estes dados a fim de organizá-los e analisar quais os temas investigados nas

diferentes áreas do conhecimento, situando no tempo e contexto histórico em que foram publicadas. No Quadro 16 apresento a síntese dos resultados obtidos.

Quadro 17 - Síntese do mapeamento da revisão de literatura de teses e dissertações encontradas no banco de dados da CAPES e IBICT

ANO DE PUBLICAÇÃO	ÁREA	QUANTIDADE	DISCUSSÕES/TEMÁTICAS
2001	Ciência da Computação	01	Início das discussões sobre educação e tecnologia, formação de professores.
	Engenharia da Produção	01	
	Educação	01	
2002	Engenharia da Produção	03	Discussões sobre o enfoque dos profissionais para atuar na educação a distância e discussões sobre o enfoque do processo dos cursos técnicos.
	Administração	01	
2003	Engenharia da Produção	05	Discussão sobre a qualidade na educação, estruturas para a Educação a distância, competências básicas para a educação profissional,
	Educação	01	Discussão sobre gestão democrática.
	Geografia		Organização territorial de escolas.
2004	Engenharia da Produção	04	Discussões sobre competências curriculares, práticas de gestão, gestão de competências e aprendizagem significativa.
	Educação	01	Gestão Pública.
	Administração	01	Impactos da estrutura curricular ensino técnico.
2005	Engenharia da Produção	01	E-learning nas formações de professores.
	Educação	04	Avaliação ensino público e formação continuada. Começam discussões sobre o impacto do ensino a distância em programas de formação.
	Administração	01	Análise de Projeto Pedagógico de um curso em educação a distância.
2006	Educação	10	Políticas de formação docente e de educação profissional. Autonomia escolar. Educação virtual e trabalho dos professores.
	Administração	01	Análise de recursos de aprendizagem.
	Engenharia da Produção	02	Análise de desempenho dos alunos e redes de cooperação de ensino.
2007	Educação	14	Educação digital, planejamento e planejamento participativo, discursos

			democráticos, práticas em EAD, implantação da EAD, formação continuada. Análise de um curso de formação de gestores em educação, olhando a dimensão pedagógica.
	Administração	01	Competências e habilidades de estudantes de cursos técnicos.
	Engenharia da Produção	01	Modelos de implantação da EAD por gestão de mudanças.
	Engenharia e gestão do conhecimento	02	O ensinar pelo EAD e a formação de professores por EAD.
	Informática	01	Cursos na modalidade a distância.
	História Social	01	A importância da formação técnica.
2008	Biociências	01	Gestão democrática.
	Economia	01	Aprendizagem em uma modalidade de ensino virtual.
	Educação	17	Reforma educacional, planejamento educacional e democrático, avaliação institucional, crédito educativo, educação inclusiva, políticas públicas e práticas na EJA, avaliação em lato sensu EAD, cultura digital.
	Enfermagem	01	Formação de professores enfermeiros.
	Engenharia Civil	01	Recursos EAD nos Cursos de Engenharia Civil.
	Engenharia de Produção	01	Estudo da ISO 14001 numa Escola Técnica.
2009	Administração	02	Gestão e formação de gestores de cursos técnicos.
	Educação	15	Relações interpessoais, oralidade, UAB- Implantação, Tecnologias na atuação do gestor, Projeto Político, Coordenador Pedagógico (Ed. Básica), políticas de formação continuada de professores, contexto político, histórico e econômico na Educação Técnica.
	Serviço Social	01	Violência Escolar.
	Teologia	01	Gestão democrática.
2010	Administração	04	Evasão na EAD, treinamentos na EAD, Políticas Educacionais e qualidade da educação.
	Educação	19	Projeto em escolas técnicas, avaliação institucional, institutos federais, cursos na modalidade EAD, parceria público e privado, curso de pedagogia, inspeção escolar, ambientes virtuais de aprendizagem.
	Educação Física	01	Gênero e educação
	Engenharia Elétrica e	01	Gestão de conteúdos

	Computação		
	Filosofia de Ciências	01	Relação público x privado
	Medicina	01	Subjetividade na formação médica
	Psicologia Social	01	Evasão em EAD
2011	Administração	06	Formação docente, gestão das políticas educacionais, governança, qualidade de ensino, gestão democrática, habilidades professores EAD.
	Ciência e Tecnologia de Alimentos	01	Princípios de aprendizagem
	Ciências Contábeis	01	Perfil estudantes EAD
	Ciências da computação	01	Cibernética
	Ciências de Saúde	01	Formação de Nutricionistas
	Ciências e Matemática	01	Material pedagógico.
	Desenvolvimento Econômico	01	Gestão pública do ensino.
	Economia Doméstica	01	PROEJA
	Educação	44	Pedagogia EAD, Material didático EAD, princípios democráticos da gestão, conselhos de classe, avaliação em larga escala, educação especial, formação de pedagogos, EAD e formação docente, PROEJA, subjetividade na gestão escolar, mercado de educação, educação integral, ensino médio integrado.
	Educação agrícola	01	Acesso a EAD
	Educação Ambiental	01	Formação de tutores e professores.
	Educação Matemática e tecnológica	01	Análise da inserção tecnológica.
	Engenharia de produção	01	Aprendizagem mediada por tecnologias.
	Estudo da linguagem	01	Gestão democrática
	Filosofia das Ciências	01	Ensino Médio Integrado.
	Informática	01	Material didático EAD
	Matemática	01	Formação de Professores
	Gestão Pública	02	Parceria público x privado
Modelagem Computacional	01	Material didático EAD.	

	Psicologia	01	Rede de colaboração
2012	Administração	06	Gestão dos Cursos EAD.
	Ciências da Comunicação	02	Comunicação em EAD
	Educação	42	Formação Docente, liderança feminina, Políticas, tecnologias, evasão, EJA, formação de gestores(educação básica), inclusão digital (educação básica), IDEB, material didático, qualidade na educação (superior), violência, gestão democrática,
	Educação Agrícola	01	Inclusão ensino técnico
	Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais	01	Avaliação Institucional Cursos Técnicos
	Engenharia e gestão do conhecimento	03	Ambientes virtuais de aprendizagem
	Ensino de Ciências e Matemática	01	Gestão em Saúde
	Gestão Ambiental	01	Diretrizes Curriculares
	Gestão Social e desenvolvimento	02	Evasão de cursos técnicos EAD
	Linguística Aplicada	01	Formação de Supervisor Escolar
2013	Administração e Avaliação da Gestão	02	Educação Médica
	Ciência e Tecnologia dos Alimentos	01	Aprendizagem On-line
	Comunicação	01	Práticas Pedagógicas
	Educação	18	Políticas (Ensino Médio), gestão democrática, qualidade no ensino (Ed. Básica), trabalho docente EAD, EJA, formação gestor (Ed. Básica), inclusão digital, práticas pedagógicas, ensino aprendizagem (EAD).
	Enfermagem	01	Políticas Educacionais.
	Geografia	01	Formação docente
	Patrimônio Cultural	01	Formação em EAD
	Tecnologia e Gestão da Educação a Distância	01	Avaliação por competência

2014	Administração	03	Política Pública de Educação Profissional e formação de profissionais através de EAD
	Computação	01	Formação profissional em EAD
	Contabilidade	01	Inteligência Artificial
	Economia	01	Economia em educação
	Educação	26	Formação de professores, políticas EAD, currículo, gestão da educação básica, avaliação institucional, gestão democrática, formação de gestores, práticas pedagógicas EAD, evasão escolar, competências e modelo da gestão cursos técnicos.
	Enfermagem	01	Aprendizagem virtual
	Linguística	01	Formação em EAD
	Gestão do Conhecimento e Tecnologia de Informação	01	Inclusão em EAD
	Psicologia	01	Evasão em Cursos Técnicos
	Saúde	01	Formação de Profissionais em EAD.
2015	Administração	14	Formação técnica em administração, perfil estudante EAD, políticas, Conselho de Classe, prática docente, credenciamento de cursos técnicos EAD.
	Artes e Comunicação	01	Sistemas digitais de educação
	Atenção e Saúde	01	Políticas 3ª idade
	Biossegurança	01	Teoria da Aprendizagem
	Ciências da Computação	02	Ambientes Virtuais de Aprendizagem
	Desenvolvimento Regional	01	Evasão Escolar
	Educação	21	Materiais didáticos, Ensino Médio, Políticas e programas, tecnologias na educação, formação e práticas pedagógicas, gestão em escola pública, gestão democrática,
	Enfermagem	02	Material didático
	Engenharia da Produção	01	Contabilidade cursos técnicos
	Engenharia e Gestão	01	Tecnologias e gestão da informação

	do conhecimento		
	Geografia	01	Desenvolvimento Regional através da EAD
	Informática na Educação	01	Competências docentes
	Saúde Comunitária	01	Formação Continuada
2016	Educação para Ciência	01	Laboratórios virtuais de aprendizagem

Fonte: Planilha de mapeamento das dissertações e teses, dados elaborados pela autora, 2017.

A primeira pesquisa encontrada, do ano de 2001, com discussões que pautam o início da era digital e os impactos sentidos e causados por esta novidade que adentrava o ambiente educativo. Os anos de 2011 e 2012 foram anos com maior número de publicações, com 69 e 60, respectivamente, sendo a maioria na área da educação. O aumento do número de pesquisas encontradas, além de estar relacionado ao período que os bancos de dados começam a armazenar as pesquisas digitalmente, como também, a mudança do contexto histórico da educação profissional técnica.

A partir do ano de 2004, com o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, mantém-se a educação profissional como etapa formativa própria, contudo, no nível médio, abre-se a possibilidade à oferta integrada entre profissional e ensino médio. Em 2008, através da Lei nº 11.741, a educação profissional técnica de nível médio passa a constituir modalidade de ensino médio, facultando a este o grau de ensino e a possibilidade de preparação para o exercício de profissões técnicas.

Também a partir deste período começam a surgir programas governamentais de incentivo a formação profissional. Em 2006 o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, institui no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Em seguida, no ano de 2007, o Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007, instaura o Programa Brasil Profissionalizado, com vistas a estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais. A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e, já em 2011, a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, institui o PRONATEC.

Ao tratar dos resultados dos descritores sobre ensino técnico, as pesquisas da área da educação são nitidamente influenciadas pelo contexto de políticas, pois estão voltadas a discutir políticas de implementação de programas e seus impactos; por exemplo, a dissertação “Educação de Jovens e Adultos na modalidade a distância: o impacto da gestão no combate à evasão”, da pesquisadora Edna Regina Andrade Vilhena (2012), a tese “Ensino médio integrado no Maranhão: concepção,

possibilidades e desafios, de Lindalva Martins e Maia (2011), e a dissertação “Ensino médio integrado: o estágio como um dos elementos articuladores da formação geral e profissional”, de Silvia Fernanda Martins Dias Ribeiro (2011). Entre as discussões a gestão aparece, pois ela é inerente a qualquer processo escolar, porém não é tratada como o objeto de estudo.

Permanecendo nas pesquisas da educação, os resultados dos descritores da gestão resultaram em pesquisas voltadas à educação básica e, principalmente, à gestão democrática, como na pesquisa “Gestão democrática: perspectivas e desafios da escola pública do Centro Paula Souza”, de Moacir Goes (2003) e na “Colegiado escolar: espaço democrático nas escolas do ensino médio da rede pública estadual em São Luís do Maranhão - 2007 a 2010”, de Júlio Augusto Mendes Ericeira (2015); também pesquisas sobre o impacto das políticas de avaliação em larga escala no funcionamento da gestão, como na tese “A avaliação institucional das escolas técnicas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza”, de Marta Leandro da Silva (2007).

Os resultados dos descritores que incluem o ensino a distância tratam dos atores - professores, tutores, alunos – ou da influência e melhorias nas atividades destes atores, incluindo aí os gestores, a partir da inclusão das tecnologias. Também, os resultados perpassam a discussão da formação de profissionais da educação na modalidade a distância. Nenhuma pesquisa tratou da gestão no ensino técnico na modalidade a distância, foram encontradas algumas que apenas se aproximam da temática, sendo elas: “Um modelo de gestão de educação profissional no ensino médio”, de Eliane Diniz Soares Peixoto (2014) e “Atribuições e Competências Gerenciais do Coordenador Pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, de Fátima Aparecida Pereira (2014), pesquisas que serão exploradas de forma mais detalhada no próximo subitem deste capítulo.

Em síntese, as pesquisas tratam da formação de professores, da implantação das políticas públicas e da inserção das tecnologias no ambiente escolar, ou seja, todas situações que perpassam a atuação do gestor, mediadas pela dimensão pedagógica, entretanto, esta não é vista como uma demanda de pesquisa. Se na função da gestão pedagógica está a responsabilidade pelo processo de ensino e aprendizagem, e as pesquisas demonstram que são estas as questões para atingir

um bom resultado, e que causam mais incômodo e problemas de pesquisa, por que não se discute a gestão pedagógica?

Ao buscar, nas pesquisas, a referência de gestão, nota-se que ela está atrelada à função de diretor e este detém papel de comando, para organizar e manter o funcionamento escolar. Assim, destacam-se as tarefas de cunho administrativo e burocrático, deixando as questões pedagógicas ocultas nos debates, como se fossem uma consequência dos demais processos.

Analisando as pesquisas da área da Administração, Engenharia da Produção e Engenharia da Gestão do Conhecimento, a temática que domina é a gestão. Há vários vieses diferentes que consideram um olhar mais micro, como a análise da coordenação de cursos. No ano de 2012, as seis pesquisas da área da Administração abordavam da gestão dos cursos em EAD, tratando da implantação, permanência e desafios dos gestores. Entre estas pesquisas, destaco a dissertação de Lenio Gnecco Júnior intitulada “Desafio na Gestão dos Cursos Técnicos EAD” (2012), a qual baseia-se nos referenciais nacionais de qualidade para o ensino superior, e propõe uma análise das seguintes dimensões da gestão: organização institucional, corpo social, infraestrutura física e tecnológica e requisitos legais.

Por tratar de gestão é normal o interesse de outras áreas do conhecimento que estudam seus processos. Dessa forma observam o funcionamento escolar para, assim, aprofundarem a análise dos seus estudos nas questões que envolvem sua área específica. O que considero preocupante é o fato das produções irem tomando forma no contexto científico e, por consequência, tornando a gestão escolar um processo administrativo, impactando na forma como as demandas e políticas educacionais chegam ao ambiente escolar, tratando a educação como uma empresa cuja finalidade é o rendimento financeiro. No próximo subitem, a partir das leituras de pesquisas que mais se aproximaram da temática, faço uma análise mais aprofundada.

4.4 Possíveis leituras, reflexões e contribuições.

O processo de mapeamento, realizado nessa etapa, confirmou a hipótese de que carecemos de pesquisas e discussões profundas sobre a temática de gestão pedagógica nos cursos técnicos a distância. Contudo, foi possível identificar quais os

debates atuais e as discussões sobre gestão pedagógica na educação técnica de nível médio e no ensino a distância.

A dissertação “O processo de Institucionalização da Educação a Distância no Instituto Federal de Tocantins- IFTO”, da pesquisadora Gislene Magali da Silva (2013), analisa a implementação de cursos técnicos na modalidade a distância no IFTO. Para isso verificou o processo no momento da implantação da nova política, vinculada à Rede E-tec. Assim, no detalhamento da investigação, percebe-se, claramente, as dificuldades e conflitos existentes entre os gestores do instituto, que vão desde a definição da oferta dos cursos na modalidade EAD até a busca de identidade do instituto pela oferta desses cursos. Silva (2013) apresenta, também, as dificuldades na realização da pesquisa e afirma que “não há conhecimento de nenhum trabalho de avaliação em relação às práticas desta modalidade de ensino profissional tecnológico”. A referida pesquisa fundamenta-se em autores como João Roberto Moreira Alves (2009) e Maria Luiza Belloni (2009), para as discussões sobre EAD, e em Thomas R. Dye (2009), para análise da política pública. Como resultado, a autora verificou que os documentos orientadores do ensino do IFTO reafirmam a necessidade de uma nova organização a distância e não corroboram com a legitimação dessa oferta a distância nos cursos presenciais. Dessa forma, fica claro que existe um distanciamento e até desconhecimento da EAD dentro do instituto, por parte dos gestores.

A análise da referida dissertação contribuiu muito para minha pesquisa, pois traz um aprofundamento sobre a trajetória da educação profissional na modalidade a distância vinculada, especialmente, às instituições públicas, bem como, apresenta como esse cenário tem se construído em nosso país.

Abordar a gestão pedagógica não é o objetivo da pesquisadora, tanto que nem fundamenta ou interpreta como vê esta atuação, porém trata do processo de implantação dos cursos no IFTO e evidencia as questões técnicas operacionais; questões estas que são trazidas como situações novas, e criação de novos setores para lidar com tais situações. Por outro lado, ao tratar das orientações pedagógicas, destaca-se a falta de direcionamento e posicionamento da rede.

No sentido de atender a organização didática e pedagógica dos cursos, todos os projetos pedagógicos foram adaptados à Instrução Normativa do IFTO – IN 04/2010 e, desta forma, orientados para que as práticas pedagógicas estivessem em consonância com as leis, decretos, resoluções e pareceres em vigência. Contudo, na análise de 63 projetos pedagógicos de educação básica, técnica e tecnológica, somente em 9 projetos pedagógicos de ensino técnico na modalidade a distância constam formas de utilização de ensino a distância. (SILVA, 2013, p.116)

Silva (2013) traz fala dos sujeitos da sua pesquisa em que veem os processos de gestão desvinculados dos operacionais e, principalmente, aqueles que devem dar conta das coordenações de curso e dos polos, distantes da realidade da EAD, tratando a atividade como um “bico”. Desta forma, percebe-se, na pesquisa, uma anulação do fazer pedagógico nos processos diários dos cursos técnicos na modalidade a distância.

A dissertação “Atribuições e competências gerenciais do coordenador pedagógico na educação profissional técnica de nível médio”, da pesquisadora Fátima Aparecida Pereira (2014), tem por objetivo descrever as atribuições do cargo de coordenador pedagógico, definindo suas respectivas competências gerenciais, na modalidade da educação profissional técnica de ensino médio. O campo empírico da pesquisa foi uma escola técnica de ensino privado de São Paulo/SP. A pesquisadora realizou grupo focal com professores de cursos técnicos para identificar suas percepções quanto à função do coordenador pedagógico, além de uma entrevista semiestruturada com os atores, considerados coordenador pedagógico. Para subsidiar sua definição sobre coordenador pedagógico, a autora teve como base as resoluções vigentes no Estado de São Paulo as quais descrevem as atribuições dessa função. Assim, sua pesquisa foi realizada com os coordenadores dos cursos técnicos de nível médio, ora denominados “coordenadores técnicos”, ora “coordenadores pedagógicos”.

Pereira (2014) deixa explícito que o objetivo de sua pesquisa é tratar as competências gerenciais, portanto, não aprofunda sua análise nas questões pedagógicas da função de coordenador pedagógico. Nesse aspecto, a pesquisa se distancia da minha proposta de investigação, pois busco, justamente, o aprofundamento pedagógico da gestão nas instituições de ensino, como também, portanto, entendo as funções de coordenador pedagógico e coordenador de curso como distintas. Ainda assim, a leitura dessa pesquisa ampliou minha revisão de literatura, devido ao fato da análise ocorrer numa instituição privada e em cursos

técnicos. Também, a autora faz um resgate importante da história do ensino técnico em nosso país, contribuindo também em minha análise contextual dessa trajetória. Este estudo ampliou meus conhecimentos, mostrando que o pedagógico pode ter organização e atribuições diferenciadas, conforme a organização institucional. Por fim, considero destacável também a proposta metodológica da referida pesquisa, a qual demonstrou haver realizado uma análise documental e pesquisa empírica, com método qualitativo, por meio de um estudo de caso único, onde identifiquei semelhanças e, também, novas possibilidades para minha investigação.

Os resultados possibilitaram que Pereira (2014) elencasse as principais competências gerenciais dos coordenadores pedagógicos, conforme a percepção dos atores envolvidos na pesquisa, tais como: planejamento e organização, capacidade analítica, comunicação, negociação, gerenciamento de projetos e relacionamento interpessoal.

Para fundamentar a discussão, além das legislações nacionais e estaduais, Pereira (2014) utilizou como autores na composição de seu referencial teórico, Hugo Pena Brandão (2005, 2011) e Joel Souza Dutra (2004, 2008) Philippe Perreunoud (1997, 2000) para falar sobre gestão de competências; Vitor Paro (1994, 1997 e 2007) e Beatriz Pires de Lacerda (1977) para as discussões sobre gestão escolar; e Marise Nogueira Ramos (2013) para as reflexões sobre educação profissional.

A dissertação “Contribuições da organização da Gestão Escolar para a ressignificação do espaço público da escola” de Natália Pergher Miranda (2011), trará da importância da articulação da gestão escolar para propiciar espaços de discussão coletiva e democrática na escola. A pesquisa empírica foi realizada em uma escola pública estadual de Santa Maria/RS, com membros do conselho escolar. A escolha desta dissertação se fez pela análise da gestão escolar com o propósito de estruturar pensamentos e conceitos relacionados às escolas públicas. No debate sobre gestão, a autora fundamenta seus escritos em Luck (2006), Paro (2010) e Libâneo (2008).

Miranda (2011) aprofunda a relação do público e do privado, baseando-se em conceitos de Hannah Arendt (2007), e faz uma construção histórica da constituição desses espaços. A leitura dessa dissertação me possibilitou um novo olhar e aprendizagem sobre esta relação, porém, em minha pesquisa, não há interesse em aprofundar esta discussão ou conceitos. A dissertação está inserida num universo

empírico (escola de educação básica pública) diferente da minha proposta, porém, algumas evidências são comuns em nossos estudos, como na fala da pesquisadora:

O aspecto burocrático se apresenta como um problema tão grande, quanto à escassez de recursos financeiros e humanos. De certa forma, este entrave atinge não somente os funcionários da secretaria, mas também os membros da equipe diretiva, uma vez que demanda maior envolvimento nos aspectos administrativos em detrimento dos aspectos pedagógicos (MIRANDA, 2011, p. 81-82).

Percebe-se assim que, mesmo nas discussões de uma gestão democrática, as demandas administrativas se sobrepõem às pedagógicas.

A dissertação “O mercado da educação e a escola católica: uma abordagem sobre as mudanças na Política de Gestão Educacional nas escolas católicas do Brasil”, Sérgio Eduardo Mariucci (2011), aprofunda a percepção sobre a influência da lógica neoliberal de administração empresarial e seu impacto na gestão educacional das escolas católicas. Para isso, o pesquisador inicia seu estudo com uma análise contextual da sociedade do conhecimento e sobre o valor da educação. Nesse sentido, aprofunda essa discussão, com contribuições valiosas para uma contextualização dessa lógica e sua influência na educação, enriquecendo a reflexão sobre meu objeto de pesquisa. Também, nos capítulos seguintes, o autor aprofunda a discussão para o seu campo empírico e a educação católica.

Ainda, Mariucci (2011) reflete sobre a necessidade de adaptação das escolas católicas a um novo cenário educacional, porém, constata que as mudanças de gestão não significam, necessariamente, uma oposição aos princípios pedagógicos e nem se render à política neoliberal. O autor contribui para o debate da relação entre escola católica e o mercado da educação, “pois melhorar as ferramentas de gestão é o fator de sobrevivência das instituições particulares”. (MARIUCCI, p. 12). Como referencial teórico a pesquisa baseou-se em autores como Pablo Gentili (1996), Álvaro Moreira Hypolito (2009), Helena Altmann (2002).

A dissertação “Um modelo de gestão de educação profissional no ensino médio”, de Eliane Diniz Soares Peixoto (2014), propõe uma análise da gestão de uma escola técnica agrícola do Estado do Rio de Janeiro, a partir das políticas de implantação das avaliações em larga escala do Estado. O Estado do Rio de Janeiro, a partir do ano de 2005, criou um planejamento estratégico para que seus índices fossem elevados junto aos dados do sistema nacional.

Peixoto (2014) aprofunda sua análise nas estratégias propostas pelo governo do Estado e como a escola selecionada atua para corresponder às metas propostas, dando ênfase na análise da equipe pedagógica. Para a autora, os resultados obtidos têm sido positivos especialmente pelo papel que a diretora exerce e a forma como conduziu a política dentro da escola. Nas análises fica evidente o sistema de premiações e recompensas individuais que conduziram à melhoria do desempenho da escola. Assim, sua concepção de gestão se aproxima às concepções de mercado neoliberal, inclusive na traz em seu texto:

Para Gajardo (2000, p. 333), o novo modelo econômico encorajou os sistemas de educação a disponibilizarem, na década de 1990, recursos importantes às tarefas de modernizar a gestão a fim de 'oferecer a todos iguais oportunidades de acesso a uma educação de qualidade, fortalecer a profissão do docente, aumentar o investimento educacional [...]'(PEIXOTO, 2014, p. 16)

Com uma concepção diferente daquela discutida e defendida por mim, em seu estudo, Peixoto (2014) atribui seu debate e defesa de uma educação neoliberal, e, em consequência disso, o discurso pedagógico fica nulo com relação ao atendimento das concepções de um mercado educacional.

Após a leitura das dissertações selecionadas, analisei os artigos escolhidos, considerando aqueles que têm alguma relação com os temas que me proponho a pesquisar. Assim, foram selecionados artigos sobre gestão pedagógica, ensino profissional e sobre educação a distância no nível de ensino técnico.

O artigo “Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas”, de Luiz Fernando Dourado (2007), apresenta uma reflexão sobre as influências das políticas públicas na função da gestão da educação básica, seja na atuação do gestor na escola, como as políticas voltadas ao papel do gestor. Nessa análise, o autor faz uma breve reflexão sobre as políticas de formação de professores, que serão os futuros gestores escolares, e na sequência, escolhe três programas do período que influenciavam nas funções do gestor escolar da educação pública, a saber: i) Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e o Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA); ii) Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), e iii) Programa de Fortalecimento de Conselhos Escolares.

Dourado (2007) analisa esses programas considerando seus pontos positivos e negativos e justificando que a base de todos os programas deve ser a qualidade

na educação, ou seja, não deve ser caracterizada somente por insumos, assim, finaliza com a seguinte afirmativa: “[...] em consonância com essa perspectiva e no intuito de melhorar a qualidade da educação brasileira que se devem situar as ações, medidas por efetiva regulamentação do regime de colaboração entre a União, Estados, Distrito Federal e municípios” (DOURADO, 2007, p.941), com o objetivo “assegurar um padrão de acesso, permanência e gestão na educação básica, pautado por políticas que promovam a educação democrática e de qualidade social para todos” (DOURADO, 2007, p. 941).

Este artigo contribui para a minha pesquisa no sentido de promover uma reflexão sobre a influência das políticas educacionais na gestão pedagógica, independentemente do nível de ensino, pois são fatores que devem ser observados, e não dissociados do papel do gestor escolar. Da mesma forma a contextualização trazida pelo autor sobre as políticas atuais, baseadas no referencial teórico de autores como Barroso (2006), Ferreira (2003 e 2006), Oliveira (1997 e 2000), Sander (2007) e Souza (2006).

O artigo “Reformas educacionais: descentralização, gestão e autonomia escolar”, de Ângelo Ricardo de Souza (2003), apresenta, por meio de um estudo bibliográfico, o conceito de reformas educacionais, descentralização e as relações de descentralização com a autonomia da escola. Souza (2003) faz uma análise dessas ações na América Latina e mostra como, sutilmente, os movimentos são similares em todos os países, refletindo, ainda, sobre as influências do Banco Mundial nas esferas de ações e planejamento da descentralização da política educacional e a forma de sedução que elas apresentam aos envolvidos, como possibilidade de mudanças e autonomia escolar. Souza (2003) critica fortemente a forma com que essas ações anulam a cultura escolar e tentam padronizar a forma de gestão de cada escola.

O texto da pesquisa auxilia positivamente para o entendimento da extensão dos impactos produzidos com o advento das reformas educacionais, as quais transferem responsabilidades às escolas. Para Souza (2003)

[...] reformas desta ordem não têm inventado nem reinventado as formas de se lidar com a gestão educacional-escolar. Mas mesmo assim, por vezes encontram eco nas escolas, porque dão atenção, mesmo que pequena, a alguns problemas, que as instituições escolares acumulavam há tempos. (SOUZA, 2003, p.47).

Para essa discussão, o autor utiliza Barroso (1995,1996), Chauí (1997), Nóvoa (1998) e Popkewitz (1997).

O artigo “Reestruturação Produtiva, reforma administrativa e do Estado e Gestão da Educação”, da pesquisadora Elma Júlia Gonçalves de Carvalho (2009), tem por objetivo identificar a relação entre o “novo modelo” de gestão empresarial e o modelo de gestão pública, denominado gerencial. Desta forma, a autora apresenta três modelos na organização administrativa da escola, sendo elas: democrática, participativa ou descentralizada. Carvalho (2009) faz uma retomada da trajetória e influências do sistema econômico para a transformação das formas de organização e gestão da educação, refletindo nas mudanças ocorridas na administração pública e na redefinição do papel do Estado.

A leitura serve de base para minha pesquisa, pois não é possível falar sobre gestão educacional, sem entender o contexto em que as políticas são pensadas e/ou influenciadas. Para essa análise, a autora utilizou como referência: Barroso (2003), Oliveira (1997), Dias (1995) e Lima (1994).

Quanto à educação profissional, o artigo selecionado foi “A política de Educação Profissional no Governo Lula: um percurso histórico contravertido” dos autores Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Marise Ramos (2007), e analisa os programas implantados nos anos iniciais do governo de Lula da Silva. Os autores (2007) discutem, prioritariamente, a questão da educação desintegrada do ensino geral e do ensino profissional, além da dicotomia existente nesses discursos. Os programas analisados nesta pesquisa são: Escola de Fábrica, Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e Inclusão de Jovens (PROJOVEM). Na análise de Frigotto, Ciavatta, Ramos (2007, p. 1093), “os programas preveem melhorias, mas não avançam nas propostas políticas de uma formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura” (p.1093).

Os autores Frigotto, Ciavatta, Ramos (2007) contribuíram em minha pesquisa ao refletir a forma de como a educação profissional se apresenta no cenário da educação brasileira. Mesmo que as discussões de refiram à propostas no início do governo Lula, os impasses e entraves permanecem os mesmos, tanto no papel da educação profissional como nas contradições sobre a formação do aluno, que é “marcada pela ênfase no individualismo e na formação por competências voltadas

para a empregabilidade”(FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, p.1095). As referências dos autores nesse artigo são: Ciavatta (2005), Kuenzer (2003) e Saviani (2003).

Sobre a gestão educacional foram escolhidos dois artigos: “A construção da profissionalidade do gestor escolar: concepções e práticas”, das pesquisadoras Elisângela André da Silva Costa, Maria Socorro Lucena Lima e Maria Cleide da Silva Ribeiro Leite (2015), e “Gestão Escolar: afinal que fins estão sendo buscados?” de Mirna de Lima Medeiros, Luna Marquez Ferolla, Cláudia de Souza Passador e João Luiz Passador (2014). Estes artigos foram escolhidos porque são resultados de pesquisas que buscam ver o papel do gestor, como se veem e como desempenham sua função.

As autoras Costa, Lima e Leite (2015) fazem uma análise da conjuntura atual das políticas dos gestores escolares a partir de três eixos: organização curricular, avaliações externas e gerenciamento de recursos financeiros. Para as pesquisadoras (2015), “é possível observar que o trabalho do gestor é bastante complexo e demanda conhecimentos de naturezas distintas” (COSTA, LIMA E LEITE, 2015, p. 74). Assim, concluem que o atual contexto das políticas públicas é marcado pela perspectiva neoliberal que articula a educação a interesses mercadológicos, portanto demanda ao gestor escolar a priorização da construção de uma profissionalidade sustentada em critérios de uma racionalidade técnica, que permitem atuar de forma “eficiente e eficaz”, de modo a alcançar o máximo de resultados com o mínimo de recursos. (COSTA; LIMA e LEITE, 2015, p.81). Finalizam o artigo apresentando o resultado de como a profissionalidade do gestor é construída no exercício da profissão.

O texto de Medeiros, Ferolla; Passador; Passador (2014) busca resgatar a visão que os gestores têm sobre seu papel, relacionando com os resultados da escola no desempenho dos alunos nas avaliações de larga escala. Para Medeiros, et al (2014), é essencial que os gestores saibam que fins estão sendo buscados para adequar os meios para atingi-los. Para isso, realizaram uma pesquisa com 16 (dezesseis) gestores de escolas distintas, com desempenho e situação socioeconômica diversos. Como resultado, os autores perceberam que há gestores que enxergam na educação um propósito maior, de formação e conscientização de cidadãos. Aqueles que concebiam a educação como mera transmissão de conhecimentos enxergam seu papel como simples e homogêneo. Assim, os autores

destacam a importância de ouvir os gestores e sua compreensão sobre suas funções nos estudos sobre a administração escolar, que, muitas vezes, referem-se a uma utopia ou ideologia sobre sua função.

Como na revisão de literatura não foi possível encontrar algum artigo que tomasse como base, de forma específica, a gestão pedagógica nos cursos técnicos na modalidade de educação a distância, os artigos escolhidos assemelham-se a minha proposta de pesquisa, onde se pretende conhecer, na prática, a função do gestor pedagógico. Para as referências o artigo de Costa, Lima e Leite (2015) e de Medeiros, et al(2014) os artigos trabalham com os autores: Alonso (1998), Luck (1981), Paro (2000 e 2009), Oliveira (2009) e Peroni (2003).

E para a finalização da seleção dos artigos, busquei algum que tratasse da educação a distância, no intuito de saber o que tem sido discutido e quais os impasses encontrados. Nessa busca não encontrei discussão sobre a educação a distância em cursos técnicos, mas selecionei um artigo que mostra um pouco do diálogo e discussões da área. O artigo escolhido foi “Educação a Distância: tensões entre o público e o privado”, de Jaime Giolo (2010), que faz uma crítica séria sobre os caminhos que a educação a distância tem tomado na educação brasileira e demonstra preocupação com a seriedade dessa modalidade de ensino, o formato dessa oferta e a regulação, pois, para o autor, esta modalidade ainda não tem os mesmos critérios e seriedade do formato de ensino presencial.

Com um posicionamento claro de oposição a essa modalidade de ensino, Giolo (2010) traz citações do presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) para demonstrar que a educação a distância está cada vez mais aquém do sistema de avaliação, buscando uma independência do sistema de ensino nacional, para atender as lógicas de mercado. O artigo contribui para o entendimento sobre o que tem acontecido neste cenário e que influencia diretamente no papel do gestor educacional. Como referências, o autor utilizou: Litto (2009) e Giolo (2006, 2008). Em todo discurso, não há debate sobre gestão escolar nem a perspectiva de como é tratada a gestão.

Os dados apresentados na revisão de literatura comprovam as impressões iniciais: carecemos de pesquisas e discussões profundas sobre a temática desta pesquisa. Percebe-se também que, nas pesquisas selecionadas, ao tratarem sobre a gestão escolar em modalidades específicas de ensino, há uma tendência de focar

nas questões administrativas ou uma influência pela administração empresarial, podendo ser pelo fato de não terem clareza da atuação do pedagógico na gestão. Contudo, a partir dessa revisão da literatura, foi possível estruturar o referencial teórico que compõe essa pesquisa, levantando dados e autores que têm discutido a gestão em instituições escolares para utilizar seus estudos para uma profunda análise do campo da pesquisa.

4.5 Das impressões e conclusões

Ao concluir a revisão da literatura, constatei que não há produções acadêmicas que tratam da temática da gestão pedagógica nos cursos técnicos a distância. Os resultados demonstraram que, quando ao tratar-se de gestão escolar na educação técnica, as discussões carregam uma influência dos modelos de gestão administrativa e empresarial. Da mesma forma, não encontrei discussões e aprofundamentos sobre a atuação da gestão pedagógica, ou ainda, uma definição clara sobre a atuação pedagógica nesta modalidade de ensino. Ao restringir a busca para a educação técnica de nível médio a distância, percebi que há ainda mais carência de estudos e entendimentos errôneos, tanto sobre esta modalidade de ensino quanto (e principalmente) sobre o papel do gestor pedagógico.

A partir da revisão de literatura foi possível estabelecer as categorias de referenciais teóricos que têm subsidiado as pesquisas que mais se aproximam da temática. pesquisada A primeira categoria são as políticas, com um caráter de contextualização da atualidade, da situação da educação e do campo de investigação, fornecidas por Jenny Ozga (2000), José Carlos Libâneo (2004, 2012), Jeferson Mainardes (2006), Stephen Ball (2001, 2014) e Almerindo Janela Afonso (2001). Em seus estudos, os autores investigam as origens, os desdobramentos e os efeitos das reformas educacionais produzidas no contexto mais geral das reformas do Estado, orientadas pelo espírito acelerado de mudanças. Estes estudiosos auxiliam no entendimento das políticas e como elas são conduzidas na atualidade.

A segunda categoria definida é a gestão, seja da educação, escolar ou pedagógica. Os autores Heloísa Luck (2005, 2006 e 2009) e Vitor Paro (1999, 2001 e 2010) aparecem nos debates e ambos apresentam discussões e definições quanto à função da gestão no cenário atual. O terceiro campo é a educação profissional. Os

autores que fundamentam estas discussões, numa perspectiva crítica, contribuem para o entendimento do campo e da trajetória histórica, sendo eles: Gaudêncio Frigotto (2005, 2006), Acácia Kuenzer(1995,1998, 1999,2004, 2010) e Marise Nogueira Ramos (2005, 2011, 2004) os mais referenciados nas pesquisas.

Durante a revisão de literatura, encontrei também pesquisas sobre educação profissional, ensino técnico e cursos técnicos, além de reflexões sobre os seus percursos e suas constituições na educação brasileira, porém existem poucos diálogos sobre o papel do gestor pedagógico nessa modalidade. Há estudos sobre gestão pedagógica, gestor escolar e gestão educacional, mas com foco na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, sem se aprofundar em ensino médio ou ensino técnico. Também há investigações importantes sobre a Ensino Superior.

O olhar sobre as produções acadêmicas delimitadas por área de pesquisa, demonstrou que a área da educação não discute a gestão pedagógica, mas trata dos atores envolvidos na comunidade escolar, dos materiais didáticos, da formação de professores e, quando ensaiam debates, se restringem às tarefas burocráticas e administrativas. Já as pesquisas nas áreas da Administração e Engenharia de Produção e Conhecimento, se detém na temática de gestão, com enfoque para suas áreas da administração gerencialista dos processos. Assim, ao concluir pesquisa sobre as produções acadêmicas, não posso deixar questionar outros aspectos, destacados a seguir:

A baixa oferta nesta modalidade de ensino e a necessidade da construção do papel de gestor não atraem interesse de pesquisa? Ou a falta dessas pesquisas não consolida a atuação do gestor nesta e desta modalidade de ensino?

As pesquisas de outras áreas de conhecimento têm contribuído para o avanço e a apropriação das “regras” de mercado para o interior das escolas, e, em consequência, para a afirmação do papel do gestor, atendendo essas exigências? Ou então, a invasão das “regras” de mercado já naturalizam as relações da escola e da atuação do gestor, portanto, tem chamado atenção da pesquisa?

Entre estas reflexões e questionamentos, suspeito que a gestão possa ser influenciada a partir da proposta formativa nesta modalidade de ensino, fazendo com que os processos internos das instituições escolares sejam direcionados a funcionar de acordo com os procedimentos de administração existentes no mercado de trabalho.

Quanto à expressão da gestão pedagógica nas produções acadêmicas dos cursos técnicos na modalidade a distância é possível afirmar que ela aparece como resultado dos demais processos, não sendo tratada ou discutida como a dimensão que condiciona os demais processos no ambiente escolar. Já a gestão dos cursos técnicos na modalidade a distância é vista como um processo de cunho administrativo, sobretudo, para dar conta das demandas operacionais das instituições escolares.

5. A GESTÃO PEDAGÓGICA NOS CURSOS TÉCNICOS A DISTÂNCIA: O CONTEXTO DA PRÁTICA

As instituições escolares são organizações imersas na sociedade que sofrem influências do sistema econômico, cultural e tecnológico. Não há como a escola ser uma instituição à parte, pois a ela são atribuídas diversas responsabilidades e, também, exigências de preparação para o mundo e formação para o trabalho dos estudantes. Em contrapartida, seu funcionamento e organização são modificados pela necessidade de adaptação aos tempos modernos, afetado pelas influências tecnológicas e facilidades que estas oferecem. As escolas são organizações vivas e necessitam de um planejamento, organização e administração, entretanto, como qualquer outra organização, sua finalidade deve ser prioridade, assim, os processos que a mantém são a condição para que seu objetivo seja atingido.

Ao falar da escola não falamos de produtos, ou de resultados que podem ser previstos e mensurados. Falamos do processo de ensino aprendizagem e com este, não é possível prever prazos, metas e vencimentos, uma vez que ele acontece no tempo e no desenvolvimento de cada aluno. Ao falar da educação técnica de nível médio é imprescindível uma formação que seja capaz de transformar e modificar a realidade que o aluno está inserido. Ele precisa conhecer e entender o funcionamento do mundo em que vive a partir da compreensão aspectos culturais, sociais, econômicos, tecnológicos e da formação técnica. Considero este espaço de ensino peculiar, pois induz a uma redução para a formação técnica, e assim, as instituições de ensino devido à aproximação com o mercado que estão formando, podem ter suas ações refletidas em espaços corporativos. O pedagógico não pode ser visto como a um cargo a mais, ele deve estar integrado em todas as funções e ações do ambiente escolar.

Após traçar um caminho amplo de conclusões e impressões sobre a gestão pedagógica nos cursos técnicos a distância, a partir do mapeamento das instituições escolares e da leitura e análise das produções acadêmicas e dos documentos legais, torna-se relevante, a partir deste momento, realizar uma análise do contexto das instituições escolares que oferecem os cursos técnicos na modalidade a distância.

As instituições escolares que oferecem os cursos técnicos na modalidade a distância no Estado do Rio Grande do Sul são privadas particulares, privadas

vinculadas ao Sistema S e públicas (Institutos Federais). Não seria possível delinear um resultado sobre a expressão da gestão pedagógica nos cursos técnicos a distância sem conhecer o contexto em que as práticas acontecem.

Este capítulo tem o objetivo de identificar a expressividade da gestão pedagógica nos processos, na organização e nas lideranças da gestão escolar.

Este capítulo está organizado em cinco momentos a partir da introdução. No primeiro, apresento os aspectos metodológicos que conduziram a investigação; no segundo, promovo uma discussão e diálogo com autores que pautam a escola como uma organização educativa e as questões que relacionam a gestão num enfoque gerencialista. No terceiro momento início uma análise da instituição escolar do Sistema S e no quarto momento, uma análise da instituição escolar privada particular. Por fim, nas impressões e conclusões, finalizo a análise fazendo as considerações relevantes entre as duas instituições pesquisadas.

5.1 Aspectos metodológicos

Neste capítulo apresento o que denomino como conceito micro da pesquisa, e realizo uma análise de duas instituições escolares privadas do Estado do Rio Grande do Sul, sendo uma integrante do Sistema S e uma instituição particular.

A análise das instituições escolares compreende dois momentos: o primeiro, de análise dos documentos institucionais e o segundo, de análise das entrevistas semiestruturadas realizadas com os coordenadores dos cursos técnicos na modalidade a distância.

Os documentos institucionais foram analisados através da análise documental com base em Cellard (2012), utilizando-se das categorias de pré-análise: contexto, autor e autores, a natureza do texto, os conceitos-chave e a lógica interna do texto. A orientação de Cellard auxiliou para identificar o documento, conhecê-lo e classificá-lo no contexto da instituição. Para a identificação do pedagógico nestes documentos, foi realizada uma análise a partir de três categorias: instituição, processo e gestão.

Para a análise das entrevistas utilizei a estratégia metodológica de análise de conteúdo, a partir de Bardin (2011), considerando a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem, levado em consideração, assim a estratégia

metodológica auxiliou na compreensão das mensagens das entrevistas e dos documentos institucionais.

Durante a análise das entrevistas, de acordo com a fala dos entrevistados, manteve-se as categorias: instituição, processos e gestão, porém surgiram outras subcategorias: organização e liderança, do perfil e das atividades da EAD. Na Figura 8, apresento a organização das categorias e as subdivisões estabelecidas.

Figura 8 - Categorias de análise.



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Na categoria instituição, verificou-se nos documentos e na fala dos entrevistados as informações referentes à instituição, sua estrutura, seu funcionamento, sua organização e liderança.

Na categoria processos foram considerados os dados sobre planejamento e coordenação de suas atividades.

Na categoria gestão, evidenciou-se as informações quanto à gestão dos cursos técnicos EAD, desde o perfil dos entrevistados e as atividades desenvolvidas.

5.2 Discussão teórica

Com já referido na introdução deste capítulo, ao falar da instituição escola, nos deparamos com organizações vivas, que acontecem e se constituem diariamente nas suas práticas e relações. Assim, para fundamentar teoricamente a análise, utilizo-me de autores que discutem a organização escola para que então, poder analisar a expressão da gestão pedagógica no âmbito escolar.

Entendendo que a escola, cumpre uma função social de extrema importância, pois tem a responsabilidade do processo de ensinar e aprender, ao longo dos séculos ela “adaptou as formas de integrar, resistir, transformar-se, reformar-se, reorganizar-se, e, principalmente, continuar e perpetuar-se como uma organização vital para a sociedade contemporânea”.(ESTEVÃO, 2011, p.27).

Lima (2011) debate sobre as abordagens teóricas que conceitualizam a escola e suas diferentes práticas democráticas. A partir dessa discussão, o autor elabora quatro modelos analíticos acerca organização educacional, identificados nas pesquisas em educação, e apresenta políticas educacionais de Portugal, que regulam reformulações gerenciais e tecnológicas nas escolas.

Pensando na teorização e conceitualização da escola como base para as análises nas pesquisas em educação, Lima (2011) afirma que a mesoabordagem da escola integra as temáticas macro e micro estruturais, que, tendencialmente, são discutidas separadamente. Lima (2011) propõe um olhar sociológico e contextual da ação escolar para que os estudos educacionais não se percam, por um lado, em uma análise de reprodução dos sistemas políticos, e não se reduzam; por outro, a um único foco da dinâmica escolar.

Lima (2011) diferencia a elaboração de modelos organizacionais restritivos e modelos organizacionais analíticos. O primeiro tende a listar características de modo a encaixar determinadas realidades em uma descrição prévia; enquanto o segundo, busca criar um arcabouço que auxilia na descrição da escola como organização educativa. Optando pela segunda abordagem, Lima (2011) elabora quatro modelos analíticos de organização educativa: modelo político, modelo de sistema social, modelo racional/burocrático e o modelo anárquico organizado.

O modelo político percebe a escola como um espaço democrático, na medida em que abarca diferentes ideologias com iguais condições de debate. Nesse modelo, os objetivos educativos não são unitários, mas constroem uma teia a partir da racionalidade política. Ainda, o modelo político analisa a escola na multiplicidade dos atores educativos que, nessa abordagem prioriza a análise do poder, das lutas e dos conflitos (LIMA, 2011).

Os estudos sob a ótica do modelo de sistema social tendem a ver a escola como um fenômeno espontâneo, embora tenha clareza de seus objetivos, que geralmente giram em torno da integração dos atores. A ênfase dos estudos, que tem

como premissa a escola como modelo de sistema social, está nas organizações informais, um organismo de processos integrados, que funcionam através de um trabalho interdependente e colaborativo (LIMA, 2011).

O modelo racional/burocrático, aponta Lima (2011), é o modelo comumente utilizado pelos pesquisadores em educação. Destaca também que os significados de racional e burocráticos são distintos, uma vez que a racionalidade pressupõe a clareza e consensualidade nos objetivos e tomadas de decisões; e a burocracia é a preferência pelo consistente e estável. Ambos elementos são encontrados nesse modelo. A ênfase dos estudos que pressupõem a escola como o modelo racional/burocrático está na relação das regras universais, na relação de autoridade, na divisão por departamentos, baseado nas versões oficiais do objeto de estudo. Nesse modelo, os processos e as tecnologias são tidos como confiáveis, pois são perpassados por um rigor técnico.

O modelo anárquico é identificado como uma anarquia organizada. Ao mesmo tempo em que os objetivos da organização educativa não apresentam clareza ou estão em conflito, a participação em diversos âmbitos é fluída. Essa abordagem costuma visualizar a escola como um espaço de incertezas e mudanças e nesse modelo, as tecnologias e os processos são tratados com desconfiança, à medida que os membros internos têm pouca compreensão deles.

Nesta linha está Morgan (1996), com uma abordagem voltada para organizações empresariais, que avalia que estas podem ser vistas como: máquinas; organismos; cérebros; culturas; prisões psíquicas; fluxo e transformação e, também, instrumentos de dominação. Para Morgan (1996),

[...] usar metáfora implica um modo de pensar e uma forma de ver que permeia a maneira pela qual entendemos nosso mundo geral. (p.16) e que organizações são fenômenos complexos e paradoxais que podem ser compreendidos de muitas maneiras diferentes (p. 17).

Também para o autor, uma organização pode ser comparada a mais de um destes modelos.

A análise da cultura organizacional no âmbito escolar auxilia no estudo sobre as escolas, podendo, assim, dar indicativos dos caminhos conduzidos para o alcance da qualidade de ensino nestes ambientes. Também, como em qualquer organização, é possível analisar a concepção e o funcionamento de liderança que passa, obviamente, a ser parte integrante dos estudos sobre a cultura organizacional escolar. Um dos aspectos positivos desta metáfora organizacional é a possibilidade de contrabalançar a ênfase posta na racionalidade e objetividade das organizações modernas com a valorização de aspectos simbólicos da vida dessa mesma organização (MORGAN, 1996).

Diante de um espaço tão complexo e singular das instituições escolares, a pluralidade de paradigmas, imagens e metáforas organizacionais, pode-se traçar um caminho de análise para compreensão da realidade organizacional. Olhar a escola enquanto organização é utilizar das análises para entender o funcionamento daquele espaço e da condução dos processos. Da mesma forma, as metáforas auxiliam para analisar a gestão do espaço educativo. É importante esclarecer que não existe a intenção de classificar as instituições pesquisadas, mas apropriar destas metáforas para melhor entendê-las e, a partir deste entendimento, perceber como a gestão pedagógica se apresenta. Se nos isentarmos de olhar a escola enquanto organização, abrimos espaços para que, cada vez mais, ela se estabeleça a partir de princípios da administração escolar minimizada a processos burocráticos, de controle e resultados.

Ao iniciar este debate é importante haver entendimento das influências e das consequências do sistema neoliberal na educação, com o enxugamento da estrutura e redução dos serviços do estado e fortalecimento das iniciativas privadas. O gerencialismo surge como uma nova forma de administrar a gestão pública “a lógica narrativa passa a ser pensada em favor do mercado, dada as suas supostas eficientes capacidades de melhor administrar e gerenciar” (HYPOLITO, 2011, p. 3).

A concepção do gerencialismo na educação ultrapassa a simples condução do diretor/gestor escolar, ela abrange todo o sistema de ensino, seguindo as regras do sistema neoliberal, “esta expansão não se refere apenas à transformação de serviços em mercadorias, mas se refere também às formas de administração e de mercantilização de serviços (HYPOLITO, 2011, p. 4)

Assim, se no início das políticas educativas neoliberais tratava-se de induzir a educação a assemelhar-se aos métodos e práticas de mercado, agora trata-se de inserir o mercado, não apenas como lógica, mas como atividade lucrativa e mercadológica. (HYPOLITO, 2011, p.4)

Desta forma, as influências desta nova lógica de organização do Estado invadem todos os processos de funcionamento do ambiente escolar, pois a escola está inserida nesta lógica de organização e funcionamento de sistema, e há ilusão de que estas estratégias de administração sejam a salvação da educação.

Podemos analisar estas influências a partir de diferentes aspectos, seja pelas tendências do Estado, em controlar a educação a partir de várias formas de controle e avaliação, ou pelo olhar de nossas políticas públicas, que se abrem cada vez mais para atender esta lógica. Entretanto, neste capítulo, a intenção é perceber o gerencialismo no ambiente das escolas pesquisadas.

Mensurar, medir, qualidade total, clientelismo, resultados, controle, são termos que escutamos nas escolas, promovendo, nessa perspectiva, a transformação do ambiente escolar em um ambiente comercial, no qual o objetivo principal é a qualidade total do produto a ser comercializado.

O que pode ser chamado, como prefiro, de simplesmente gerencialismo, que se caracteriza por certos princípios que podem ser encontrados em todas essas perspectivas: a qualidade, o mercado, a eficiência, a responsabilização, a avaliação, as parcerias público-privadas, o quase mercado, dentre outros aspectos das políticas atuais. (HYPOLITO, 2011, p.8)

Conforme Ball (2009), todo este empenho busca transformar a educação em mercadoria, deixando de ser um bem público. Assim, só terá acesso à mercadoria de melhor qualidade aquele que puder pagar e merecer se beneficiar dela. Neste aspecto pode-se adentrar em tantos outros embates e reflexões, onde se enfatiza e se promove a desvalorização do ensino público. Para Ball (2013), há três tecnologias políticas sendo operadas:

i) As formas de mercado, que criam possibilidades para escolha e para a competição. Para o autor estas formas são percebidas no interior dos serviços públicos, introduzindo a concorrência para o fornecimento de serviços públicos para o Estado;

ii) Formas de gestão, que devem funcionar de forma eficaz e eficiente, de acordo com sistemas empresariais, que buscam o lucro e a eficiência dos processos;

iii) Performatividade, formas de o Estado controlar e estipular metas de controle do setor público, com base em indicadores em sinais do mercado.

As três tecnologias trazidas por Ball (2013) auxiliam no entendimento dos movimentos que acontecem ao nosso redor, e enquanto pesquisadores da educação, não podemos ser ingênuos e não perceber estas influências. Estamos imersos em uma sociedade que atende as influências de um sistema neoliberal onde a educação se inclui neste processo, passando a ser um bem lucrativo. É preciso perceber os espaços educativos além destas projeções, para que se possa evidenciar que é um espaço de aprendizagem, um ambiente em construção, e que não se pode comercializar a educação. Contudo, há contextos que devem ser considerados e, somente a partir da luta por um sistema educacional justo é que podemos transformar a realidade em que vivemos.

Partindo desta conceituação teórica, prossigo as discussões fazendo uma análise das instituições pesquisadas.

5.3 A instituição do Sistema S

A instituição do Sistema S, selecionada nesta pesquisa, está situada na cidade de Novo Hamburgo, na região do Vale do Rio dos Sinos. Além dos cursos técnicos na modalidade EAD, oferece cursos técnicos presenciais e cursos profissionalizantes das diferentes áreas do conhecimento.

Esta instituição está vinculada a uma rede de demais instituições do sistema e conta com uma direção por unidade. Na organização da unidade há uma diretora, uma equipe pedagógica e setores administrativos, como secretaria, financeiro, biblioteca, marketing. Os documentos que compõe a análise documental dessa unidade são: Regimento Escolar, Projeto Pedagógico, Plano dos Cursos técnicos na modalidade a distância

Na modalidade de técnicos a distância são ofertados os seguintes cursos: Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Qualidade, Marketing, Logística e Recursos Humanos. Nesta unidade realizou-se uma entrevista com o coordenador dos cursos técnicos da modalidade a distância.

5.3.1 Análise dos documentos

Neste subitem apresento a análise documental do Regimento, do Projeto Pedagógico e dos planos de curso da instituição. Esta análise, realizada com base na análise documental de Cellard (2012), considera as categorias de pré-análise: do contexto, do autor e autores, da natureza do texto e da lógica interna e conceitos-chaves. Nesta última categoria, de pré-análise, analiso os textos considerando três aspectos: instituição, processos e gestão.

5.3.1.1 O Regimento Escolar

O Regimento Escolar da instituição, aprovado em novembro de 2015, foi construído a partir das atribuições conferidas pelo artigo 20 da Lei 12.513 de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). A nova redação dada a este artigo, pela Lei 12.816 de 05/06/2013, que integra o Sistema S no sistema Federal de Ensino, na condição de mantenedor, podendo criar instituições ou unidades de educação profissional e tecnológica, com autonomia para criação e oferta de cursos e programas de educação profissional e tecnológica.

Apropriando-se das categorias de pré-análise, o contexto de produção dos documentos se dá a partir do ano de 2011, quando, influenciado pelos programas governamentais repassa ao Sistema S a autonomia na criação de cursos e funcionamento institucional, assim surge a necessidade de reformulação do documento, aprovado em 2015. Os autores que produziram o documento são os integrantes da Direção Geral da rede de escolas do Sistema S, e buscam a institucionalização e organização dos cursos técnicos na modalidade a distância. O texto, por se tratar de um documento legal institucional, aborda os critérios legais, dando orientações e encaminhamentos para questões funcionais e organizacionais da instituição. Os conceitos-chave e a lógica interna do texto estão ordenados em oito capítulos, sendo: filosofia do estabelecimento; objetivos; organização didática pedagógica; da organização didática; formas de ingresso; avaliação; ordenamento do sistema escolar e disposições gerais.

Como parte da lógica interna do texto, disponho no Quadro 18, a análise do texto, a partir das categorias de análise: instituição, processos e gestão,

identificando no Regimento Escolar como elas aparecem, para posteriormente, realizar uma análise destas categorias nos documentos institucionais.

Quadro 18- A lógica interna do regimento escolar nas categorias instituição, processos e gestão.

DOCUMENTO	REGIMENTO ESCOLAR
Instituição	<p>MISSÃO: Proporcionar o desenvolvimento de pessoas por meio de ações educacionais, que estimulem o exercício da cidadania e da transformação social transformadora e empreendedora, de forma a contribuir para o bem estar da sociedade.(Regimento Escolar,2015 p. 6)</p> <p>Filosofia do Estabelecimento Considerando a sua missão, desenvolve suas ações educativas, visando o desenvolvimento de cidadãos éticos, dotados de postura crítica, que os tornem corresponsáveis pelas relações estabelecidas no mundo do trabalho. Sendo assim, a instituição assume a intencionalidade de responder de forma criativa e inovadora aos desafios impostos pela sociedade contemporânea na formação de profissionais competentes, empreendedores, inovadores, de modo a possibilitar a inserção e permanência no mundo do trabalho. Neste contexto, a escola deve ser entendida como um espaço em constante transformação e a educação como um processo de permanente desenvolvimento, que se perpetua ao longo de toda a vida do indivíduo.</p> <p>Objetivos do Estabelecimento As escolas de Educação Profissional do têm como objetivo: a)Ser um espaço político, democrático e de inclusão; b)Reconhecer e incorporar múltiplas formas de aprendizagem e possibilidades de formação; c)Compreender múltiplos espaços, extrapolando o ambiente físico convencional; d)Preparar o aluno para o exercício da cidadania, desenvolvendo o domínio técnico-científico, visão crítica, atitude empreendedora, sustentável e colaborativa tendo como objetivo o seu crescimento pessoal e profissional; Integrar a Escola com as empresas do comércio de bens, serviços, turismo e a comunidade na qual se relaciona, contribuindo assim para o desenvolvimento.(p. 4- 5)</p>
Processos	<p>Organização didática administrativa DIREÇÃO: São principais atribuições da direção: a)Garantir a elaboração e a execução do calendário escolar; b)Garantir o cumprimento do cronograma de Cursos e horários acordados; c)Planejar e assegurar a viabilidade econômica das atividades; d)Planejar e executar as metas de matrículas e as financeiras; e)Planejar a alocação de recursos humanos; f)Garantir a aquisição de materiais para as atividades; g)Assegurar o controle de documentos e dos registros escolares; h)Garantir o cumprimento das normas de convivência e funcionamento da Unidade; i)Coordenar reuniões com os profissionais da Unidade; j)Representar a instituição perante a comunidade;</p>

- k) Promover a gestão de pessoas;
- l) Estimular projetos para geração de novos recursos;
- m) Captar parcerias com instituições públicas e privadas. (pg. 6)

PEDAGÓGICO

São as principais atribuições do setor Pedagógico:

- a) Coordenar e orientar o Planejamento da ação docente;
- b) Orientar a utilização de metodologias diversificadas;
- c) Acompanhar e orientar os registros educacionais no diário de classe;
- d) Planejar o cumprimento da carga horária e do horário de acordo com cada curso;
- e) Acompanhar a ação docente, no desenvolvimento das competências preconizadas nos planos de cursos, zelando pela qualidade do processo educacional;
- f) Planejar e conduzir reuniões de orientação docente, pedagógicas e de conselho de classe, visando à dinamização do processo ensino-aprendizagem;
- g) Analisar com a coordenação de curso/docente, a documentação escolar para análise de aproveitamento de estudos e demais casos que exijam parecer técnico;
- h) Analisar com a coordenação de curso/docente, a documentação com tradução juramentada ou de legislações específicas para estrangeiros, emitindo parecer técnico;
- i) Manter-se atualizado nas legislações, diretrizes e normas técnicas de sua área de conhecimento;
- j) Divulgar novas tecnologias educacionais e conhecimentos para seus pares;
- k) Participar do recrutamento e da seleção de docentes e funcionários. (p.7)

COORDENADOR DE CURSO TÉCNICO

Cabe à Coordenação do curso, entre outras atribuições:

- a) Acompanhar o trabalho dos professores, promovendo, em conjunto com o pedagógico as reuniões pedagógicas, os conselhos de classe, visando à dinamização do processo ensino-aprendizagem;
- b) Orientar projetos pedagógicos e institucionais;
- c) Analisar com o Pedagógico, a documentação escolar para análise de aproveitamento de estudos e demais casos que exijam parecer técnico;
- d) Analisar com o Pedagógico, a documentação com tradução juramentada ou de legislações específicas para estrangeiros, emitindo parecer técnico;
- e) Propor planos para a implantação de novos cursos;
- f) Representar a escola, por delegação da Direção;
- g) Manter-se atualizado nas legislações, diretrizes e normas técnicas de sua área de conhecimento;
- h) Implementar em conjunto com seus pares, novas tecnologias e conhecimentos;
- i) Acompanhar e captar possibilidades de estágios curriculares.

SECRETARIA ESCOLAR/ADMINISTRATIVO

Cabe ao setor administrativo, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Prestar informações sobre os serviços oferecidos pelo rede e realizar matrículas;
- b) Realizar atividades administrativas e financeiras, tais como pagamentos e recebimentos de valores, locação de espaços físicos, protocolo de documentos, recebimento de materiais de fornecedores e demais atividades correlatas;

	Assegurara organização do seu ambiente de trabalho. (p.8)
Gestão	<p>ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA PEDAGÓGICA:</p> <p>A Educação Profissional da rede desenvolve por meio de cursos e formação técnica de nível médio e formação inicial e continuada de programas de ações extensivas que se organiza por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos. Serão desenvolvidos com bases nos seguintes princípios:</p> <p>a)A inclusão social e o respeito à diversidade, consideradas como valores que qualificam e enriquecem os processos educacionais, proporcionando condições de igualdade de acesso e permanência na escola;</p> <p>b)Construção, disseminação e aplicação de conhecimento que favoreça o desenvolvimento de competências de autonomia do aluno, visando a educação de um cidadão ético e produtivo;</p> <p>c)Avaliação sistemática da ação institucional, buscando referências de excelência internos e externos;</p> <p>d)A rede desenvolve profissionais que tenham como Marcas Formativas: domínio técnico científico, visão crítica, atitude empreendedora, sustentável, colaborativa, atuando com foco em resultados;</p> <p>A inclusão das marcas formativas na descrição do Perfil Profissional de Conclusão representa o compromisso da rede com a formação integral do profissional cidadão. Para que estas marcas façam parte da formação profissional, elas devem estar presentes em todos os desdobramentos do curso. Pg 11</p>

Fonte: REGIMENTO ESCOLAR, elaborado pela autora, 2017.

5.3.1.2 Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico da instituição foi elaborado no ano de 2014, por diferentes sujeitos da comunidade de todas as unidades do RS. O documento estabelece o projeto pedagógico da educação profissional e tecnológica das instituições vinculadas ao sistema no Estado do Rio Grande do Sul.

Com base nas categorias de pré-análise, o contexto de produção dos documentos do ano de 2014, com o objetivo de subsidiar os professores no trabalho docente, a partir da mudança da concepção pedagógica dos cursos, de um modelo educacional com foco em conteúdo, para um modelo educacional por competências. O projeto foi revisado após cinco anos do último documento. Os autores que produziram o documento são gestores, diretores, pedagogos, coordenadores de curso e representantes do corpo docente de todas as unidades do RS. A natureza do texto, por se tratar de um documento legal institucional, tem o objetivo de transformá-lo mais pragmático, apoiando e sugerindo novas formas de ação docente e gestão da educação do sistema no Estado do RS. Os conceitos-chave e a lógica interna do texto estão organizados em quatro capítulos e mais um de referência,

sendo: i) Etapa percorrida: o diálogo das ideias; ii) Projeto Político pedagógico: o nosso jeito de aprender e ensinar; iii) Premissas que norteiam o projeto político pedagógico do sistema no RS, iv) Considerações finais.

Para auxílio na análise da lógica interna do texto, realizo a análise do projeto pedagógico a partir das categorias de análise: instituição, processos e gestão.

Quadro 19- A lógica interna do projeto pedagógico nas categorias: instituição, processos e gestão.

DOCUMENTO	PROJETO PEDAGÓGICO
Instituição	<p>A rede-RS oferece cursos e programas de educação profissional que vão desde a Aprendizagem até a Pós-Graduação. Esses programas dividem-se A Formação Inicial e Continuada destina-se a pessoas com diferentes níveis de escolaridade e objetiva a constituição ou aprimoramento de competências para a vida produtiva e social. Como o próprio nome diz, essa modalidade de curso é divi-didaem <i>Formação Inicial e Formação Continuada</i>.</p> <p>A Formação Inicial abrange os cursos de <i>Aprendizagem Profissional Comercial</i> - razão de criação da rede - e os cursos de <i>Qualificação Profissional</i>.</p> <p>Já a Formação Continuada é composta pelos cursos de Aperfeiçoamento, Programas Socioprofissionais, Programas Socioculturais, Programas Instrumentais e Ações Extensivas à Educação Profissional.</p> <p>Educação Profissional Técnica de Nível Médio subdivide-se em <i>Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio, Qualificação Profissional Técnica, Espe-cialização Técnica de Nível Médio e Aprendizagem Profissional Técnica de Nível Médio</i>.</p> <p>Educação Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação, ,compreende os cursos Superiores de Tecnologia, os cursos de Qualificação Superior Tecnológica, os cursos de Pós-Graduação <i>Lato sensu</i> e os cursos e programas de Extensão. A Educação Superior no Senac-RS inclui, ainda, a oferta de cursos de Bacharelado. Estes cursos e programas atendem às respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação. (p. 16)</p>
Processos	<p>Nessa perspectiva, assume, de forma intencional, os desafios de educar e aprender para o trabalho, mas, acima de tudo, para a vida plena. Essa intencionalidade nos leva à necessidade de (re)definir a educação e a escola que queremos.</p> <p>Com esse objetivo, adota o modelo de educação para a competência. Assim sendo, todas as ações educacionais têm a finalidade de apoiar o aluno no desenvolvimento de capacidades para a inserção no mercado de trabalho, a manutenção do emprego, o desenvolvimento da carreira ou para empreender em outras formas de geração de renda. (p.21)</p>
Gestão	<p>No que se refere à aprendizagem, a ação educativa desenvolvida é entendida como um processo permanente de busca, no sentido de ampliar e aprofundar saberes. Dessa forma, trabalhar com competências significa desenvolver saberes que vão além do que requer o mundo do trabalho, possibilitando o despertar do potencial atuante e transformador dos estudantes, frente ao seu contexto de vida em sociedade.</p> <p>Pensando no ensino como meio para o desenvolvimento de competências,</p>

	<p>é importante considerar que não se consegue alcançar esse objetivo por meio de aulas expositivas, com a memorização de conceitos e fórmulas, nem pela utilização de alguns exercícios para assegurar a compreensão e, na melhor das hipóteses, sua aplicação.</p> <p>Na verdade, os processos de ensino e aprendizagem adotados nas escolas cujo modelo educacional é tradicional pouco servem para a implementação da educação para a competência. Quando dizemos tradicionais, estamos nos referindo a uma educação centrada nos conteúdos, na transmissão de informações, na exposição do professor e na oferta curricular rígida. Não é essa a escola que queremos!</p>
--	---

Fonte: PROJETO PEDAGÓGICO, elaborado pela autora, 2017.

5.3.1.3 Os Planos de Curso

Os Planos de Curso são documentos que tratam das diretrizes de formação dos alunos e apontam questões específicas de cada curso. Nesta pesquisa, os planos dos cursos avaliados foram: Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Qualidade, Marketing, Logística e Recursos Humanos, que são os cursos oferecidos pela instituição na modalidade EAD.

Utilizando as categorias de pré-análise, o contexto de produção dos documentos surge com a proposta de oferta dos cursos, aprovados pelo Conselho Regional da Sede no RS. A justificativa de elaboração dos documentos e oferta dos cursos se dá pelo contexto atual econômico e do trabalho, pela necessidade de formação de profissionais em cada uma das áreas específicas, com objetivo de “formar profissionais com competências para atuar e intervir em seu campo de trabalho, com foco em resultados” (Plano de Curso, 2013, p. 3).

Não estão explícitos no Plano de Curso quem foram seus autores, consta somente a referência do Conselho Regional e, em caso de alteração, esta deve ser realizada pela Direção Educacional da Sede. A natureza do texto, por se tratar de um documento legal institucional, dá conta das organizações dos cursos, dos objetivos da formação, e estabelecem a matriz curricular. Dessa forma, os cursos são organizados a partir de uma concepção de formação por competências, por unidades curriculares, sendo a própria competência a unidade curricular. Os documentos também possibilitam formações intermediárias, conforme a conclusão de unidades curriculares. Por tratarem do funcionamento dos cursos, se organizam em: objetivos da educação profissional, objetivos específicos do curso, requisitos de acesso, perfil de egressos, perfil das qualificações profissionais, organização curricular, indicadores metodológicos, critérios de avaliação da aprendizagem,

instalações e equipamentos, perfil do docente e técnico envolvido no curso, acervo bibliográfico e, também dados sobre certificado e diploma. No Quadro 20, com base nas categorias de análise, apresento a lógica interna do texto a partir da instituição, processos e gestão.

Quadro 20- A lógica interna do plano de curso nas categorias: instituição, processos e gestão.

DOCUMENTO	PLANO DE CURSO
Instituição	<p>A Educação Profissional na rede do Rio Grande do Sul tem por objetivo a formação do jovem e adulto, propiciando-lhes, em especial:</p> <p>A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Médio, tendo como meios, a leitura, a escrita, os cálculos e o raciocínio lógico, possibilitando o prosseguimento dos estudos;</p> <p>A preparação para a cidadania, para continuar aprendendo, mesmo depois de sair da escola, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas situações e aperfeiçoamentos posteriores;</p> <p>O aprimoramento como pessoa, tornando-o um ser ético, intelectualmente autônomo, que saiba pensar crítica, sistêmica e ecologicamente;</p> <p>Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;</p> <p>A promoção da transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando-os com conhecimentos</p> <p>A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada base tecnológica;</p> <p>A integração na tarefa educativa dos princípios empreendedores, levando-os ao conhecimento pleno de suas potencialidades, transformando-os em gerentes do seu crescimento pessoal e profissional.</p> <p>e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;</p> <p>A qualificação, profissionalização e atualização dos trabalhadores, visando à sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.</p>
Processos	<p>No setor público e privado, a modernização dos processos e a transformação do papel para o eletrônico exigem uma adequação não só dos profissionais, mas também uma efetiva mudança dos processos operacionais (quebra de paradigmas) exigindo, cada vez mais, das idéias e criatividade dos empresários e profissionais do setor a buscarem novas alternativas para enfrentar um mercado altamente competitivo.</p> <p>Dessa forma, o currículo proposto pela rede Rio Grande do Sul possibilita a vivência de situações que levam o participante a desenvolver a reflexão, a aprender a aprender, a mobilizar e articular, com pertinência, conhecimentos, habilidades e valores em níveis crescentes de complexidade. A organização dos componentes curriculares privilegia o estudo contextualizado, agregando competências relacionadas com as novas tecnologias, trabalho em equipe e autonomia para enfrentar diferentes situações com criatividade e flexibilidade.</p>
Gestão	<p>As estratégias pedagógicas adotadas levam em consideração o Projeto Político Pedagógico vigente da Instituição:</p> <p>As metodologias inovadoras - entendidas como aquelas que</p>

	<p>provocam rupturas paradigmáticas, que instigam os estudantes a problematizarem as realidades, percebendo-se como sujeitos potencialmente transformadores das relações hegemônicas da sociedade atual.</p> <p>A aprendizagem – concebida como diretamente relacionada com as interações que o sujeito faz com o meio, exigindo uma atitude investigativa diante dos contextos em que se insere. Sendo assim, a aprendizagem assume um caráter permanente, levando os sujeitos desse processo a um “sempre aprender” no objetivo do permanente vir a ser, inquietando-se, formulando questões e buscando respostas.</p> <p>O ensino - entendido como as informações, reflexões e oportunidades levadas ao estudante para construir seu conhecimento técnico-profissional e favorecer seu desenvolvimento pessoal por meio de metodologias inovadoras que contextualizem teoria e prática.</p> <p>A escola - entendida como um espaço em transformação constante, que necessita ampliar suas possibilidades empreendedoras, criando mecanismos que respeitem as múltiplas inteligências e promovendo condições para que todos sejam efetivamente mais felizes e apostem em sonhos individuais e coletivos.</p> <p>A educação – entendida como formas diferentes de os seres humanos partirem do que são para o que querem ser. Assim, a educação contribui para a autoformação da pessoa, ensinando a viver no sentido de se tornar cidadão e promovendo a formação de profissionais competentes, empreendedores, inovadores, de modo a possibilitar sua inserção e permanência no mundo do trabalho.</p> <p>As tecnologias – a escola propicia a reflexão sobre o seu uso e sobre sua real importância no processo educativo, promovendo a transformação das tecnologias de informação e de comunicação (TICs) em tecnologias de aprendizagem e convivência (TACs). Tais tecnologias deverão viabilizar diferentes espaços para experiência/vivências e/ou simulações, tais como laboratórios e espaços virtuais/digitais, nos quais os aprendizes tenham a oportunidade de construir conhecimentos na própria ação.</p> <p>Na modalidade de educação a distância - EAD, são oportunizadas atividades individuais e em grupo (estudos de caso, questões discursivas, fóruns de discussão e chats, além de atividades práticas) com o objetivo de permitir ao docente verificar a capacidade do estudante de, no enfrentamento de situações do contexto profissional, mobilizar e articular, com autonomia, postura crítica e ética, seus recursos subjetivos, bem como os atributos</p>
--	--

Fonte: PLANO DE CURSO, quadro elaborado pela autora, 2017.

A estratégia metodológica das categorias de pré-análise de Cellard (2012), contribuiu para conhecer e interpretar os documentos institucionais. A partir da análise da lógica interna de tais documentos, com base nas categorias de análise de conteúdo, definidas como instituição, processos e gestão, foi possível empreender uma investigação aprofundada para atingir o objetivo deste capítulo.

Na categoria instituição, no Regimento Escolar, entre os quesitos estabelecidos, está a preparação “do aluno para o exercício da cidadania,

desenvolvendo o domínio técnico-científico, visão crítica, atitude empreendedora, sustentável e colaborativa tendo como objetivo o seu crescimento pessoal e profissional”,(Regimento Escolar, 2013, p.7) demonstrando que a preocupação da instituição está na formação do aluno, para o exercício profissional e para sua formação integral. No Projeto Político Pedagógico, a referência da instituição está nos níveis de formação, complementado pelos planos de cursos, destacando como um dos objetivos “o aprimoramento como pessoa, tornando-o um ser ético, intelectualmente autônomo, que saiba pensar crítica, sistêmica e ecologicamente”.(Plano de Curso, 2013, p. 5) Neste sentido, entendo que o pedagógico, na categoria da instituição, em tais documentos, está direcionado a uma concepção de formação integral do sujeito, devendo formá-lo além dos conteúdos técnicos. Entretanto, estes são objetivos específicos, que aparecem atrelados aos demais objetivos, que destacam a formação técnico-científica dos alunos.

A organização didática administrativa prevista no Regimento Escolar está organizada em: Direção, Coordenação Pedagógica, Coordenação de Curso Técnico, Secretaria Escolar e demais setores administrativos. O diretor é responsável pela elaboração do calendário e planejamento escolar, enquanto a Coordenação Pedagógica, se responsabiliza pela execução deste planejamento.

No que compete ao Projeto Pedagógico, determinando qual a perspectiva formativa, para realização dos cursos,

[...] a rede adota o modelo de educação para a competência. Assim sendo, todas as ações educacionais têm a finalidade de apoiar o aluno no desenvolvimento de capacidades para a inserção no mercado de trabalho, a manutenção do emprego, o desenvolvimento da carreira ou para empreender em outras formas de geração de renda. (PROJETO PEDAGÓGICO, 2013, p.21)

No Plano de Curso, a estrutura curricular respeita a formação por competências, e justifica-se pela

[...] transformação do papel para o eletrônico exigem uma adequação não só dos profissionais, mas também uma efetiva mudança dos processos operacionais (quebra de paradigmas) exigindo, cada vez mais, das ideias e criatividade dos empresários e profissionais do setor a buscarem novas alternativas para enfrentar um mercado altamente competitivo (PLANO DE CURSO, 2013, p. 9)

Assim, os processos institucionais são conduzidos a partir da organização didático administrativo, numa estrutura curricular de formação por competências. A categoria gestão analisada nos documentos institucionais, teve como base a concepção institucional para a gestão dos cursos técnicos.

O Regimento Escolar estabelece a organização didático pedagógica, que é a proposta de formação de eixo tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos.

No processo de aprendizagem, a instituição critica a avaliação tradicional e provoca os docentes a criarem outras possibilidades avaliativas que atendam aos objetivos da educação profissional da instituição.

Os Planos de Curso trazem como estratégias, metodologias inovadoras, a aprendizagem, o ensino, a escola, a educação e as tecnologias. Também tratam que os cursos em EAD devem ter encontros presenciais, que objetivam orientar os docentes para condução do processo de aprendizagem e formação do aluno.

5.3.2 O encontro com o coordenador EAD

Neste item, analiso a entrevista realizada com o coordenador da EAD da instituição vinculada ao Sistema S, tendo como estratégia metodológica a análise de conteúdo a partir das categorias: instituição, processos e gestão.

Da categoria instituição:

Os cursos técnicos na modalidade EAD iniciaram no ano de 2013, sendo ampliados, gradativamente, a cada ano. A instituição trabalha com sistemas de polos, tendo sua sede localizada na cidade de Porto Alegre, que atende todo o RS. Essa sede é a responsável pelo desenvolvimento de sistemas, materiais didático-pedagógicos, ambiente virtual de aprendizagem, processos, planejamento e organização dos cursos. Cada unidade se organiza a partir das definições da sede. Lá também ficam os coordenadores de cursos e professores de cada disciplina. Nas unidades há coordenador de curso técnico EAD e tutores presenciais, que acompanham o desenvolvimento das atividades em sala de aula.

Conforme a missão institucional, que busca promover o desenvolvimento de pessoas por meio de ações educacionais, a instituição desenvolve as ações com seu grupo de funcionários e trabalha fortemente com processos de formação contínua. Há formações obrigatórias, que são realizadas ao ingressar na instituição

ou ao assumirem um novo cargo e há formações que são oferecidas a qualquer momento, as quais os funcionários podem optar por fazer, de acordo com seus interesses e áreas de atuação. Os cursos de formação contínua, em sua maioria, acontecem em formato EAD e são realizadas fora do horário de trabalho. Estes cursos têm grande importância e foram bem destacados na fala do entrevistado. Para o coordenador estas formações valorizam os funcionários.

5.3.2.1 A organização e liderança

A organização da instituição e de suas lideranças trabalha de acordo com a metodologia de ecograma.

[...] trabalhamos hoje em colaboração, faz parte da nossa cultura de organização, trabalhar com ecograma. O que é ecograma, trabalhar mais em colaboração do que em competição. Claro que existe hierarquia, um sistema organizado precisa, mas então trabalhamos com ecograma, que é hierarquizado mas também colaborativo (CEAD, 2017)²⁰.

Conforme o Projeto Político-Pedagógico, a organização didática administrativa tem os seguintes cargos: Direção, Pedagógico, Coordenação de Curso Técnico, Secretaria Escolar e Administrativo. Não consta no documento o cargo de Coordenador de EAD.

Segundo o coordenador entrevistado, a unidade é organizada pelos setores pedagógicos e administrativos. Na Direção, há uma diretora que lidera toda a unidade e seus respectivos setores. Há no setor pedagógico uma coordenadora, e há também outros partícipes como auxiliar de biblioteca, secretário escolar e os docentes. Nos setores administrativos há o financeiro, o marketing, Recursos Humanos, setor de vendas, setor de Informática e qualidade.

Os setores trabalham em regime de colaboração e, conforme o entrevistado, “*quebra a dureza da hierarquia*”. Ao indagar-lhe sobre qual setor se reporta, afirma “*Eu sou vinculado hoje no pedagógico e também de alguma forma, vinculado no*

²⁰ No relato da entrevista, o coordenador da EAD será identificado como CEAD. Após realizada a transcrição, a entrevista foi enviada ao coordenador que optou por não alterar nenhuma informação ou texto. As falas foram mantidas conforme autorização do entrevistado. A formatação em itálico atende as normas do Manual de Normas da ABNT UNISINOS, disponível em: <<http://www.unisinos.br/biblioteca/servicos-e-recursos>> Acesso em 07 dez. 2017.

administrativo, [...] acumulo a única função que permite isso, eu sou professor e trabalho na coordenação dentro do administrativo” (CEAD, 2017).

De acordo com esta fala, na organização institucional as funções que se referem à gestão dos cursos técnicos EAD são administrativas.

Fica evidente a importância do trabalho em parceria e colaborativo. Há uma cultura organizacional forte, que pode ser percebida desde os cursos de formação continuada dos funcionários, que na fala do coordenador a formação continuada aparece como “facilitadores”, que possibilitam à instituição inserir seus funcionários adentrarem e acreditarem na instituição em que trabalham. Ao questionar sobre as relações internas e do administrativo e pedagógico, o coordenador traz um relato de satisfação:

Para não dizer que boa, é..muito boa, eu arrisco e ousou dizer que é excelente. Que esta é uma das coisas que eu valorizo isto hoje é esta interação dos setores, essa colaboração, cada vez tem melhorado mais, a gente tem buscado isto, até agora a diretora tá num grupo de partilhas, ou seja, se vem uma ideia, foi o tcc dela no mestrado, foi sobre isto e ela trouxe esta inovação, é bem legal, eu participei no ano passado, então ela traz algumas pautas, alguns assuntos da Unidade e os...colaboradores, docentes e administrativos, é sorteio, e aí a gente pode participar da gestão, dar dicas, pode dizer “eu não aceito isto”, eu não quero isto, não acho legal isto, me senti envolvido com tal coisa que não achei legal, enfim, então traz um assunto, é diferente, e isso eles vão trabalhando (CEAD, 2017).

Sobre a forma de condução da liderança também há uma satisfação do entrevistado. Percebe-se que há uma admiração pela organização e liderança institucional.

[...] eu vejo a gestão daqui hoje com a atual diretora, tanto com ela como a anterior, diretora, também é muito no modelo de gestão das duas, nenhuma é igual, mas trabalha muito com o modelo de liderança moderna, não de chefia, mas de liderança mesmo, de colaboração, que envolve a razão, mas envolve a emoção também. Então ou seja, respeita os sentimentos das pessoas, o trabalho das pessoas, valoriza o trabalho das pessoas, né, então valoriza a competência das pessoas, então o ser humano é valorizado também. Não só o trabalho do ser humano, mas o ser humano também. E isso para mim não tem preço (CEAD).

É importante observar que nas falas do entrevistado há um destaque para a organização da instituição enquanto gestão corporativa. Em nenhum momento dá ênfase à organização pedagógica dos cursos, ao currículo; os elogios são apenas para o funcionamento enquanto organização. Provavelmente esse destaque refere-se a sua trajetória profissional, o que lhe permite fazer comparativos com outras instituições em que já atuou.

O coordenador comenta também sobre as reuniões em equipe que acontecem na instituição. Toda a última sexta-feira do mês a unidade fecha no horário da manhã, para reunir todos os funcionários técnicos administrativos, a equipe diretiva e os professores, onde apresentam os resultados atingidos, as metas alcançadas, os novos objetivos e o planejamento mensal. No turno da tarde há reunião com a equipe pedagógica, incluindo os docentes, momento em que o coordenador EAD aproveita para dar informações orientações ou capacitações do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

5.3.2.2 Os processos

Os cursos técnicos em EAD são organizados na sede, em Porto Alegre. Ali são decididos quais cursos serão ofertados pela rede. Cada instituição escolhe os cursos a serem ofertados, conforme suas demandas e logo, definem quantas vagas serão disponibilizadas em cada oferta. A partir destes dados, as unidades trabalham com as matrículas. Cada unidade realiza seu planejamento de um ano para o outro e envia para avaliação da sede.

Existe um planejamento anual, o planejamento de 2017 foi feito lá do meio até o final de 2016 e assim é feito todos os anos. Né, Então a gente tem o pop, que assim se chama, este programa, este procedimento, todos os anos, tem um planejamento de custos, de carga horária de docente, de é...ações, externas, internas, os cursos corporativos, é...contratação de novos colaboradores, docentes, até a saída a campo da EAD, dos cursos técnicos, a gente tem bem programado, quantos cursos a gente vai abrir, quanto de carga horária, eu vou utilizar, até eu como coordenador, quanto professores vou utilizar, então é tudo planejado, e a Rose que responde por tudo isto, tem que ser mais assertiva possível, quem responde são os líderes de setores, cada um faz o seu planejamento, dentro do que é solicitado, e envia para a Rose e ela responde por todo mundo. Então existe um procedimento, uma programação anual, e os diretores cobram que tem que ser mais assertivo possível (CEAD, 2017).

O coordenador participa do planejamento das vagas dos cursos técnicos EAD. Para este processo, ele toma como base as matrículas do ano anterior.

Como já tinha o planejamento de 2016 e 2017, eu já sabia quantas, a partir do momento que eu atingi ou não, ou seja, quantas nós vendemos no primeiro semestre, eu vou ter minha meta a atingir, até o final do ano. Em cima disto se faz um planejamento né, com esta projeção, falta 50, 100, vamos abrir x vagas. Eu geralmente procuro não pensar na meta, eu procuro pensar em atingir o maior número de alunos matriculados, se atingir a meta, melhor ainda, ok. Mas se não atingiu a gente vai lutar para que isto aconteça. Mas eu não penso só na meta, eu penso em prestar o melhor serviço para os alunos. (CEAD, 2017).

O planejamento anual tem como foco as metas a serem atingidas. O coordenador tem consciência do que isto representa para instituição e da importância de atender bem o aluno. Na sua fala, transparece o cuidado que tem para não estabelecer metas que não possibilitem um bom atendimento ao aluno. Isso é muito importante, pois se percebe que, mesmo com toda a organização baseada em metas e vendas, há um entendimento positivo de uma instituição de ensino.

Outro aspecto importante tratado é o da responsabilização. O coordenador destaca a responsabilidade na abertura dos cursos e vagas, e comenta que se um curso não atingir o número mínimo de matrículas, ele deve justificar à sede o porquê esta meta não foi alcançada. Neste contexto, aborda também as dificuldades que encontra para atingi-las, pois, muitas vezes, os alunos optam por realizar um curso de graduação que tem custo similar ao de um curso técnico. Também o coordenador é o responsável por ligar para o aluno e informar sobre cancelamento da oferta do curso.

A sede organiza os cursos, cria e alimenta o AVA, dispõe os materiais de aula on-line e disponibiliza e corrige as provas on-line. Todos os materiais são desenvolvidos com uma equipe técnica, composta por docentes e coordenadores dos cursos.

As unidades se responsabilizam pela efetivação das matrículas, pelo espaço de ensino, que inclui salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, e também, pelos tutores presenciais que atendem, uma vez por semana, nas aulas presenciais. Eles recebem os materiais de aula, elaborados previamente pela sede, e são incumbidos de desenvolver os conteúdos, não tendo acesso às atividades e provas

disponibilizadas no ambiente virtual. Um mesmo tutor trabalha com todas as disciplinas do curso e, por vezes, convidam profissionais específicos das áreas para colaborar nas aulas ou debater sobre assuntos que são especialistas.

Para os cursos EAD são utilizados dois Ambientes Virtuais de Aprendizagem, o Blackboard que é o sistema para acesso dos alunos e professores, e o Moodle para acesso interno dos funcionários.

5.3.2.3 A gestão

Para melhor organização da categoria da gestão, os excertos da entrevista sobre a atuação do coordenador foram divididos em duas subcategorias: a do perfil - onde aparecem informações sobre sua formação, atuação, e percepção sobre a gestão dos cursos técnicos EAD; e a das atividades da EAD, onde apresento as atividades desenvolvidas pelo coordenador.

5.3.2.3.1 Perfil

O coordenador está atuando nesta instituição há três anos. Possui formação técnica em Meio Ambiente e em Gestão Ambiental, e curso superior em Gestão Ambiental, além de duas especializações, uma, em Sustentabilidade, e outra, em Docência. Começou a trabalhar na instituição como docente e coordenador do curso técnico presencial em Meio Ambiente. Está na Coordenação da EAD há cerca de um ano e destaca as dificuldades sentidas ao assumir esta gestão, uma vez que implantação da EAD ainda é recente. Assim, desenvolveu suas metodologias e estratégias para dar conta das demandas e atividades. Antes de atuar nesta instituição, atuava como gestor no setor industriário, mas, ao iniciar sua trajetória no ensino, optou por dedicar todo o seu tempo para a instituição.

Então foi uma experiência novíssima para mim, e eu tenho que desembocar a missão, não é, no exército a gente fala assim, tem uma missão tem que cumprir. Peguei uma turma de 22 alunos, e é entrei com tudo, larguei tudo, não entrei para nenhuma outra empresa, nem um outro setor, vou entrar na educação. Me apaixonei, gostei muito, eu sabia e sei que tenho muito a aprender ainda, certo, mas já amadureci muito mais, e ali comecei a buscar, fazer cursos rápidos. Todos os cursos que abriam, eu comecei a fazer, todos, até hoje. Todos que abrem eu vou fazendo. Então, nós tivemos cursos gratuitos (CEAD, 2017).

Na fala, o coordenador demonstra entusiasmo em trabalhar com a EAD, e destaca o quanto se dedica e se interessa em manter-se atualizado, estando totalmente imerso no funcionamento institucional. Nota-se também que suas falas são carregadas de influências da área da indústria, construídas ao longo de sua vida profissional e sua formação.

5.3.2.3.2 Atividades da gestão EAD

Ao abordar sobre as atividades específicas da EAD o entrevistado relembra sua chegada à Coordenação:

Peguei o EAD estava em fase de progressão, né, solução para melhoria, então ali, eu peguei a mudança dos processos também, bem quando eu entrei eles estavam montando vários processos, de inscrição, pré matrícula, matrícula, então eu peguei o início de algumas novidades.(CEAD, 2017)

Devido ao fato de sua chegada ter ocorrido de forma paralela à expansão da EAD, tudo era novidade, mas ressalta, sua paixão pela atuação e a satisfação em acompanhar os processos que iam sendo implantados e os que já estavam sendo em andamento. O coordenador explica também como são conduzidas as atividades com a equipe pedagógica.

[...]tem um problema, na verdade, eu acho que o maior problema da EAD é resolver problema de aluno, então eu me reporto à coordenadora pedagógica, e algumas demandas, eu vou direto a diretora, mas eu tento sempre passar pela coordenadora ou, se eu fui na diretora, a coordenadora vai ter conhecimento que eu fui lá conversar. Ah, aí eu tive um problema sério e a coordenadora não está, está em capacitação em Porto Alegre, porque isto acontece bom então aonde eu vou? eu vou para diretora, e a coordenadora fica sabendo por e-mail meu, ou vou conversar com ela. Tô sempre incomodando a coordenadora lá no setor pedagógico. Então a gente trabalha bastante junto (CEAD, 2017).

Nesta fala, o coordenador explica como funciona o fluxo interno do pedagógico, dando dicas de como é o entendimento desta função, o atendimento e acompanhamento ao aluno e ao professor/tutor presencial. Também, ao falar de suas atividades, relata os cuidados que tem com as demandas de fluxo interno, onde armazena todos os e-mails, todos os contatos realizados e situações ou

problemas encaminhados, como por exemplo, segurança pessoal. As demandas são tratadas como processos internos, respeitando fluxos, encaminhamentos, retornos e suas resoluções.

Os tutores presenciais são tratados como professores na unidade. Seu acompanhamento, orientações e contratação são realizados pelo coordenador da EAD, e quando necessário, há encaminhamentos para a Coordenação Pedagógica ou Direção. Sobre o acompanhamento diário dos professores, relata que as atividades são organizadas de acordo com a demanda.

Conforme acontece, por exemplo, tudo que eu posso fazer por e-mail com os professores, eu faço. Né?! O que eu não consigo fazer por e-mail marco uma reunião. Então, aí uma demanda mais urgente, um problema mais sério, poh, todo mundo está errando uma mesma coisa, uma mesma situação, mudou as matrículas, mudou nosso sistema blackboard, pode acontecer, a gente marca reunião e eu vou no laboratório e mostro, passo a passo, fica conversando, pega ali uma hora, duas horas por semana, mas a gente tenta fazer o mínimo possível de coisas, até porque a gente já tem esta reunião.[...] Para tentar não gerar custo, né, nos outros dias. A não ser que seja mais urgente. Já tem disponíveis, quatro horas mensais, para fazer reunião. Então tento explicar, todo turno da tarde é nosso, pessoal (CEAD, 2017).

O coordenador relata que é atuante em todos os setores da unidade. Como responsável pela EAD, sua tarefa inclui o atender metas, manter os alunos matriculados e atingir os resultados.

*Nós temos metas de todos os setores, né. Então no meu caso na EAD, eu tenho uma meta a cumprir, de matrículas, pós matrícula, eu tenho que bater, passar. Eu tenho que trabalhar, um dos meus objetivos é trabalhar, até tenho aliás, não é orientações, as atribuições do coordenador de polo, uma delas é trabalhar em conjunto com o comercial, de vendas. Então eu vendo quase, às vezes saio junto, tem uma ação lá na Taqi, tem uma ação lá na empresa, na rua, na praça, eu vou junto. Eu represento o EAD. Eu não faço apenas a coordenação, eu vou junto, vou para cima, entrego até panfleto. Não de praxe, mas eu vou junto. Tem uma ação numa escola, vou lá representar o EAD, e dá resultado. Então eu tento estar sempre junto representando a educação a distância do meu polo [...]. Geralmente eu tento participar, e muitas vezes acontece, eu to com dúvida, posso falar com um aluno, que quer comprar o curso, fazer matrícula, falo do curso, passo por e-mail, acompanho a matrícula, acompanho o curso. Eu faço papel quase de pai, de professor, de pai e de coordenador. Eu adotei este método, que é **acompanhar meus alunos, respeitar, tratar não só como um cliente, mas tratar como ser***

humano. Eu usei os dois, é um cliente, é um ser humano, aí valorizar esta pessoa, independente da renda, nível social, não importa, mesmo que incomode às vezes. Eu aprendi estas estratégias de venda, de marketing, e usei isto na EAD e deu certo (CEAD, 2017, grifo do autor).

Este trecho complementa as demais falas do coordenador, onde evidencia suas atividades e responsabilidades, o cunho administrativo das demandas, e o quanto tem motivação e entusiasmo pelo que faz, o que já era perceptível desde o início de seu depoimento. Sua atuação está focada nas metas e, para que isto aconteça, necessita dar conta das demais atividades - como atendimento aos alunos, professores, acompanhamento dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem.

Ao conversar sobre as principais dificuldades encontradas, o coordenador comenta sobre situações do funcionamento do polo, onde alguns processos não estão sob sua responsabilidade, por não ter acesso ao AVA dos alunos e nem visualizar as atividades que estão lá postadas, e assim, ter que conduzir os demais processos.

Maior dificuldade hoje... é, eu acho que seja, a questão da distância, mesmo eu posso ir para POA sempre que eu quiser, as portas estão abertas, mas tu ver alguns processos que poderiam ser modificados, até que eu possa contribuir em algumas questões, mas eu não conseguir fazer nada. O processo é aquele, eu sei que não é o mais correto, eu sei que pode gerar um problema, eu sei que é uma situação crítica, um fato crítico, é um processo crítico que tem que atacar, tem que resolver, acontece de novo, acontece de novo, “bah, aluno, é assim, assim, assado, não posso fazer nada”. Aí tentar dar um apoio, um auxílio para o aluno, mas eu sei que o processo não é o mais correto, e eu não estou lá na coordenação para mudar isto, para mim o mais crítico hoje é isto. Por exemplo alguns casos as vezes, “oh, não avisaram” Não avisam os coordenadores de algumas coisas simples, eu sou o último a saber, bah, é chato. Alguns detalhes, coisas simples. A EAD tem muito disto, pequenas coisas, pequenos detalhes, pequenas situações, se transformam numa grande bola de neve. Ai vem atropelando todo mundo, toda a comunicação é muito importante, e toma muito cuidado com as orientações que sejam passadas para os coordenadores, para que seja passada adiante. Às vezes chega por último, ai “bah”, ai a gente peca nesta questão, e hoje é isto, vê processos errados e não consertar. Posso contribuir, mas sei que vai demorar (CEAD, 2017, grifo do autor).

O coordenador dá ênfase no acompanhamento ao aluno em suas atividades. Ainda que haja uma percepção de “aluno-cliente”, como em todo o contexto organizacional da instituição, ele procura acompanhar este aluno da forma mais

próxima possível, porém, deixando seu trabalho restrito ao apoio técnico, ao apoio de plataforma, de acesso ao sistema.

*[...] o aluno está desesperado, precisa de ajuda, então para acalmar ele, eu ligo ou mando e-mail e fulano de tal, “estou disponível, no que eu posso ajudar”, “ah, tô com problema assim”, aí se eu vou fazer, uma análise, vejo o que está acontecendo, e aí envio uma resposta para ele, “aconteceu isto, isto, tal atividade, seu problema é tal”. Se é um problema meu, da plataforma, ou da sede, “não te preocupa, o problema foi nosso, a gente vai resolver para ti. Tu não vai sair prejudicado, **atendo ele como se estivesse vendendo um produto, um serviço, então é teu cliente, não é o aluno, tratar o melhor possível, com bastante respeito. Então, cada caso é um caso. É eu sempre falo, a EAD acho que é um setor, que mais tem problemas diários diferentes, cada dia um problema diferente, cada dia a gente aprende uma coisa nova. Como gestor, né. Não posso dizer que tem uma regra, não tem regra geral.***

Eu acho que a EAD hoje, não somente na minha instituição, mas numa questão geral, tem que tomar muito cuidado, tem que ter é, bastante eficiência, digamos assim é a comunicação. Não se tem os alunos perto de ti sempre, tu mexe com a tecnologia, como eu já falei, os alunos a maioria não estão adaptados a EAD. Então eu acho que a eficiência na comunicação é muito certo, para mim a estratégia principal, como gestor é acompanhar meus alunos. Eu já faço como professor no presencial, então muitas estratégias eu trouxe do presencial, eu trouxe desta, eu faço identificação de perfil, fazer leitura de turmas, de alunos, até para montar, estruturar uma aula, então eu já trouxe de lá para EAD. Então, EAD é diferente, então eu fui buscar, já fiz várias leituras, então foi bom quando eu entrei, eu peguei muito problema, tive que consertar. Fiquei 06 meses só resolvendo problema, então ali eu aprendi também, não só na busca do conhecimento, mas na experiência. (CEAD, 2017, grifo do autor)

As atividades do coordenador estão condicionadas a todo um funcionamento pedagógico imerso nas atividades. Ele necessita que os materiais didáticos sejam bem desenvolvidos e que as atividades atendam a demanda do curso; para isso, é preciso conhecer a realidade dos alunos para quem estão desenvolvendo o curso, e considerar o perfil de aluno que desejam formar. Porém, ao mesmo tempo, a atuação do coordenador é limitada, pois não tem acesso ao AVA e não consegue visualizar as dificuldades do aluno, não podendo mediar, de forma eficaz no processo, para poder realizar sua principal tarefa: cumprir metas. No depoimento, o coordenador destaca as atividades burocráticas e administrativas, porém, não percebe as demandas pedagógicas que pertencem e que atende nas suas atividades.

O olhar da instituição para os cursos técnicos a distância está focado para a inserção no mercado de trabalho, desde a concepção formativa e organização curricular. O coordenador tem suas atividades voltadas para atendimento de metas e permanência do aluno, suas atividades, por vezes, são limitadas por estar em uma das unidades da rede e pelo fato da sede estar localizada em outra cidade. Após essa percepção do Sistema S, analiso, na sequência, a instituição privada particular.

5.4 A instituição privada particular

A instituição privada que selecionei para análise, está localizada na cidade de Porto Alegre e oferece cursos superiores, cursos de pós-graduação, cursos técnicos presenciais, cursos técnicos a distância e cursos de formação continuada. Os cursos técnicos oferecidos na modalidade a distância são: Farmácia e Meio Ambiente.

A instituição iniciou as atividades no ano de 1996, e possui, atualmente, cerca de 1600 alunos. É uma instituição privada particular, com fins lucrativos, que tem uma mantenedora e não trabalha com polos.

Para levantamento de dados foi realizada uma entrevista com a supervisora da EAD e análise de documentos essenciais da instituição: Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico e Planos de Cursos.

Conforme estabelecido nos documentos legais, desde a LDB 9394/96, o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 e a Resolução CNE nº 1, de 2 de fevereiro de 2016, as instituições privadas particulares são vinculadas ao sistema de ensino de seu estado ou distrito, e assim, devem atender as normatizações de seus Conselhos Estaduais de Educação. Dessa forma, a instituição avaliada atende ao estabelecido na legislação Resolução CEED/RS nº 334 de 28/01/2016, para autorização de funcionamento de cursos.

5.4.1 Análise dos documentos

Neste subitem apresento a análise documental do Regimento Escolar, do Projeto Pedagógico e dos Planos de Curso desta instituição privada particular. Esta análise é realizada com base na análise documental de Cellard (2012) utilizando as categorias de pré-análise: do contexto, do autor e autores, da natureza do texto e da

lógica interna e conceitos chaves. Nesta última categoria, de pré-análise, analiso o texto a partir de três itens: instituição, processos e gestão.

5.4.1.1 O Regimento Escolar

O Regimento Escolar é o documento que estabelece as normas de funcionamento, organização e funcionalidade do ensino, nesse caso, o técnico. A instituição tem dois regimentos de ensino técnico: um, para cursos presenciais, e outro, para cursos na modalidade a distância.

O prosseguimento desta análise se dá com base nas categorias de pré-análise. O contexto da produção do documento acontece no momento em que iniciam as ofertas dos cursos técnicos na modalidade EAD, a partir do ano de 2011. Os autores que participam deste processo são diretora, coordenadora pedagógica e Representante Docente. O Regimento Escolar tem a aprovação da mantenedora e é encaminhado para homologação do Conselho Estadual de Educação, juntamente com os demais documentos, para aprovação e autorização de funcionamento dos cursos. A natureza do texto conceitua-se de um documento institucional legal, que determina as normas de funcionamento e atende os requisitos determinados na Resolução CEED/RS Nº 334, de 28 de janeiro de 2016. O documento Regimento Escolar está organizado em: objetivos, organização curricular, da certificação, dos planos de curso, do estágio supervisionado, das normas de convivência, da organização administrativo pedagógica, dos polos de educação a distância, do plano global, das disposições gerais.

Para auxiliar na análise da lógica interna do referido documento, realizo um esquema, com base nas categorias de análise de conteúdo, instituição, processos e gestão, conforme Quadro 21.

Quadro 21- A lógica interna do regimento escolar nas categorias: instituição, processos e gestão.

CATEGORIA	DOCUMENTO REGIMENTO ESCOLAR
Instituição	A Escola Técnica xxxxx tem por objetivos para os cursos da educação profissional sob a forma de educação a distância: -preparar para o trabalho de forma científica e tecnológica e, para a cidadania através do desenvolvimento permanente de aptidões para a vida produtiva; -provocar e criar condições para que se desenvolva uma atitude de reflexão crítica, comprometida com a ação;

	<p>-capacitar para aprender a aprender através especialmente da disciplina interior;</p> <p>- aprimorar o aluno, possibilitando uma reflexão contínua, à ética e à liberdade crítica do pensamento;</p> <p>- profissionalizar pela metodologia de resolução de problemas, construindo competências pelo desenvolvimento de habilidades em ações e operações associadas às experiências e ao conhecimento.(p.3)</p>
Processos	<p>A estrutura administrativo-pedagógica da Escola Técnica xxx está assim detalhada:</p> <p>Direção Atribuições:</p> <p>A participar conjuntamente com o Conselho das discussões e da elaboração do Projeto Administrativo-Pedagógico, bem como acompanhar sua execução e do planejamento anual;</p> <p>B garantir espaços para planejamento, discussão, reflexão, estudos, cursos que oportunizem a formação permanente dos professores e funcionários, enriquecendo o trabalho pedagógico da Escola;</p> <p>C cumprir e fazer cumprir as disposições legais, as determinações de órgãos superiores e as constantes deste regimento, juntamente com o Conselho;</p> <p>D dinamizar o fluxo de informações entre a Escola, SE e 2ª CRE;</p> <p>E socializar as informações entre os diversos segmentos da Escola;</p> <p>F responsabilizar-se pela organização e funcionamento da Escola perante os órgãos do poder público e a comunidade;</p> <p>G assinar expedientes e documentos da Escola juntamente com o secretário, assinar toda a documentação relativa à vida escolar do aluno;</p> <p>H promover a participação da comunidade no desenvolvimento das atividades escolares com vistas à integração da Escola em seu ambiente;</p> <p>I supervisionar as atividades dos serviços, bem como a sua atuação junto à comunidade;</p> <p>J programar a distribuição e o adequado aproveitamento dos recursos humanos;</p> <p>K propiciar, juntamente com o Conselho, a realização de estudos e avaliações com todos os segmentos sobre o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem e sobre os resultados ali obtidos, visando a melhoria da qualidade da educação na escola;</p> <p>L promover a articulação entre os setores e os recursos humanos em torno da finalidade e objetivos da Escola;</p> <p>M responsabilizar-se pelos atos administrativos, bem como pela veracidade das informações prestadas pela Escola;</p> <p>N programar juntamente com o responsável pelo setor de material, a utilização dos recursos materiais, bem como supervisionar e orientar o recebimento, a estocagem, a utilização e os registros sobre os mesmos;</p> <p>O promover parcerias junto à comunidade, objetivando a criação de projetos que qualifiquem a proposta pedagógica da Escola.</p> <p>Coordenação Pedagógica Atribuições:</p> <p>participar da elaboração, execução e avaliação da Proposta-Pedagógica da Escola;</p> <p>orientar e assistir os professores na dinâmica e funcionamento da Escola;</p> <p>proceder às articulações com os serviços sobre as atividades pedagógicas programadas;</p> <p>propor alterações ou ajustamentos no currículo, quando necessário;</p> <p>organizar o calendário escolar, acompanhando sua execução, bem como</p>

	<p>promovendo alterações que se fizerem indispensáveis, colocando-o sob apreciação do Conselho;</p> <p>organizar a dinâmica do Serviço de Supervisão, procedendo a articulação entre os Coordenadores de Curso;</p> <p>programar e executar reuniões gerais e com os Coordenadores de Curso e dos Professores dos Componentes Curriculares;</p> <p>orientar e acompanhar as atividades de Estudos de Recuperação;</p> <p>oportunizar momentos de estudo e atualização, que proporcionem a formação continuada do professor;</p> <p>participar das reuniões dos componentes curriculares e entrevistar individualmente o professor, sempre que necessário;</p> <p>assessorar individual ou coletivamente o(s) professor(s) no fazer pedagógico.</p> <p>trabalhar em consonância com os setores promovendo o trabalho em equipe;</p> <p>estudar o histórico escolar e demais documentos apresentados pelo aluno matriculado;</p> <p>orientar e acompanhar estudos de adaptação, recuperação especial e aproveitamento de estudos;</p> <p>orientar e acompanhar o desenvolvimento dos alunos, intervindo sempre que necessário.</p> <p>repassar todas as informações necessárias para secretaria.</p> <p>Coordenador da Secretaria</p> <p>Atribuições:</p> <p>participar da elaboração, execução a avaliação da proposta pedagógica da escola;</p> <p>organizar e dirigir o serviço de secretaria, supervisionando os trabalhos de seus auxiliares;</p> <p>revisar toda a escrituração escolar, bem como o expediente a ser submetido a despacho e assinatura do(a) Diretor(a);</p> <p>assinar, juntamente com o (a) Diretor (a), os documentos escolares do aluno e da Escola;</p> <p>participar de reuniões;</p> <p>assessorar a Direção nos assuntos relacionados à Secretaria. (p.07)</p>
Gestão	<p>A instituição escolar pretende oferecer metodologias diversas para que todos possam atingir as competências estabelecidas mesmo aqueles com dificuldades de acessar a internet. Há previsão de demanda para 40 vagas anuais.</p> <p>São objetivos do curso técnico desenvolvimento de habilidades, competências e valores que levem o aluno a:</p> <p>a) Desenvolver ações que permitam ao aluno estabelecer critérios técnicos e éticos no campo de trabalho.</p> <p>b) Ensejar reflexões sobre o ingresso e permanência no trabalho através de visitas programadas.</p> <p>c) Oportunizar conhecimentos técnicos científicos que facilitem o respeito com prática de saúde e da coletividade.</p> <p>d) Ressaltar a importância da autodisciplina nos estudos a distância. (p.8)</p>

Fonte: REGIMENTO ESCOLAR, elaborado pela autora, 2017.

5.4.1.2 Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico é o documento legal institucional que estabelece os princípios e concepções pedagógicas da instituição. O contexto que possibilitou a construção do Projeto Político Pedagógico foi para atendimento aos cursos técnicos na modalidade a distância, concretizando suas ações através dos planos de trabalho dos docentes.

Desenvolvido pela Direção e Equipe Pedagógica, com a aprovação da Mantenedora, este documento foi construído no ano de 2011, quando iniciaram os cursos técnicos. Analisado pelo Conselho Estadual de Educação, em concomitância com os demais documentos, para autorização e funcionamento dos cursos técnicos na modalidade a distância, sua natureza é voltada para a orientação do trabalho pedagógico em sala de aula.

Seu texto está organizado em: abordagem teórica; abordagem metodológica; das responsabilidades: aluno, do professor, do coordenador de curso; das atribuições da escola e, dos recursos didáticos pedagógicos. Tendo o aluno como o centro do processo de ensino, o projeto orienta todas as ações a partir deste olhar, conduzindo os docentes em atividades pedagógicas que possam considerar o processo de ensino aprendizagem a partir da realidade do aluno. O Quadro 22 apresenta as categorias de análise do projeto político pedagógico desta instituição.

Quadro 22- A lógica interna do projeto pedagógico nas categorias: instituição, processos e gestão.

CATEGORIA	DOCUMENTO PROJETO PEDAGÓGICO
Instituição	<p>O Projeto Pedagógico da Escola Técnica xxxx efetiva-se desenvolvendo uma pedagogia em que se respeita profundamente a pessoa humana desenvolvendo nela o senso crítico, a ética, o respeito pela mudança de seu meio e o diálogo como fonte principal da educação transformadora.</p> <p>O homem tem por vocação ser sujeito e não objeto portanto os docentes priorizam as competências a serem desenvolvidas ao invés de serem meros transmissores de conhecimentos ou informações.</p> <p>O aluno é capaz de atuar conscientemente sobre a sua realidade, portanto é o responsável pelo seu crescimento tendo como suporte a instituição escola e o auxílio fundamental dos professores.</p> <p>O pensamento complexo é respeitado reconhecendo-se o uno e a necessidade de um pensamento que ligue o que está separado e compartimentado.</p> <p>Os problemas do mundo contemporâneo são apresentados aos alunos de forma prática para sua análise nas diferentes áreas do conhecimento.</p> <p>São referenciais imprescindíveis no trabalho dos docentes:</p>

	<p>Estímulo ao conhecimento É o momento de o professor abrir canais de recepção e reflexão que permitam ao aluno estabelecer vínculos significativos iniciais com o objeto do conhecimento, partindo da articulação com a realidade e com o mundo vivido do aluno e acionando as suas capacidades criativas e afetivas.</p> <p>Construção do conhecimento É o momento de tornar o objeto do conhecimento significativo para o aluno, estabelecendo vínculos com as suas necessidades, articuladas com a realidade em que está inserido. O professor como mediador da relação entre aluno, objeto do conhecimento e realidade, ajuda a construir a reflexão através da organização de atividades, da interação e problematização para assegurar uma aprendizagem efetiva.</p> <p>Síntese do conhecimento Esta dimensão refere-se à elaboração sintética do conhecimento, à expressão, à explicação e à transferência. (p.3)</p>
Processo	<p>O Projeto Pedagógico ressalta em sua metodologia os seguintes aspectos como linhas norteadoras:</p> <p>Entender quem nossos alunos são. Entender como eles aprendem. Estar cientes das questões que afetam suas vidas e sua aprendizagem, bem como da maneira pela qual trazem tais questões para a sala de aula. Entender o que eles precisam para que possamos apoiá-los em sua aprendizagem. Entender como ajudá-los em seu desenvolvimento como agentes reflexivos. Encontrar uma maneira de envolvê-los na elaboração do curso e na avaliação. Respeitar seus direitos como alunos e seu papel no processo de aprendizagem. Entender como desenvolver cursos e programas sem deixar de dar atenção a um melhoramento contínuo da qualidade, para que nossos alunos continuem seu processo de aprendizagem e avancem suavemente em direção a suas metas, seus objetivos e seus sonhos. A proposta pedagógica adotada, estabelecida no Projeto Pedagógico, enfatiza processos educativos em que se privilegiem construções metodológicas a partir da troca do organismo com o meio, por meio das ações do indivíduo. A ação do indivíduo é o centro do processo educativo. Os nossos alunos em atividades teóricas e em ambiente de prática profissional, nas empresas, tem o suporte para aprender a aprender.(p.7)</p>
Gestão	<p>1. Responsabilidades do Aluno Os alunos farão as leituras pedidas de acordo com o prazo determinado. Os alunos enviarão pelo menos duas mensagens originais e duas respostas. A qualidade dos comentários é mais importante do que a quantidade, por isso é importante estar refletida nas mensagens enviadas. Os alunos identificarão maneiras de encaixar suas metas e seus objetivos de aprendizagem e enviarão uma reflexão sobre seus objetivos de aprendizagem nas primeiras semanas do curso. Os alunos participarão de uma análise de estudo de caso feita em um pequeno grupo colaborativo. Tal análise exigirá a interpretação crítica de um tema relacionado ao curso. Os alunos ou assistirão a um filme ou lerão um livro selecionado de uma lista elaborada pelos próprios alunos e pelo professor relacionada ao conteúdo do curso</p>

	<p>Os alunos usarão as normas técnicas de redação vigentes. Os alunos escreverão uma autoavaliação da aprendizagem, que deverá ser entregue ao professor.</p> <p>2. Responsabilidades do Professor</p> <p>O professor fará com que os alunos se envolvam com a discussão, trazendo-lhes as questões fundamentais das leituras designadas e levantando questões relevantes. O professor dará um retorno às respostas dos alunos e à discussão, a fim de esclarecer ideias e conceitos que se discutem. O professor disponibilizará informações atualizadas sobre assuntos relevantes em vários tópicos de seu interesse. O professor lerá e avaliará criticamente os trabalhos dos alunos em tempo adequado. O professor responderá aos <i>e-mails</i> dos alunos, através do coordenador em um prazo máximo de 72 horas. O professor ainda tem por atribuições: avaliar, por escrito o progresso do aluno. ministrar e monitorar as aulas no ambiente de aprendizagem. utilizar a metodologia de ensino no curso, tendo como base: Debates mediados no fórum do ambiente de EAD. Debates mediados no fórum do ambiente de EAD intercalados com o uso de material didático.</p> <p>3. O Coordenador de Curso deve:</p> <p>Preparar com o corpo docente o projeto pedagógico do curso, incluindo concepção, objetivos, infraestrutura, ementário e bibliografia. Promover reuniões sistemáticas com os docentes para consolidar as ações do curso. Atualizar e revisar conteúdos / referências bibliográficas com a biblioteca, de acordo com o plano de trabalho. Implantar os critérios de avaliação no ambiente de aprendizagem. Atender aos alunos. Orientar e acompanhar o contexto do curso.</p> <p>4. A Escola tem por atribuição:</p> <p>Dar suporte adequado aos docentes. Fomentar a qualidade dos cursos (avaliação de fato e contínua). Fomentar discussões quanto ao processo de ensino e aprendizagem. Investir em tecnologias de informação e comunicação. Prover espaço físico para o atendimento dos alunos. Promover orientações e proximidade com os alunos e acompanhamentos diversos. Atentar para a importância do material impresso (p.10)</p>
--	--

Fonte: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, elaborado pela autora, 2017.

5.4.1.3 Os Planos de Curso

Os Planos de Curso são desenvolvidos para cada curso e estabelecem sua concepção e objetivo de formação de seus egressos. Neta análise documental foram considerados os cursos técnicos ofertados na instituição: Meio Ambiente e Farmácia.

Tendo como base as categorias de pré-análise, pode-se observar que o contexto que compreende os Planos de Curso atende a necessidade de oferta de profissionais na área. Destaca-se que os cursos na modalidade EAD possibilitam, aos alunos, melhor adequação de horários e organização de vida, contribuindo para aproximar aqueles que estão afastados do ambiente escolar.

Elaborados no período em que se definiu pela oferta destas habilitações profissionais, os Planos dos Cursos analisados, apresentam em seus textos, uma organização a partir de módulos e componentes curriculares, incluindo competências e bases tecnológicas. A organização curricular não estabelece pré-requisitos e o percurso é organizado de acordo com o tempo de cada aluno. Sua organização interna se divide em: objetivo do curso, perfil do egresso, organização curricular, de conteúdo, previsão de docentes, carga horária e bibliografia de cada componente curricular.

Após a leitura e compreensão destes documentos, realizo a análise dos conceitos-chave e lógica interna, com base nas categorias de análise, instituição, processos e gestão.

Quadro 23- A lógica interna do plano de curso nas categorias: instituição, processos e gestão.

CATEGORIAS	Documento Planos de Curso:
Instituição	<p>A instituição escolar pretende oferecer metodologias diversas para que todos possam atingir as competências estabelecidas mesmo aqueles com dificuldades de acessar a internet. Há previsão de demanda para 40 vagas anuais.</p> <p>São objetivos do curso técnico desenvolvimento de habilidades, competências e valores que levem o aluno a:</p> <p>a) Desenvolver ações que permitam ao aluno estabelecer critérios técnicos e éticos no campo de trabalho.</p> <p>b) Ensejar reflexões sobre o ingresso e permanência no trabalho através de visitas programadas.</p> <p>c) Oportunizar conhecimentos técnicos científicos que facilitem o respeito com prática de saúde e da coletividade.</p> <p>d) Ressaltar a importância da autodisciplina nos estudos a distância.(p. 9)</p>
Processos	<p>A – Parte presencial:</p> <p>Realizada na Escola abrangendo:</p> <p>Plantões presenciais: o aluno é atendido individualmente por professor do componente curricular no qual deseja orientações, mediante agendamento prévio.</p> <p>Aulas: atendimento feito em pequenos ou grandes grupos. Há divulgação prévia sobre os componentes e os focos a serem trabalhados.</p> <p>Avaliações</p> <p>As avaliações são realizadas nas salas de aula e no laboratório.</p> <p>É necessário respeitar no mínimo, o prazo de 30 dias desde a matrícula</p>

	<p>para que o aluno solicite sua avaliação no componente curricular em que desejar prestar provas.</p> <p>B – Parte a Distância</p> <p>Realizados com o apoio da Escola abrangendo:</p> <p>Atividades de estudo individuais, realizados a distância, com o apoio de material instrucional (Apostilas) e da internet;</p> <p>Plantões tira-dúvidas on-line: comunicação via internet, através do coordenador do curso que servirá de ponte entre o aluno e o professor;</p> <p>Material impresso;</p> <p>Avaliação das atividades no ambiente virtual;</p> <p>Visitas programadas no mercado de trabalho.</p> <p>O Módulo descrito neste Plano e o aluno recebe, quando da matrícula no componente curricular respectivo, material instrucional onde constam as orientações. (p. 14)</p>
Gestão	<p>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM APLICADOS AOS ALUNOS DO CURSO</p> <p>A avaliação do aluno é processo sistemático, contínuo e cumulativo, de acompanhar, assistir e controlar seu crescimento em relação ao produto final desejado.</p> <p>A avaliação abrange aspectos qualitativos e quantitativos incluindo o desenvolvimento de atitudes, competências e habilidades.</p> <p>A expressão dos resultados do aproveitamento do aluno faz-se através de Pareceres Descritivos elaborados pelos professores.</p> <p>O aluno com dificuldade são oferecidos estudos de recuperação, sob a modalidade de atividades de reforço obrigatórias, realizadas em sala de aula, sob a supervisão do professor, nos plantões .</p> <p>Considera-se aprovado o aluno que recebe parecer favorável em seu desempenho, em cada componente curricular.</p> <p>Na avaliação final de Curso o aluno é considerado apto ou não apto em face do perfil de conclusão.</p> <p>O aluno recebe os resultados de seu aproveitamento através do Parecer Descritivo por escrito. As técnicas e os instrumentos utilizados na apuração do aproveitamento do aluno são diversificados a fim de atender as peculiaridades e de permitir uma avaliação adequada às diferentes competências. (p. 8)</p>

Fonte: PLANO DE CURSO, elaborado pela autora, 2017.

O Regimento Escolar e os Planos de Curso destacam a formação do aluno técnico, para inserção no mercado de trabalho, promovendo a capacidade de aprender a aprender, instituído na formação à independência e trabalhando com os princípios de competências e bases tecnológicas. O Projeto Político-Pedagógico considera o aluno como o centro de processo de ensino, provocando a formação pela cidadania, “em que se respeita profundamente a pessoa humana desenvolvendo nela o senso crítico, a ética, o respeito pela mudança de seu meio e o diálogo como fonte principal da educação transformadora”. (Projeto Político Pedagógico, 2013, p.3)

O Regimento Escolar estabelece como organização administrativa pedagógica a Direção, a Coordenação Pedagógica, a Coordenação de Secretaria e demais setores administrativos. Nas atividades da Direção, estão incluídas as atividades de organização, planejamento institucional e relacionamentos com a comunidade escolar, enquanto à Coordenação Pedagógica compete a organização dos cursos, horários dos professores, acompanhamento e orientação aos alunos e docentes.

No Projeto Político Pedagógico os processos estão descritos a partir das responsabilidades dos alunos, professores, coordenação de curso e instituição. No texto, as orientações são técnicas e específicas, indicando para cada um dos atores quais são seus deveres. Para os alunos: frequência nas aulas, realizar as atividades e cumprir com o cronograma. Para os professores: cumprir os conteúdos, realizar avaliações, respeitando o tempo e o processo de cada aluno. Para a Coordenação de Curso: realizar a articulação entre projeto pedagógico e professores, promovendo momentos de reuniões e trocas. Para a instituição: estar à disposição dos alunos, professores, dar suporte técnico e de equipamentos.

Os Planos de Cursos organizam a carga horária presencial e a distância, estabelecendo o que pertence a cada uma e como serão desenvolvidas para dar conta do estabelecido no Projeto Pedagógico da instituição.

Buscou-se identificar, nos documentos analisados, a imersão pedagógica para entendimento de como são conduzidas as ações escolares, descritos na sequência.

No Regimento Escolar interpretei a metodologia escolar como o caminho estabelecido pelo próprio documento: “O que procuramos buscar é uma formação baseada na constituição de competências e habilidades” (Regimento, 2011, p. 3). Na sequência, o documento explicita que tem o aluno como o centro do processo, respeitando suas vivências e limitações.

O Projeto Político Pedagógico determina que o processo de ensino e aprendizagem deve estar alicerçado a partir de linhas norteadoras que são: quem são os alunos, como eles aprendem, a interferência de suas vidas no processo de aprendizagem, dar o suporte para sua aprendizagem, torná-los agentes reflexivos, envolve-los e respeitá-los no processo de ensino aprendizagem, e promover uma melhoria de qualidade de vida.

Nos Planos de Curso, identifiquei o fazer pedagógico no que estabelecem as informações contidas no processo de avaliação, que trazem: “a avaliação do aluno é processo sistemático, contínuo e cumulativo, de acompanhar, assistir e controlar seu crescimento em relação ao produto final desejado”. A instituição trabalha com avaliação por pareceres descritivos e possibilita processos de recuperação, considerando aprovado o aluno que atingir as competências de formação do curso.

5.4.2 O encontro com a Supervisora da EAD

Neste item analiso a entrevista realizada com a supervisora da EAD da instituição privada particular, tendo como estratégia metodológica a análise de conteúdo a partir das categorias: instituição, processos e gestão.

5.4.2.1 A Instituição

A instituição iniciou o processo de organização dos cursos técnicos em EAD no ano de 2013, encaminhando para autorização e funcionamento do curso ao Conselho Estadual de Educação. Os cursos passaram a ser oferecidos em 2014. No momento a Instituição oferta dois cursos técnicos na modalidade EAD.

A missão da instituição, conforme consulta no *site* é “Desenvolver o ser humano tendo como princípios o respeito e a valorização de cada sujeito no seu processo de aprendizagem, proporcionando ao aluno condições de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser”, busca em seus processos o desenvolvimento do sujeito, proporcionando a capacidade estar permanentemente em processo de construção. A missão da instituição aproxima e relaciona com o estabelecido nos documentos institucionais, reforçando o aluno como centro do processo de ensino e aprendizagem.

A escola também trabalha com a política de formação e capacitação dos seus funcionários e docentes, criando assim, um sentimento de acolhida e reconhecimento de seus colaboradores. Conforme a fala da supervisora:

É uma instituição que está sempre proporcionando capacitações, a gente está sempre atualizando o pessoal da assessoria pedagógica, da assessoria de atendimento ao aluno, a gente tá levando para mostrar, o Moodle, para ter a linguagem, saber direcionar o aluno, para quem

direcionar, para terem noção, do que a escola também tem e oferece, é uma escola que está sempre oferecendo internamente e externamente qualificação aos colaboradores.[...] A questão de capacitação, tanto de professor, como de colaborador, é incrível, é a grande diferença, a pessoa se sente valorizada, os profissionais e os colaboradores, e a factum ela tem este olhar em todas as capacitações, isto me encanta, e a mesma orientação eu recebo da direção de ensino, professor merece todo o cuidado, ele não fica a mercê disto ou daquilo, tem treinamento conforme é a orientação da escola. Sabe, isto é muito presente, tanto na gestão administrativa como na gestão de ensino (SEAD, 2017)²¹.

A instituição também se reconhece como instituição EAD, e assim, tem trabalhado e capacitado seus funcionários para um melhor atendimento aos seus alunos.

5.4.2.1.1 A organização e liderança

A instituição se organiza com duas Direções: a Direção de Ensino e a Direção Administrativa, contendo em cada Direção uma diretora responsável.

Cada Direção tem seus setores vinculados. A Direção Pedagógica conta com uma equipe pedagógica, que tem uma Coordenação, e seis Assistentes Pedagógicas que dão o apoio e atendimento aos alunos, secretaria, biblioteca. A Direção Administrativa atua com os setores técnicos: Comercial, Marketing, Financeiro, entre outros.

A Supervisora da EAD está vinculada à equipe pedagógica e conta com as assistentes para a realização de tarefas de cunho burocrático, como a elaboração e fechamento de cadernos. Os cursos técnicos contam com um supervisor pedagógico específico.

Os cursos técnicos em EAD de acordo com o estabelecido na Resolução CEED/RS nº 334 de 28 de janeiro de 2016, 35% desta carga horária acontece presencialmente, a instituição organiza estas carga horária com encontros duas vezes na semana. Para cada componente curricular, há um professor específico com formação pedagógica e técnica do conteúdo do respectivo componente. Os

²¹ No relato da entrevista, a Supervisora da EAD será identificado como SEAD. Após realizada a transcrição, a entrevista foi enviada a supervisora, que corrigiu algumas falas. As descrições e falas utilizadas atendem as correções da supervisora. A formatação em itálico atende as normas do Manual de Normas da ABNT UNISINOS, disponível < <http://www.unisinos.br/biblioteca/servicos-e-recursos>> acesso em 07/12/2017.

professores, alunos e supervisão da EAD utilizam o mesmo ambiente virtual (Moodle). A Supervisão tem acesso a todo o material postado no ambiente.

5.4.2.2 Os processos

A instituição trabalha de forma colaborativa entre as Direções e, conseqüentemente, entre os setores. A Direção de Ensino é ativa nos processos da instituição, e mesmo a Direção Administrativa procura estabelecer uma proximidade com os processos de cunho pedagógico, relacionando e interagindo diariamente com os funcionários.

[...] a Direção Administrativa compactua com tudo, mas as questões que eu participo são ligadas ao pedagógico, nesta questão do EAD, da gestão, a gente sempre tem suporte tanto da direção de ensino quanto da administrativa. E a Direção Administrativa, sempre muito presente, qualquer tipo de modalidade da escola, sempre inserida, todos os contextos que eu estive participando a direção administrativa sempre esteve. (SEAD, 2017)

Conforme a fala da supervisora, este clima proporciona um ambiente acolhedor e de construção contínua. O processo de escuta e de retorno aparece em destaque, como forma de melhoria, tendo o funcionário como participante do processo.

Outra coisa que é bem interessante, que eu percebo, tanto a direção administrativa, quanto a de ensino, leva muito em consideração, o que o colaborador coloca. No meu caso, na EAD, a Direção Administrativa questiona sobre pontos positivos e negativos do processo e pede sugestões de melhorias. Somos ativos neste sentido. Eu acho isto superimportante, então eles estão sempre te questionando para ver como está o processo, o que pode melhorar, sabe?! Esta questão eu acho muito dinâmica, eu acho que a coisa dá certo justamente por isto, por esta proximidade. (SEAD, 2017)

O planejamento anual de oferta de cursos dessa instituição de ensino também acontece de maneira colaborativa. Conforme depoimento da supervisora, a partir da escuta dos envolvidos, desde o setor de comercial - pela procura dos cursos -, o planejamento vai se desenhando e envolvendo o trabalho coletivo dos setores.

[...] a gente participa, do processo, este termômetro, todo é feito, ali no comercial, entende. Daí, daqui a pouco a procura, vamos abrir tal curso, vamos disponibilizar disciplina neste curso. Por exemplo, a segurança é um curso que a gente começou este ano. Então, a gente fica por dentro antecipadamente, a gente também se comunica, com o pessoal do comercial, a gente tem um curso muito forte que é a farmácia, sempre foi um curso muito forte em EAD. Mas a segurança também tá apresentando muita procura, muito predominante assim, de começo. Mas a gente participa também. (SEAD, 2017)

Os processos da instituição são organizados de acordo com as atribuições e responsabilidades de cada área. Porém, em seu depoimento, a supervisora destaca que há uma cultura colaborativa entre os setores, que é sentida desde as Direções.

O cronograma dos cursos é organizado pela equipe pedagógica em parceria com a supervisão de EAD. A equipe se envolve pelo fato de realizarem todo o cronograma da instituição, carga horária e disponibilidade dos professores. A supervisão da EAD acompanha para a criação do curso, disciplina, cadastro de professores e alunos no AVA.

5.4.2.3 A gestão

Para melhor organização da categoria de gestão, os excertos que representam a atuação do coordenador foram divididos em duas subcategorias: do perfil- onde aparecem informações quanto ao coordenador, sua formação, sua atuação, e percepção quanto a gestão dos cursos técnicos EAD; e a subcategoria: das atividades da EAD, onde apresento as atividades desenvolvidas pelo coordenador.

5.4.2.3.1 O Perfil

A supervisora da EAD iniciou as atividades na instituição quando foi contratada para realizar uma formação com os professores que estavam alocados para trabalhar com os cursos técnicos EAD. Hoje, atua como supervisora da EAD e tem uma carga horária de quatro horas semanais presenciais e oito horas semanais a distância, destinadas para apoio técnico e atendimento a alunos e professores no ambiente virtual.

Formada em Pedagogia e com duas especializações, uma em Orientação, Supervisão e Administração Escolar, e outra, em Saúde Mental. Sua atuação profissional se restringe a área educacional, uma vez que já atuou como professora, como coordenadora pedagógica de cursos técnicos presenciais e EAD e como tutora de cursos superiores em Pedagogia na modalidade a distância. Conforme seu relato, considera-se “apaixonada” pela EAD e pela imensidão de possibilidades que existe nessa modalidade, seja pela interação ou pelas possibilidades de criação, e preocupa-se com o processo de ensino e acompanhamento de alunos e professores.

5.4.2.3.2 As atividades da gestão

As atividades da supervisora entrevistada são: acompanhar o Ambiente Virtual de Aprendizagem, realizar atendimento a alunos e dar orientação e capacitação aos professores.

Sempre que um novo componente curricular se inicia, a supervisora procura o professor responsável para marcar um encontro e retomar as questões técnicas do AVA, lembrando sobre o funcionamento da EAD, prazos e demais cronogramas a serem cumpridos. Durante o andamento do componente curricular, acompanha as atividades postadas pelos professores e o acesso e frequência dos alunos no ambiente virtual.

No início de cada ano letivo é realizada uma capacitação maior envolvendo todos os professores. A supervisora acompanha, de forma próxima, o trabalho dos docentes e todas as situações são relatadas à Direção de Ensino. Quando necessário, se solicita a contratação de mais professor e acompanha o processo de seleção. Para a supervisora, isso é imprescindível pois nem todos os professores tem perfil para trabalhar com Educação a Distância.

[...] tu tem que ter uma proximidade muito grande com teu professor, porque os professores do curso técnico, por exemplo, professores da Farmácia são pessoas que trabalham também em hospitais, da segurança são engenheiros, pessoas com outras atividades, neste sentido o supervisor de EAD precisa estar à disposição do professor, e a proximidade com os alunos.(SEAD, 2017)

A afirmativa da supervisora é pertinente ao contexto da atuação da supervisão de cursos técnicos, uma vez que estes são profissionais diversos, oriundos de outras áreas do conhecimento diferente da educação, o que justifica um acompanhamento constante, uma vez que o professor está imerso no processo de ensino e aprendizagem.

Além do acompanhamento do professor, na fala da supervisora, há também o acompanhamento dos alunos. A supervisora relata sobre a diversidade entre eles, onde muitos não conhecem ou não tem acesso à internet, e da necessidade de um acompanhamento maior dos alunos no apoio técnico do sistema. Além do acompanhamento ao aluno, a supervisora relata ainda, a seriedade do ensino nesta modalidade. O aluno é orientado, desde seu ingresso, sobre a importância e a obrigatoriedade da realização das atividades no ambiente virtual; e para que possa ter esta cobrança, a supervisão faz todo um acompanhamento pedagógico.

[...] se tratando da plataforma a gente sempre deixa muito claro, que existe um controle, temos a opção de saber, quem acessou que horário o que fez, então fica muito claro, e assim, os alunos não precisam ter dúvida, não precisam ficar inseguros, é só solicitar o número de apoio que vai ser resolvido o problema, e assim a gente vem conseguindo, com este suporte, ficar mais próximo do aluno a distância, isso fideliza o aluno. Ele tem que saber que tem o apoio. É complicado, né Ana, tem gente ali com a idade mais avançada, que tu tem que às vezes ter a sensibilidade de perceber, tem pessoas que às vezes, tem que sentar até perto, e como é neste formato EAD. Então a gente vai criando assim possibilidades para que aquele aluno não se desentusiasme. Daí eu vou ali, consigo resolver, ter isto muito presente.(SEAD, 2017)

Quando se percebe alguma dificuldade no processo de aprendizagem, a supervisora trabalha em conjunto com a equipe pedagógica, na busca de evitar qualquer tipo de reprovação. Para a supervisora, o acompanhamento constante do aluno é imprescindível nesta modalidade de ensino.

[...] eu admiro a EAD, a plataforma, sabe esta questão toda, como se dá, a gente vê muito, uma realidade de gente que estava fora da escola, e está no mercado de trabalho, precisa se qualificar e não tem condição, de permanecer num curso oferecido na modalidade presencial, e hoje com esta oferta de EAD, estas pessoas estão conseguindo, conquistar sua qualificação, só por conta deste formato. E são vários casos de pessoas que dizem, se eu tivesse que vir de segunda a sexta, eu não conseguiria, entende?! Então eu, acho que isto ai é uma das coisas que é um

diferencial fortíssimo que vai manter o EAD, porque a gente vive isto, diariamente neste formato. (SEAD, 2017)

Outro diferencial apontado pela supervisora é o perfil do aluno dessa modalidade de ensino. Geralmente é um aluno trabalhador que encontra nesta modalidade uma possibilidade de qualificação para o mercado de trabalho. Ao ser questionada sobre as dificuldades que encontra em seu trabalho, a supervisora destaca o preconceito que existe sobre a EAD e a importância da instituição acreditar neste formato.

Mas dificuldade, eu acho que é mais vencer, seguir nesta luta de vencer a questão do preconceito, e eu acho que a gente consegue. Eu vejo nosso exemplo, no momento que tu oferece este formato, que a instituição oferece este formato, com credibilidade, com responsabilidade, com cobrança, entende?! Na nossa instituição, a orientação que eu tenho é esta, o aluno precisa de frequência, o aluno precisa de média, isto é colocado, num primeiro momento de aula, isto é deixado muito claro para os alunos. O acesso de vocês, e o retorno a solicitação de professores, via plataforma é importante, da mesma forma que o encontro presencial. Da mesma forma que a atividade presencial, e isso é muito presente para eles. Então assim, tu vê pela maneira que os alunos te procuram, pelo “amor de Deus”, eu não consegui acessar, o que eu que eu faço, sabe?! Então tu percebe que existe este senso, que a Instituição conseguiu vincular, este senso de responsabilidade, de qualidade no EAD. (SEAD, 2017)

A partir do relato supervisora, percebe-se que o acompanhamento que fornece visa a qualidade do ensino e da formação técnica nos cursos nesta modalidade. Conforme os documentos já apontavam, o aluno é o centro do processo, e assim, reflete na instituição, na organização e lideranças, nos processos e na gestão. Como a supervisora tem formação na área pedagógica, e longa experiência, torna-se visível que seu olhar sobre a Supervisão da EAD tem um caráter educador, disciplinador e formador do aluno. A atuação e o destaque para a gestão pedagógica ficam mais explícitos na prática do que nos documentos.

5.5 Das conclusões e impressões

As instituições pesquisadas trabalham em formatos distintos: uma no formato de polos - sendo uma das unidades e a outra como instituição única.

A instituição do Sistema S tem total autonomia na regulamentação de seus processos e documentos, já a instituição privada particular necessita de autorização do Conselho Estadual de Educação.

As instituições funcionam como organizações educativas, que conforme Lima (2001) “a escola é entendida como organização educativa complexa e multifacetada” (p. 10). A ideia de organização remete a uma forma ordenada e estruturada de planejar uma ação e ter condições de efetivá-la. Assim, a escola como organização educativa tem princípios e procedimentos que estão relacionados à ação de coordenar todos os envolvidos no processo educativo, tendo em vista atingir aos objetivos e preferências a que se propõe (LIMA, 2001). Este olhar foi percebido em ambas instituições, envolvendo seu grupo de funcionários para participarem dos processos, do planejamento e das ações, fazendo com que se sintam participantes de todo o processo e estejam diretamente envolvidos nos resultados.

Considerando as análises de Lima (2001) predominam, nas instituições pesquisadas, a existência dos dois modelos: burocrática e anárquica. “A escola não será, exclusivamente, burocrática ou anárquica. Mas não sendo exclusivamente uma coisa ou a outra poderá ser simultaneamente as duas” (LIMA, 2001, p. 47). Em ambas instituições analisadas identifiquei os dois formatos. Na instituição do Sistema S ficam mais evidentes, nas atividades do coordenador com relação às demandas burocráticas, pois há processos e uma ordem que deve ser seguida. Ainda conforme os relatos, as demandas burocráticas se evidenciam em relação às demandas de atendimento dos alunos. Porém, em alguns momentos, o coordenador destaca a resolução de problemas, de forma que os processos burocráticos não dão conta. Na instituição privada particular, as atividades da supervisora são mais evidentes num modelo de atendimento do objetivo, sem seguimento de processos burocráticos; dessa forma, a gestão se aproxima mais de um modelo anárquico, entretanto, a instituição tem uma lógica organizacional de processos e demandas.

Das naturezas, seguidas por Morgan (1996), há semelhanças com a metáfora das organizações como organismos, “[...] a administração das organizações com frequência pode ser melhorada por meio da atenção sistemática das ‘necessidades’ que precisam ser satisfeitas, caso a organização precise sobreviver”. (MORGAN, 1996, p. 75). A fala dos entrevistados mostra a satisfação por participarem dos processos e, também, exaltam a importância dos processos de capacitação e

formação que recebem das instituições. Assim como as análises de Lima (2011), não é possível restringirmos as instituições em apenas uma metáfora, pois ora se assemelham a máquinas, pela forma que organizam seus processos e tarefas, em outros momentos metáfora das redes sociais e cultura, pela forma que implementam a sua cultura organizacional e a forma em que seus funcionários assumem a postura e comportamento da empresa.

A organização e lideranças da instituição são parecidas. A instituição do Sistema S conta com uma Direção da unidade, que responde tanto pelas questões pedagógicas como administrativas. Ela tem setores de apoio que são divididos em duas estruturas: Setores Pedagógicos e Setores Administrativos. O coordenador da EAD visualiza sua atuação como de Administrativo, porém, entende que as demandas referentes a alunos e professores devem ser tratadas com o Setor Pedagógico.

Como mencionado anteriormente, a instituição privada particular tem duas Direções: uma de Ensino e outra Administrativa. Ambas contam com apoio de setores técnicos administrativos. A Supervisora da EAD está vinculada à equipe pedagógica da instituição.

Os processos das instituições se distinguem pelo formato de polo e unidade única. Na instituição do Sistema S, o coordenador da EAD não tem acesso ao ambiente virtual do aluno, nem ao planejamento e conteúdo das aulas. Toda a organização é realizada pela sede da instituição. Na unidade há um professor, que tem um papel de tutor do processo de ensino, onde executa as aulas planejadas, seguindo roteiros estabelecidos previamente. Quanto ao planejamento dos cursos a serem ofertados, o coordenador participa do processo junto com a Direção da unidade. Também, para as atividades do cotidiano da unidade, há reuniões e planejamentos com a Direção.

Na instituição privada particular, a equipe pedagógica realiza todo o processo de planejamento, cronograma das aulas e, junto dos professores, realiza o plano de estudos de cada uma das disciplinas. A supervisora da EAD acompanha este processo, mas não restringe suas atividades nas questões de cunho burocrático.

Ao analisar o perfil do coordenador e da supervisora das instituições, percebe-se diferenças pontuais. O coordenador da instituição do Sistema S tem formação em Meio Ambiente com especializações na mesma área e tem experiência

profissional na área de Gestão da Indústria. A supervisora da EAD da instituição privada é formada em Pedagogia, com habilitação em Supervisão Escolar e outras especializações na área. Possui bastante experiência (desde 1999) na área da educação, atuando em diferentes funções do contexto escolar. A diferença da formação e áreas de atuação dos entrevistados fica evidente na forma como se veem e como desenvolvem suas atividades frente a EAD.

Ao falar da gestão, é perceptível a influência do gerencialismo em ambas instituições, no que tange a invasão de processos empresariais e na forma como lidam com seus processos. Na gestão da instituição do Sistema S isso ficou mais evidente, possivelmente pela formação do gestor ser na área de Meio Ambiente e, em consequência disso, sua atuação e experiência profissional tendem a ser da área industrial. Em uma de suas falas, menciona expressões como “a gestão por excelência”, “o cumprimento da missão”, além de instrumentos administrativos como PCDA, que é uma ferramenta de gestão que tem como objetivo promover a melhoria contínua dos processos por meio de um circuito de quatro ações: Planejar (plan), Fazer (do), Checar (check) e Agir (act), por isso PCDA. As responsabilidades do coordenador envolvem o atendimento ao aluno e ao professor, mas estão voltadas ao apoio técnico e de escuta que, muitas vezes, limita seu poder de resolução, por ser uma das unidades de ensino, que depende da operacionalização da sede. A ele também são determinadas metas e seu compromisso é com “venda” e “pós-venda”.

Na instituição privada particular, a supervisora não se envolve com metas nem planejamentos e processos de cunho burocrático. Seu compromisso é com o acompanhamento de alunos e professores, visando garantir que o processo de ensino aconteça no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Com formação na área de educação, não ficou evidente a influência gerencialista na instituição em seus relatos, possivelmente por não se envolver tanto nesses processos. Entretanto, em uma de suas falas, aparece a expressão “fidelização do aluno”. Conforme Shiroma,

[...] o gerencialismo tende também a modificar a seleção dos vocábulos que os profissionais empregam para discutir a mudança. Eficiência, competência, qualidade total, inovação, cultura organizacional, empreendedorismo, gerência, liderança, entre outros, são termos transplantados do vocabulário da administração de empresas para a educação. Essa absorção de conceitos influencia não só a a linguagem mas, fundamentalmente a prática.(SHIROMA, 2003, p.78).

Em resumo, a concepção gerencialista na educação busca atribuir ao gestor educacional a responsabilidade de gerir os casos e os acasos, as emoções, os conflitos, as crises e o caos (SHIROMA; CAMPOS, *in* FELDFEBER, 2006, p.227). Nesta visão percebe-se o discurso pedagógico sendo conduzido por um discurso gerencial no âmbito educacional e tendo como objetivo o pensamento para a solução dos problemas da educação e, nesta direção o debate político é secundarizado e o discurso técnico é exaltado:

É linear e orientado para um pensamento único. Preocupa-se com metas e planos mais que com intenções e julgamentos. Refere-se a ação mais que a reflexão. Concentra-se em análises mais que em sínteses. Estabelece fronteiras entre políticas e fornecimento, estratégia e implementação, pensamento e ação. (CLARKE; NEWMAN, 1996, p. 148).

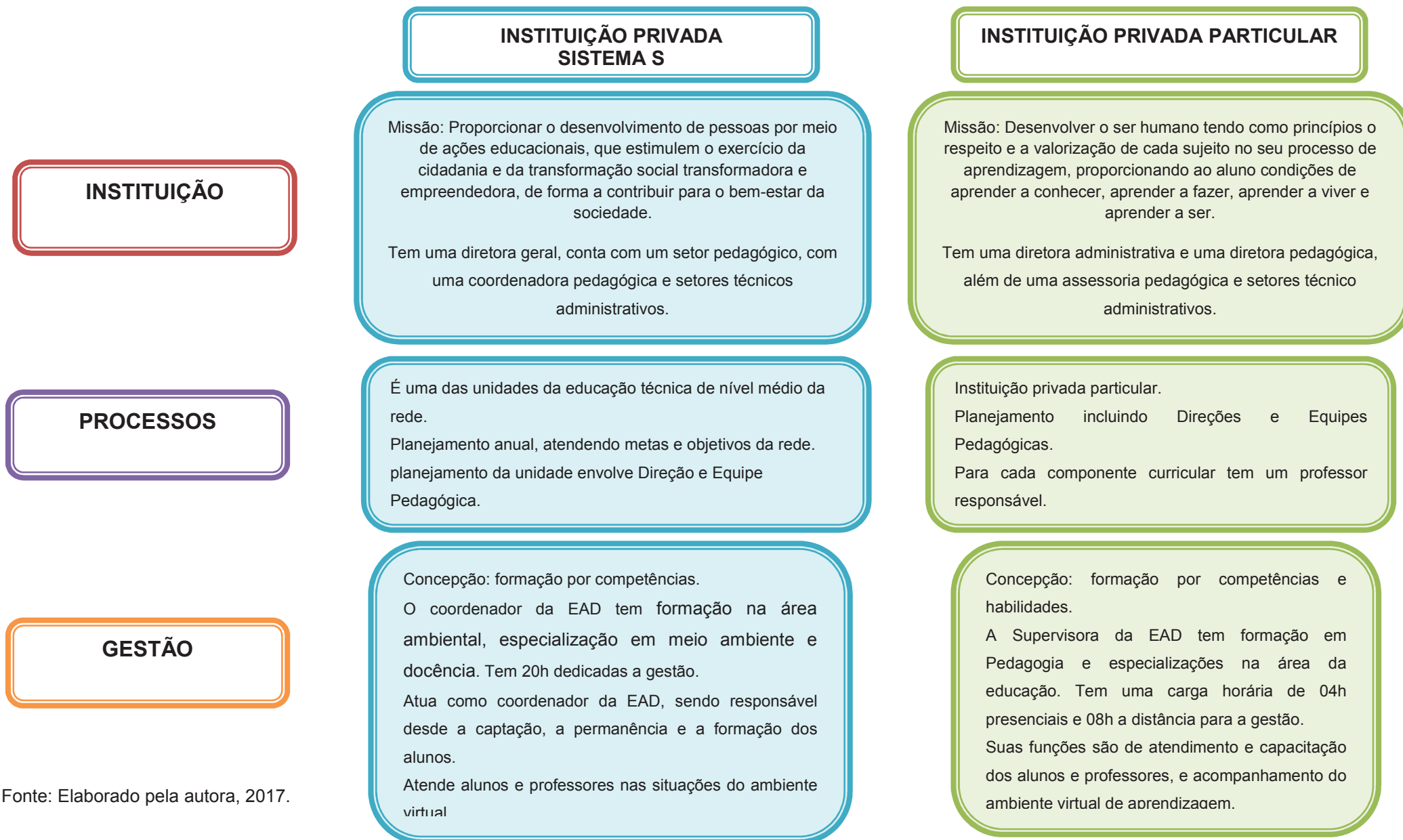
Os documentos institucionais também fazem refletir sobre a prática das instituições. Nos documentos institucionais do Sistema S, além da formação para o trabalho a instituição propõe “a preparação para a cidadania, para continuar aprendendo, mesmo depois de sair da escola, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas situações e aperfeiçoamentos posteriores” (Projeto Político Pedagógico, 2011, p. 28). Nos documentos institucionais da escola privada particular o enfoque está voltado à formação para o mercado de trabalho e “respeita profundamente a pessoa humana desenvolvendo nela o senso crítico, a ética, o respeito pela mudança de seu meio e o diálogo como fonte principal da educação transformadora, tendo o processo de aprendizagem como centro do processo.” (Projeto Pedagógico, 2013, p. 15). Principalmente nos Projetos Pedagógicos das instituições há indicação de uma formação que contempla a formação integral do sujeito, não somente técnica.

Por outro lado, nos Planos de Curso encontramos organizações curriculares por módulos, divididos em componentes curriculares, trabalhando com os princípios de habilidade e competência; também, preveem formações intermediárias de acordo com a conclusão do curso. Se percebe, nos documentos analisados, todas as diretrizes do “aprender a aprender”, da responsabilização do indivíduo de estar sempre em constante movimento, se aperfeiçoando e sendo capaz de se reinventar, representando a influência das concepções neoliberais. Claro que a educação técnica deve formar o aluno dando condições de sobreviver num mercado competitivo, entretanto, deve preparar o aluno para uma construção crítica de

mundo, alguém pensante, que possa contribuir, questionar e não ser um mero reprodutor de tarefas.

Com estas reflexões e análise das instituições pedagógicas, retornando ao objetivo deste capítulo, de identificar a expressividade da gestão pedagógica nos processos, na organização e nas lideranças da gestão escolar, posso concluir que a gestão pedagógica existe independente da concepção de ensino e formação. Ela atravessa os processos, a organização e a gestão escolar das instituições, mas é pouco explorada em comparação aos processos burocráticos e administrativos que são destacadas nos depoimentos dos entrevistados. A seguir, para a conclusão do capítulo, apresento um mapa síntese dos resultados.

Figura 9- Mapa síntese da análise das Instituições escolares pesquisadas.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a escrita dessa dissertação, retomo os objetivos propostos inicialmente nesta pesquisa, sem a pretensão de concluí-los, mas sim, refletir sobre os resultados encontrados, para que, dessa forma, possam ser pensadas novas possibilidades de investigações. Falar sobre a gestão pedagógica, para mim, é mais do que a escolha de uma temática, é a forma de enaltecer os valores de uma educação justa e qualidade. Durante a escrita, em diversos momentos, retomei a importância de falar da gestão pedagógica em todos os níveis e modalidades, ainda diante do cenário em que vivemos, em uma sociedade organizada por influências neoliberais, como forma de resistência e luta desta invasão nas instituições escolares.

A escolha pela investigação em cursos técnicos na modalidade a distância se fez devido a minha atuação enquanto coordenadora de uma escola técnica e, também, pela preocupação com os valores mercadológicos que sobressaem as questões pedagógicas em muitas instituições escolares. Uma das percepções que justifica minha inquietação, é o fato de não haver, até então, produções acadêmicas que discutam a gestão pedagógica em cursos técnicos no formato EAD. Também, sobre as bases legais que regulamentam a oferta, para avaliar se dão conta de processos operacionais e das diretrizes pedagógicas para o funcionamento do ensino técnico neste formato.

A questão norteadora da pesquisa “Como se expressa a gestão pedagógica nos cursos técnicos a distância em instituições escolares privadas do RS?” que determinou o delinear investigativo desta pesquisa, se estruturou num objetivo geral: analisar a(s) expressa(ões) da gestão pedagógica nos cursos técnicos a distância em instituições escolares privadas do RS, e este, foi desdobrado em objetivos específicos, que a partir deste momento, contribuo com reflexões dos resultados.

a) Mapear a representatividade e impactos da oferta e matrícula nos cursos técnicos a distância no Estado do Rio Grande do Sul:

O processo de mapeamento das matrículas nos cursos técnicos na modalidade a distância teve como base os dados obtidos no Censo da Educação Básica Brasileira, disponibilizados pela Secretaria de Educação do Estado do RS e em consulta ao *site* do SISTEC.

Os dados demonstraram que a oferta desses cursos ainda ocorre de forma tímida, com um declínio de 2015 para o ano de 2016. Entretanto, a diminuição ocorreu na rede pública. Percebeu-se que as matrículas na rede pública estão concentradas em regiões do interior do estado, e voltadas para a oferta de cursos da área de desenvolvimento humano e cultural.

As instituições que mais ofertam estes cursos são instituições privadas do Sistema S e privadas particulares. O número de matrículas das instituições privadas aumentou do ano de 2015 para 2016. A grande concentração de oferta e matrículas está nas cidades de Porto Alegre, Canoas e Novo Hamburgo. A rede de escolas do Sistema S (Senac) detém as matrículas nas unidades da rede. Os cursos ofertados pelas instituições privadas estão voltados para a área de negócios, segurança e processos industriais. O curso com mais alunos matriculados é o de Segurança do Trabalho e o com mais ofertas é de Administração.

Pelos resultados encontrados há uma tendência de esta modalidade, neste formato de ensino, estar promovendo um novo mercado educacional com possibilidade de expansão. Esta percepção se dá pelo fato de perceber que a oferta maior acontece em grandes centros urbanos, com e pelo aumento de matrículas estarem ocorrendo em instituições privadas. Entretanto, isto não apresenta como se dá o processo pedagógico, o que foi investigado a partir dos próximos objetivos.

b) Descrever a(s) concepção(ões) da gestão pedagógica nos documentos legais nacionais e do Estado do RS, nas instituições escolares e nas produções acadêmicas dos cursos técnicos na modalidade a distância.

Para o cumprimento deste objetivo foram necessários dois processos investigativos: um sobre as legislações que regulamentam a oferta, e outro, a partir de uma revisão da literatura.

A análise documental das legislações teve como base os seguintes documentos: Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004, que estabelece e regulamento a educação profissional no sistema de ensino brasileiro; a Resolução CNE nº 1, de 2 de fevereiro de 2016, a nível nacional, e a Resolução CEED/RS nº 334 de 28 de janeiro de 2016, do Estado do Rio Grande do Sul, que regulamenta o ensino técnico na modalidade a distância.

Para a análise das bases legais, foi necessário realizar um mapa de todas as legislações que complementam, atravessam e estabelecem orientações que

interferem no ensino técnico presencial e a distância. O decreto que trata da educação profissional não discute a possibilidade de a oferta ocorrer a distância e conduz para as diretrizes da educação profissional as orientações pedagógicas quanto ao ensino técnico. As diretrizes também não discutem a modalidade a distância. As legislações que tratam do ensino técnico a distância são normativas e operacionais, determinam responsabilidades e processos e não há uma discussão pedagógica. Em nenhum documento legal estudado se estabelece a finalidade do ensino técnico na modalidade a distância.

Para cumprir com o objetivo desta análise, foi realizada a leitura de diversos documentos complementares, os quais contribuíram para o entendimento de que a oferta destes cursos ocorre de acordo com cada instituição. As instituições privadas necessitam da aprovação dos Conselhos Estaduais de Educação, com base nas legislações vigentes. É cabível questionar se os avaliadores depreendem de tempo para a leitura de todos os documentos complementares, como é preciso compreender que a análise acontece carregada de influências do contexto em que vivem. Já as instituições do Sistema S e os Institutos Federais tem a autonomia de oferta e aprovação de seus cursos. Diferente dos demais níveis de ensino, não existe um sistema de avaliação que estabelece requisitos de qualidade da oferta destes cursos.

Quanto às produções acadêmicas, não foram encontradas, até o momento, produções que discutem o pedagógico nas instituições que ofertam cursos técnicos na modalidade a distância. A partir de uma ampla busca, sem restringir ano nem área de publicação, minhas argumentações foram sustentadas. A área da educação, quando discute os temas que envolvem a temática, se detém na formação de professores, para os materiais didáticos, para programas e projetos da educação profissional; poucos autores arriscam a discutir sobre gestão, e quando a discutem, se referem às atividades burocráticas dos diretores escolares.

As demais áreas, em destaque da Administração e Engenharia da Produção e Conhecimento, evidenciam a discussão da gestão das instituições. Como carregam o contexto da área em que atuam, propõem exemplos e modelos de gestão a partir de princípios empresariais. Dessa forma, nessas produções acadêmicas, a gestão pedagógica é diminuída a discussões de cunho burocrático e administrativo. Mesmo discutindo os atores e materiais que possibilitam o processo de ensino

aprendizagem, não se expande a um nível da gestão, como se estes processos fossem autônomos e desvinculados da concepção pedagógica da instituição escolar.

Após a análise mais ampla, se fez a análise da prática das instituições escolares a partir do objetivo C.

c) Identificar a expressividade da gestão pedagógica nos processos, na organização e nas lideranças da gestão escolar.

As duas instituições investigadas, uma privada do Sistema S e uma particular, têm organizações e formatos de cursos e currículos diferentes.

A análise foi realizada com base nos documentos legais institucionais consultados e nas entrevistas realizadas com o coordenador da EAD, na instituição do Sistema S, e com a Supervisora da EAD, na instituição particular.

Na instituição do Sistema S, as atividades do coordenador estão focadas em atingir metas, alcançar resultados e em manter o aluno na instituição. Suas ações, por vezes, são limitadas, devido ao fato da instituição ser uma das unidades da rede de ensino. Na instituição particular as atividades da supervisora estão voltadas ao acompanhamento dos professores e alunos, sem se envolver com metas e planejamentos.

As duas instituições têm, em suas concepções, a formação a partir de bases tecnológicas, de acordo com a base legal nacional. As concepções gerencialistas da educação – manifestadas com a introdução de terminologias como metas, resultados, eficiência, produtividade – estão presentes em ambas instituições, mas são mais evidentes na instituição do Sistema S. Um dos resultados mais impactantes foi perceber a naturalidade como estes processos acontecem e como estão imersos na forma de gestão dos cursos técnicos EAD.

Ao refletir sobre todos estes resultados, se evidencia a necessidade de promover discussões e pesquisas em modalidades e formatos de ensino diferenciados. O sistema econômico e político, que atravessa o sistema de ensino, prevê a expansão de instituições que tenham o intuito de promover negócios lucrativos; mas, não podemos deixar que anulem o processo pedagógico, como garantia de uma formação de qualidade que promova uma educação justa.

Os dados de matrícula demonstram que as instituições privadas encontraram nesta modalidade e oferta de ensino um novo mercado lucrativo, tanto que sua oferta e matrícula estão concentradas nos grandes centros urbanos, diferente do

que a Educação a Distância prevê. A legislação nacional e do Estado do RS permitem e favorecem este negócio educativo, uma vez que não estabelecem normas e regras que permitem um acompanhamento da forma que estes cursos são ofertados e oferecidos aos alunos. As produções acadêmicas da área da educação não discutem esta modalidade e oferta de ensino, o que permite que outras áreas do conhecimento criem modelos de gestão da educação. Já na prática das instituições escolares o esvaziamento pedagógico é presente e em destaque. Enquanto pesquisadora da área da educação considero estes caminhos perigosos e entendo como emergente a criação de espaços de discussão da atuação pedagógica em todos os níveis e modalidades de ensino. Não sou contrária a oferta destes cursos, mas sim, a sobreposição do administrativo em detrimento do pedagógico, esquecendo dos objetivos de uma instituição de ensino criando somente um negócio lucrativo.

O pedagógico está presente nas instituições de ensino, mas, a partir dos resultados, percebi que ele é esvaziado e reduzido a um setor ou departamento dentro das instituições. As influências mercadológicas e gerencialistas estão presentes nas legislações, nas produções acadêmicas, nos documentos institucionais e entrevistas, onde o burocrático administrativo é muito mais evidente do que as questões de cunho pedagógico, ratificando o que os dados de matrículas demonstraram no mapeamento desta modalidade e oferta de ensino.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional.** Educação & Sociedade, nº 75, 2001.

ARROYO, Miguel G. **Políticas Educacionais e Desigualdades: À Procura de novos significados.** Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. **Reestruturação produtiva reforma administrativa do estado e gestão da educação.** Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1139-1166, set./dez. 2009.

BALL, Stephen J. **Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação.** Currículo sem Fronteiras, v.1, n.2, pp.99-116, Jul/Dez 2001.

BALL, Stephen. **Educação global S.A. Novas redes políticas e o imaginário neoliberal.** Trad. de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BELLONI, Maria L. **Educação a distância.** 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

BOTO, Carloto. **A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos.** Educação e Sociedade- Revista de Ciência da Educação- volume 26- Número especial 92, São Paulo: Cortez, Campinas: Cedes, 2005, p. 777 a 798.

BRASIL. **Decreto-lei no 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm> Acesso em 09 de junho de 2016.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CAMARA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução nº 3, de 9 de julho de 2008.** Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003_08.pdf> Acesso em 22 de fevereiro de 2017.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CAMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução CEB n.º 4, de 8 de dezembro de 1999.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_99.pdf> Acesso em 21 de outubro de 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Decreto Nº 2.208 de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal Nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases

da Educação Nacional. 1997. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em 13 de janeiro de 2017.

_____. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em 13 de janeiro de 2017.

_____. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>, Acesso em 22 de setembro de 2016.

_____. **Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109743/decreto-5622-05>>. Acesso em 09 de junho de 2016.

_____. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5840-13-julho-2006-544587-norma-pe.html>>. Acesso em 20 de agosto de 2016.

_____. **Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm> Acesso em 13 de janeiro de 2017.

_____. **Decreto nº 7.566, de 23 de Setembro de 1909.** Crêa nas capitães dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-norma-pe.html>> Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

_____. **Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.** Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

_____. **Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943.** Lei Orgânica do Ensino Comercial. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

_____. **Decreto-lei no 4.048, de 22 de janeiro de 1942.** Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm>. Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >. Acesso em 13 de fevereiro de 2017.

_____. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm> Acesso em 13 de janeiro de 2017.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

_____. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e no 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm> Acesso em 13 de janeiro de 2017.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em 13 de janeiro de 2017.

_____. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Presidência da República, 1996.

_____. **Lei nº 7.044, de 18 de Outubro de 1982.** Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044.htm> Acesso em 15 de outubro de 2016.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CAMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução nº 1, de 2 de fevereiro de 2016.** Define Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=33151-resolucao-ceb-n1-fevereiro-2016-pdf&category_slug=fevereiro-2016-pdf&Itemid=30192> Acesso em 22 de fevereiro de 2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 3, de 30 de setembro de 2009.** Dispõe sobre a instituição Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), em substituição ao Cadastro Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT), definido pela Resolução CNE/CEB nº 4/99. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb003_09.pdf>. Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 14/2009, aprovado em 1º de julho de 2009.** Proposta de instituição do SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb014_09.pdf> Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

_____. **Resolução n.º 2, de 27 de janeiro de 1972.** Fixa os mínimos a serem exigidos em cada habilitação profissional (ou conjunto de habilitações afins), no ensino de 2.º grau. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-norma-pe.html>> Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

_____. **Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 2005.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_05.pdf>. Acesso em 22 de setembro de 2016.

_____. SENADO FEDERAL. **Medida provisória nº 746, de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo

Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em

<<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126992>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2017.

_____. SENADO FEDERAL. **Proposta de emenda à constituição nº 55, de 2016 - pec do teto dos gastos públicos.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2017.

_____. LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>> Acesso em 27/12/2017.

_____. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm>. Acesso em 28/12/2017.

BRISTOT, Vilmar Menegon. **Desenvolvimento de um modelo de gestão educacional de avaliação aplicado no Ensino Médio técnico voltado a melhoria da qualidade da indústria de conformação de cerâmica.** Tese (Doutorado em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

CANALI, Heloisa. **A Trajetória da Educação Profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio a Educação Profissional.** In: Trabalho e Educação Profissional: O papel da de Aplicação da UFPA como Certificado da Qualificação Profissional na Amazônia Paraense. Disponível em <<http://www.portal.fae.ufmg.br/simposinete/sites/default/files/CANALI, Heloisa.pdf>>., Acesso em 22 de fevereiro de 2017. 2010.

CELLARD, André. **A análise documental.** In: POUPART, Jean [et al]. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008, p. 295-315.

CELLARD, André. **A análise documental.** In: POUPART, Jean [et al]. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008, p. 295-315.

ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres.** Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012 .

CLARKE, John, NEWMAN, Janet. **The Managerial State: power, politics and ideology in remaking of social welfare.** London: SAGE, 1997. (traduzido)

CORAZZA, Sandra Mara. **Labirintos da pesquisa.** In: COSTA, Maria V. (Org.). Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 105-131.

CORSETTI, Berenice. **Políticas Educacionais no Cenário Contemporâneo**. In: CORSETTI, Berenice (org). Avaliação da educação: gestão democrática e indicadores de qualidade: um estudo de caso no município de Novo Hamburgo. São Leopoldo: Casa Leina, 2015.

COSTA, Elisângela André da Silva; LIMA, Maria Socorro Lucena; LEITE, Maria Cleide da Silva Ribeiro. **A construção da profissionalidade do gestor escolar: Concepções e práticas**. RBPAE, v. 31,n1, p.65-84 jan/abril 2015.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

ERICEIRA, Júlio Augusto Mendes. **Colegiado escolar: espaço democrático nas escolas do ensino médio da rede pública estadual em São Luís do Maranhão - 2007 a 2010**. 2015. 283 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO . **Resolução CEED/RS Nº 300, de 15 de julho de 2009**. Estabelece normas complementares para a oferta da Educação a Distância – EAD no Sistema Estadual de Ensino. Revoga a Resolução CEED nº 293, de 22 de agosto de 2007. Disponível em < http://www.sinpro-rs.org.br/arquivos/legislacao/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CEEd_300_2009_1.pdf>, Acesso em 22 de fevereiro de 2017.

_____. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução Nº 262, de 03 de outubro de 2001**. Estabelece normas para a organização e funcionamento de cursos de Educação a Distância no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em <<http://docplayer.com.br/4328001-Resolucao-n-262-de-03-de-outubro-de-2001.html>> Acesso em 20 de outubro de 2016.

_____. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CEED Nº 293, de 22 de agosto de 2007**. Estabelece normas e regulamenta a oferta da Educação a Distância – EAD no Sistema Estadual de Ensino. Disponível em < http://www.sinpro-rs.org.br/arquivo/ead/resolucao_ceedrs_n293.pdf>. Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

_____. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CEED/RS nº 320 de 18/01/2012**. Atualiza normas para o credenciamento de estabelecimento de ensino e autorização para funcionamento de cursos e regula procedimentos correlatos. Dá nova redação ao art. 12 da Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009. Disponível em < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=237643>> Acesso em 22 de fevereiro de 2017.

_____. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CEED/RS Nº 334 DE 28/01/2016**. Estabelece normas para a oferta de Educação a Distância - EAD no Sistema Estadual de Ensino. Dá nova redação ao

artigo 5º da Resolução CEEed nº 320/2012. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=33151-resolucao-ceb-n1-fevereiro-2016-pdf&category_slug=fevereiro-2016-pdf&Itemid=30192> Acesso em 22 de fevereiro de 2017.

ESTEVIÃO, Carlos Vilar. **Democracia, Direitos Humanos e Educação. Para uma perspectiva crítica de educação para os direitos humanos.** Revista Lusófona de Educação, 17, 11-30.

FERREIRA Norma Sandra de Almeida. **As Pesquisas denominadas “Estado da Arte”.** *Educação & Sociedade*, ano XXIII, no 79, Agosto/2002.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira. **Avaliação e gestão democrática na regulação da Educação Básica Brasileira: uma relação a avaliar.** *Educação e Sociedade-Revista de Ciência da Educação-* volume 28- Número 99, São Paulo: Cortez, Campinas: Cedes, 2007, p. 501 a 521.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Reforma curricular do ensino médio: legalização da dualidade e liquidação do direito à educação básica**, por Gaudêncio Frigotto. Entrevista com Gaudêncio Frigotto, 2016. Disponível em <http://www.sinprodf.org.br/reforma-curricular-do-ensino-medio-legalizacao-da-dualidade-e-liquidacao-do-direito-a-educacao-basica-por-gaudencio-frigotto>.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controverso.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Anos 1980 e 1990: a relação entre o estrutural e o conjuntural e as políticas de educação tecnológica e profissional.** *In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.) A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico.* Brasília: INEP, 2006.

FRITSCH, Rosângela; VITELLI, Ricardo and ROCHA, Cleonice Silveira. **Defasagem idade-série em escolas estaduais de ensino médio do Rio Grande do Sul.** *Rev. Bras. Estud. Pedagóg.* [online]. 2014, vol.95, n.239, pp.218-236

GABROWSKI, Gabriel; KUENZER, Acácia. **A produção do conhecimento no campo da educação profissional no regime de acumulação flexível.** *Revista HOLOS*, Ano 32, Vol. 6, 2016.

GENTILI, Pablo. **O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez. 2009

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIOLO, Jaime. **Educação a Distância: tensões entre o público e o privado**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1271-1298, out.-dez. 2010 1271

GNECOO JÚNIOR, Lênio. Desafios na gestão de cursos EAD. Desafio na Gestão dos Cursos Técnicos EAD. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2012.

GOES, Moacir de. **Gestão democrática: perspectivas e desafios da escola pública do Centro Paula Souza**. 2003. 113p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

HYPOLITO, A. M. **Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente**. Educação: Teoria e Prática – Vol. 21, n. 38, Período out/dez-2011.

KUENZER, Acácia. **Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente**. Educ. Soc., Campinas, vol.28, n. 100, out.2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar**. C adernos de Pesquisa v.46 n.159 p.38-62 jan./mar. 2016

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Editora alternativa, 2004.

_____. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar**. C adernos de Pesquisa v.46 n.159 p.38-62 jan./mar. 2016

LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Licínio C. **O Estudo da Escola: da organização burocrática a anarquia organizada**. A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, T. C. S. MIOTO, R.C.T **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Revista Katál, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37 – 45, 2007.

LOMBARDI, José Claudinei. **A Importância da Abordagem Histórica da Gestão Educacional**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 11–19, ago. 2006.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo 2009.

_____. **Gestão educacional: uma questão paradigmática.** 12ed. Petrópolis: Vozes, 2011

LUDKE, Menga ; ANDRÉ, Marli E. D. **A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MACIEL, Lindalva Martins Maia. Ensino médio integrado no Maranhão: concepção, possibilidades e desafios. 2011. 133 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2011.

MARIUCCI, Sergio Eduardo. **O mercado da Educação e a Escola Católica: uma abordagem sobre as mudanças e na política de gestão educacional nas escolas católicas do Brasil.** Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

MEDEIROS, Mirna de Lima; FEROLLA, Luna Marquez; PASSADOR, Cláudia Souza; PASSADOR, João Luiz. **Gestão escolar: afinal, que fins estão sendo buscados?** RBPAE, v. 30, n1, p.115- 138, jan/abril 2014.

MIRANDA, Natália Pergher. **Contribuições da Gestão Escolar para a Ressignificação do Espaço Público da Escola.** Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2011.

MORGAN, Garreth. **Imagens da organização.** São Paulo: Atlas, 1996.

SALOMON, Délcio Vieira. **A Maravilhosa Incerteza.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MOTA Jr, William Pessoa; MAUÉS, Olgaíses Cabral. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras.** Educação & Realidade- Porto Alegre, Campinas: Cedes, 2014, p. 1137 a 1152.

NUNES, Ivonio Barros. **Noções de Educação a Distância.** 2009. Disponível em Disponível<<http://pt.scribd.com/doc/21015548/Artigo-1994-Nocoos-de-Educacao-a-Distancia-Ivonio-Barros-NUNES>>Acesso em: 22 de fevereiro de 2017.

OZGA, Jenny. **Investigação sobre Políticas Educacionais: Terreno de Contestação.** Lisboa: Porto Editora, 2000

PARO, Vitor Henrique. **O Conselho de escola na democratização da gestão escolar.** In: BICUDO, M. A. V.; SILVA JR, C. A. (orgs). Formação do educador e avaliação educacional - organização da escola e do trabalho pedagógico. São Paulo: UNESP, 1999.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Ática, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, set./dez. 2010.

PEIXOTO, Eliane Diniz Soares. **Um modelo de Educação Profissional no Ensino Médio**. Dissertação (Mestrado em Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Programa de Pós Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2014.

PEREIRA, Fátima Aparecida. **Atribuições e Competências Gerenciais do Coordenador Pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Práticas Pedagógicas). Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais. Universidade Nove de Julho. São Paulo, 2014.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Administração e liberdade: um estudo do conselho de escola à luz da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ROSA, Sanny da Silva da. Entrevista com Stephen J. Ball - Privatizações da educação e novas subjetividades: contornos e desdobramentos das políticas (pós) neoliberais. Rev. Bras. Educ. vol.18 no.53 Rio de Janeiro Apr./June 2013.

RIBEIRO, Silvia Fernanda Martins Dias. **Ensino médio integrado: o estágio como um dos elementos articuladores da formação geral e profissional**. 2011. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

SALVADOR, A. D. **Métodos e Técnicas de Pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SHIROMA, E e CAMPOS, R. **La resignificación de la democracia escolar mediante el discurso gerencial: Liderazgo, gestión gemocrática y gestión participativa**. In: Feldfeber, M & Oliveira, D. (Ed.). Políticas educativas y trabajo docente: Nuevas regulaciones, nuevos sujetos? pp. 221-237, Buenos Aires: Novedades Educativas.2006.(traduzido).

SILVA, Gisele Magali da. **O Processo da Institucionalização da Educação a Distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins – IFTO**. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

SILVA, Marta Leandro da. **A avaliação institucional das escolas técnicas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza**. 2008. 318 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Reformas educacionais: descentralização, gestão e autonomia escolar**. Educar, Curitiba, n. 22, p. 17-49, 2003.

SOUZA, Sandra Zakia Lian de; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil**. Educação e Sociedade-Revista de Ciência da Educação- volume 24- Número 84, São Paulo: Cortez, Campinas: Cedes, 2003, p. 873 a 895.

TEODORO, António. A educação em tempos de globalização neoliberal: os novos modos de regulação das políticas educacionais. **Brasília: Liber Livro, 2011. 176 p.**

VILHENA, Edna Regina Andrade. **A educação de jovens e adultos na modalidade a distância : o impacto da gestão no combate a evasão**. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Novos Tempos, novas designações e demandas: diretor, administrador ou gestor escolar**. RPAE- Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 147- 160, 2001.

ZAGO, Nadir. **A entrevista e seu processo de construção; reflexões com base na experiência prática de pesquisa**. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia (Orgs.). Itinerários de pesquisa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

APENDICE

APENDICE 1- Termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE

Prezado

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **“A GESTÃO NOS CURSOS TÉCNICOS A DISTÂNCIA EM ESCOLAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: as relações entre as dimensões pedagógicas e administrativas** , desenvolvida pela mestranda Ana Carina Tavares do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). O objetivo deste estudo é analisar a gestão dos cursos técnicos na modalidade a distância e as relações entre as dimensões pedagógicas e administrativas em instituição pública e privada.

Você é convidado a participar do seguinte procedimento: uma entrevista, sendo que esta será gravada em áudio e, posteriormente, transcrita, única e exclusivamente para fins de pesquisa. A entrevista será realizada com base em roteiro com questões abertas que solicitam do entrevistado a exposição de opiniões

Desse modo, assumo com você os seguintes compromissos:

- 1.De que sua identidade, assim como as identidades de todos os participantes serão mantidas em sigilo; de que nenhuma pessoa será identificada e que se manterá o anonimato, dos participantes, em quaisquer momentos que impliquem a divulgação dessa pesquisa.
- 2.De que as informações reunidas serão usadas, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa e dos trabalhos científicos que dela poderão se desdobrar.
- 3.De que os resultados lhe serão apresentados, pois esse retorno permitirá que você tome ciência das informações produzidas durante a pesquisa, assim como assegurará que tais informações não serão utilizadas em prejuízo ou para a estigmatização das pessoas envolvidas.
- 4.Do caráter voluntário de seu consentimento. Caso você tenha interesse em desistir da participação na pesquisa, isso poderá ser feito em qualquer fase do grupo focal, sem penalização alguma.
- 5.Da garantia de que você pode receber respostas a qualquer momento sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa, por meio de e-mail: anacarina_tavares@hotmail.com e/ou telefone 51996622078.
- 6.De que você não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.
- 7.Este Termo será assinado em duas vias, ficando uma em seu poder e a outra com a pesquisadora responsável.

São Leopoldo, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora

APENDICE 2- Roteiro das entrevistas

Neste item apresento a entrevista semiestruturada que apoiou o percurso metodológico para a pesquisa. A entrevista foi realizada com os sujeitos da pesquisa, coordenador e supervisora dos cursos técnicos em EAD das instituições pesquisadas.

Categoria	Objetivos Específicos	Questões
Perfil	Identificar os processos, a organização e as lideranças da gestão escolar nas instituições pesquisadas.	1) Há quanto tempo está na escola? Há quanto tempo é responsável pelo pedagógico? Como é denominado o seu cargo na Escola?
		2) Já atuou como gestor em outras escolas? Se sim, como foi a experiência?
		3) Qual sua área de formação? Fez/faz cursos na área de gestão?
Processo, Organização e Liderança	Identificar os processos, a organização e as lideranças da gestão escolar nas instituições pesquisadas.	4) Quem compõe a gestão na Escola? Quais cargos?
		5) Como acontecem os processos de planejamento, execução, avaliação? (financeira, RH, pedagógica, infra-estrutura)
		6) Como se dá distribuição de responsabilidades, atribuições entre os gestores?
		7) Como você considera a relação entre a gestão pedagógica e administrativa na escola?
Gestão Pedagógica	Descrever o funcionamento da gestão na dimensão pedagógica e a suas relações com a dimensão administrativa	8) Quem compõe a equipe pedagógica da Escola? Quais cargos?
		9) Como se define a oferta de cursos e vagas?
		10) Como se define o

		planejamento letivo? Horários, turmas, professores?
		11)Quais as especificidades da gestão nos Cursos Técnicos na Modalidade EAD?
		12)Quais as principais facilidades e dificuldades sentidas em relação à gestão dos Cursos Técnicos na Modalidade EAD?
		13)Em relação à gestão de cursos presenciais, quais as principais diferenças?

APENDICE 3- Quadro de análise do discurso- categorias das entrevistas.

Categoria	Subcategoria	INSTITUIÇÃO SISTEMA S			INSTITUIÇÃO PRIVADA PARTICULAR		
		Excerto	Inferência	Referência	Excerto	Inferência	Referência
INSTITUIÇÃO							
	Organização e Liderança						
PROCESSOS							
GESTÃO	Do perfil						
	Das atividades da EAD						

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2017.